

REVISTA
DO
Instituto Geographico e Historico
DA BAHIA

FUNDADO EM 1894, RECONHECIDO DE UTILIDADE PUBLICA
PELA LEI N. 110 DE 13 DE AGOSTO DE 1895

Maxima sunt documenta equidem res temporis acti.
In præsens, validusque in veniens stimulus.

1903

ANNO X

VOL. X

N. 29



BAHIA
LITHO-TYP. E ENC. REIS & C.
Rua Dr. Manoel Victorino, 23 e 25

1904

REVISTA

10

Instituto Geographico e Historico da Bahia

Anno X

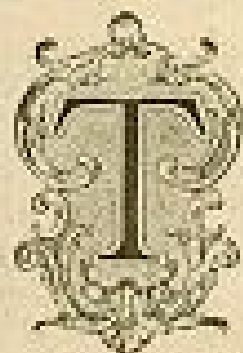
1903

Num. 29

MEMORIA HISTORICA

Sobre os acontecimentos de 24 de Novembro de 1891

NA BAHIA (*)



ENDO o *Paiz* publicado alguns artigos ha cerca de dous annos, sob o titulo *Evangelho da Republica* e ultimamente transcriptos no *Diario de Noticias* d'aqui, nos quaes são contados, com certas lacunas e enganos, os factos referentes ao 24 de novembro de 1891 e que pertencem á historia da Bahia, entendi dever fazer uma rectificação sobre estes pontos; n'isto, porém, não vae desejo de depreciar, de qualquer modo o trabalho em questão, escripto por penna habil e instruida, orientada por esclarecido espirito de critica e traçado com vigor e franqueza que fazem honra ao seu author; trabalho util que descreve os factos mais notaveis de uma epocha, desvendando á sciencia e ao povo

(*) Memoria lida na sessão magna do Instituto de 3 de Maio de 1903, pelo orador Dr. Braz H. do Amaral.

brazileiro muitos acontecimentos importantes de sua vida politica.

São os seguintes os pontos da contestação:

—Em primeiro logar o sr. Zama não depoz o dr. Manoel Victorino á frente de um grupo de assallariados.

Em outro dia será a verdade d'este caso restabelecida completamente.

Quanto ao 24 de novembro convém ficar bem claro que não tinha o sr. José Gonçalves grande popularidade.

«Que não foi o que se deu com o Sr. José Gonçalves o que se passou com o dr. Manoel Victorino e o marechal Hermes.

Que não foi acclamada junta provisoria composta de Tude, Freitas e Couto.

Que não foi, depois della constituida, enviada intimação ao governador.

Que não houve na vespera reunião dos chefes politicos, em que José Gonçalves quiz passar o governo ao sr. Luiz Vianna.

Que o sr. Zama não agiu por saber que por detraz d'elle estava o chefe militar da guarnição e sim apenas dois coroneis.

Que á noite magotes de populares e soldados não espingardearam a torto e a direito.

Que não chegara a palacio, ao mesmo tempo a noticia de que milhares de boletins, espalhados pela cidade, annunciavam que o commandante do districto se vira na contingencia de assumir o poder.

Que a guarnição não se manifestou protestando logo no dia seguinte.

Que o general Tude além do dr. Satyro Dias não pretendeu que outro deputado, ou senador assumisse a administração.

Que não foi pela recusa dos magistrados locais que exerceu o cargo de chefe de policia o coronel Moreira Cesar.

Que não promoveu o coronel Abreu e Lima uma reunião de politicos de ambas as parcialidades, accordando todos em que José Gonçalves reassumisse o cargo para renuncial-o depois.

Mais do que uma rectificação este estudo tem por fim provocar provas e estudos, exhibição de documentos e de detalhes que servirão para o historiador futuro.

Se conseguir isto nutro a convicção de que terei prestado um serviço a minha patria.

O sr. José Gonçalves da Silva, o primeiro governador constitucional do Estado da Bahia, não foi apresentado a este alto posto, quando o exerceu interinamente, pela sua parte na propaganda republicana, nem pelas suas qualidades de politico, nem popularidade propriamente, ou elementos de capacidade, talentos e pratica da administração que o recommendassem a todo o Estado ou á capital, pelo menos.

Tendo manifestado sua adhesão á Republica, após o 15 de novembro, ficara indicado por isto como influencia dedicada ao novo regimen na zona sertaneja, onde tem suas fazendas de gado.

Foi o dr. Virgilio Damasio quem apresentou o seu nome para substituil-o ao general Deodoro, e isto affirmo por m'o ter elle dito.

Dotado de muita honra como homem particular faltava ao novo governador a somma de instrucção e tolerancia politica, de conhecimentos em direito administrativo de que precisava, assim como a intuição delicada e fina das mil outras comprehensões, sem as quaes não é possível nos nossos tempos governar.

Não era um espirito liberal, nem tinha o preparo republicano sufficiente para chefe de um Estado constituido nos moldes mais adiantados da livre America do Norte.

Homem de boa fé e lealdade para com os seus amigos, não tinha a agudeza indispensavel aos politicos, nem a reflexão cautelosa de que tanto carecem os que dirigem.

Um episodio deu-me muito cedo, ainda no tempo do systema provisorio no Estado, idéa dos elementos de que dispunha o espirito do governador.

Em uma simples visita de cortezia cahiu a conversa sobre a instrucção e em duas ou tres expansões a suprema autoridade do Estado revelou tão completa falta da mais curial leitura sobre este importante assumpto, que eu fiquei atterrado.

E fallava com tanta firmeza, tão sorridente e seguro, que não me ficou a menor duvida de que estava ali uma alma, que ingenuamente se abria, como a de David, sem a comprehensão da sua insufficiente cultura ou o receio sequer de que estivesse dando razões para que fizessem um juizo desvantajoso da sua capacidade.

Entretanto o governador fazia numerosos amigos politicos, e se chegou assim ao termo dos trabalhos da constituinte.

A eleição do sr. José Gonçalves foi, como a sua nomeação, uma surpresa e o resultado de um golpe audacioso.

Desejava-se no Rio de Janeiro, queria o barão de Lucena e queria o marechal Deodoro que o governador do novo Estado a se constituir fosse o sr. Affonso de Carvalho, velho jurisconsulto, então ministro da justiça do governo federal.

Era incontestavelmente pelo lado da intelligencia, da autoridade politica e jurídica, pela

idade, energia e prudencia, uma boa escolha; mas aos constituintes da Bahia, aos proceres do partido, pareceu humilhante sujeitarem-se a uma estrêa tão pouco a seu gosto das liberdades e prerogativas constitucionaes, de que ainda iam gosar.

Sob o ponto de vista politico era um mal de incommensuravel alcance para o partido federalista deixar escapar a occasião de ter um homem de sua confiança e acceitar um outro que não tinha com esse partido obrigações e que daria ao seu governo um outro rumo.

Havia a assembléa constituinte do Estado resolvido adiantar seus trabalhos para promulgar a constituição, que ella elaborara, no dia 2 de Julho.

Resolvera tambem que, feita a promulgação, se procedesse a eleição do 1.º governador, confirmando nesse cargo o provisorio dr. José Gonçalves da Silva.

Promulgada a constituição no dia 2, no dia seguinte se faria a eleição do governador e tres dias depois seriam effectuados o juramento e posse, porque neste intervallo se preparariam festas que os amigos do congresso desejavam fazer.

No dia 1.º de Julho, porém, ás 10 horas da noite, o coronel Innocencio Galvão de Queiroz, commandante do districto, recebeu do marechal Deodoro um telegramma concebido nos seguintes termos — *Quero Affonso eleito.*

De posse deste telegramma procurou o coronel Innocencio o dr. José Gonçalves e deu-lhe conhecimento de tudo, tentando chegar a um accordo.

O sr. José Gonçalves, á meia noite, mandou o sr. Manoel da Costa Vianna á casa do dr. Luiz Vianna, presidente do congresso, entregar-lhe copia do telegramma e as particularidades que, sobre o

assumpto, se tinham passado com o commandante do districto.

O dr. Luiz Vianna recebendo o mensageiro mandou-lhe que voltasse para prevenir ao Sr. José Gonçalves que no dia seguinte, ao meio-dia, estivesse preparado para tomar posse do cargo de governador.

Logo pela manhã foram dadas certas providencias e ao meio-dia abriu-se a sessão, tendo a palavra o 1.^o vice-presidente, dr. Satyro Dias, para ler o artigo da constituição referente aos direitos e garantias dos cidadãos, depois do que o presidente promulgou a constituição e annunciou que, em virtude de disposição constitucional, se ia proceder immediatamente á eleição do governador.

Feita esta eleição o dr. José Gonçalves obteve 50 votos contra 11, que foram dados pelos deputados da opposição, ao velho e respeitavel republicano dos tempos do imperio Luiz Antonio Barbosa de Almeida; proclamado o resultado, declarou o dr. Luiz Vianna que ia mandar officiar ao governador eleito para tomar posse immediatamente e prestar juramento, nomeando uma comissão composta dos srs. Innocencio Galvão, Geremoabo e Satyro Dias, para ir buscal-o á Victoria.

Tanto era uma surpresa que o proprio barão de Geremoabo, intimo do dr. José Gonçalves, se dirigiu ao sr. Luiz Vianna reclamando contra aquelle empossamento precipitado, em opposição ao que estava combinado e mostrando-se magoado.

Quando, portanto, chegou ao Rio, na tarde deste dia, a noticia da promulgação da constituição bahiana, chegou tambem a noticia da eleição e posse do governador.

Este acto cortava todas as pretensões e o coronel Galvão transmittiu ao general Deodoro um despacho, pouco mais ou menos, concebido nestes termos:

«Congresso hoje promulgou constituição, elegeu José Gonçalves governador, empossou-o. Impossível qualquer providencia eleição Affonso, a não haver grandes violencias, derramamento sangue. Preferi evitar.»

O novo governador administrou dessa data em diante, senão com a larga orientação de que o Estado precisava, para alcançar os melhoramentos e prosperidades que tinha o direito de esperar do novo regimen, então constituído e livre de peias, e que não chegaram a se executar até agora, pelo menos com honestidade e economia.

Assim passaram-se quatro mezes.

A 3 de Novembro de 1891 soube-se de repente que o general Deodoro dissolvera o congresso, rasgando assim de alto a baixo a carta constitucional, que havia jurado em 24 de Fevereiro.

Cosme de Salles no *Evangelho da Republica*, não poudé saber o que se passou na Bahia; se é verdade que muita gente calou a sua indignação, e escondeu o seu terror, por medo, para não se comprometter, por não ter coragem de dizer como pensava, felizmente, tanto na Camara como no Senado da Bahia, duas vozes não foram abafadas pelo vento da subserviencia que no Itamaraty soprara tão rijo que, no palacete da Victoria, se sentia os effeitos e fazia tudo curvar.

Destas duas vozes, uma a de um republicano da propaganda, de um dos caracteres mais nobres e mais altivos que tenho conhecido, vibrava n'uma independencia temeraria e angustiada, quasi como quando um soluço interrompe um apostrophe:

era a de Cosme Moreira; a outra, de um jurisconsulto, mais ponderada e calma, em que a maneira diplomatica pesa o valor dos termos, mais cabeça que falla do que coração que sente; era a do Dr. Eduardo Ramos.

Dizia Cosme Moreira na Camara na sessão memoravel do dia 5.

« O Sr. Cosme Moreira (*pela ordem e fazendo-se silencio*): Sr. Presidente, vae para dous annos que entre os meus sonhos de moço, entre as minhas esperanças de republicano, despontava glorioso um dia que parecia ser o inicio do progresso da minha patria! Dia grande, auspicioso, triumphante para os grandes factores do immortal movimento de 15 de Novembro!

E eu enchia-me de verdadeiro jubilo!

A minh'alma inundava-se de verdadeira alegria... Depois as esperanças foram-se dissipando como nuvens batidas por fortes ventos; o céu da patria foi se mostrando mais carregado! E aquelles que seguiam com o coração e a intelligencia os destinos d'ella foram descortinando as nuvens preches de grande tempestade (*muito bem*). E parece que ella acaba de estalar! O homem que foi escolhido pelo destino para occupar a elevadissima posição de chefe de uma nação livre, deixou-se obumbrar, fascinar pelas victorias alcançadas; deixou-se inebriar em doces miragens que para elle, sr. presidente, hão de transformar-se em um quadro bastante triste, se a consciencia de todo ainda não se lhe apagou, porque acaba de dar o ultimo passo na estrada perigosa, para o abysmo do crime! (*Apoiados, muito bem*)».

E referindo-se a um discurso de Silva Jardim na commemoração de Tiradentes, cuja esplendida peroração reproduziu, terminou dizendo:

«A minha voz não foi sagrada pelas acclamações populares, não despertou o somno das turbas para ouvir as suas desgraças, não tem por si autoridade alguma, mas exprime uma grande convicção! Silva Jardim não está mais vivo para ir frente a frente ao grande despota dizer-lhe: rasgaste a constituição promulgada que juraste; dividistes a tua pátria em vencedores e vencidos: e eu ainda que muito longe do dictador mas com a minha consciencia de homem livre, que não se escravisa, digo: general, a imagem de Tiradentes terrível, como o remorso que te rasgará o coração condemna-te para todo o sempre; general, tu não foste forte porque foste covarde, logo não foste governo; general, tu não foste bom, foste máo; tu não foste povo, destruiste a tua pátria!»

Sr. presidente da camara dos deputados do estado da Bahia:—Os ultimos actos emanados do poder executivo, actos altamente attentatorios á nossa constituição federal, jurada solemnemente e promettida manter pelo presidente da república, actos que não se justificam, nem como ultima ratio da salvação publica, da pátria republicana em perigo, pois o congresso nacional dissolvido não póde de modo algum ser suspeitado de conspirar para a restauração do regimen monarchico, obrigam-me a depôr em vossas mãos o mandato de deputado pelo Estado da Bahia.

Republicano sinto n'alma todas as grandes dôres de patriota, não desilludido, mas avassallado por um desanimo moral tão grande que impede-me, n'este momento, o exercicio autonomo de minhas faculdades moraes e intellectuaes. Joguete como sou, batido por choques tão descontrados e oppostos, não me julgo capaz de continuar a legislar conscienciosa e livremente pela felicidade do meu Estado.

Suspensas as garantias individuaes, quero nivelar-me com o ultimo dos meus concidadãos e com elles cahir sob a alçada da lei que summarissimamente tiver de julgar os inimigos da republica ».

Foi ás dez da noite do dia 3 de Novembro que o governador José Gonçalves recebeu o telegramma do governo communicando a dissolução do congresso.

Immediatamente convocou elle o Sr. Luiz Vianna e o Dr. Satyro Dias para irem a uma conferencia no dia 4. ás 7 horas da manhã.

Surpresos pela hora lá se acharam e depois de conhecerem o assumpto combinaram responder ao marechal Deodoro nos seguintes termos :

« Sciente. Governo se esforçará manter ordem ».

Esta resposta laconica tinha tudo o que era preciso sem estabelecer o minimo compromisso.

Na camara já sabemos como a alma intemerata de Cosme Moreira se levantou contra a violação da lei fundamental da republica.

No senado, a perola da sessão foi o discurso repassado de patriotismo, illuminado pelo fulgor do talento e pela superioridade que dá a emoção da liberdade unida a erudição juridica, com que o Dr. Eduardo Ramos profligou o attentado, acabando por enviar uma moção de completa reprovação ao mesmo.

E' esta a moção.

« O senado bahiano profundamente sensibilizado pelo recente acto do governo da União dissolvendo o congresso federal, confia em que o povo deste Estado, mantendo-se em attitudo absolutamente pacifica, aguarde o restabelecimento, que é para desejar, da ordem e do direito constitucional ; e passa á ordem do dia. — (Assignado) — *Eduardo Ramos.*

Depois o coronel Galvão e o barão de Gere-
moabo fallaram sobre o assumpto e o discurso
justificativo e quasi congratulatório deste ultimo,
assim como a moção que apresentou, são, no
genero, das manifestações mais extravagante-
mente curiosas e anti-republicanas que se pôde
encontrar.

Foi a seguinte a moção do sr. barão de Gere-
moabo :

« O senado, sciente do recente acto do governo
da União, dissolvendo o congresso federal, confia
no patriotismo do povo bahiano e do governo,
aguardando os acontecimentos com toda mode-
ração e passa á ordem do dia.— S. R.—Bahia,
5 de novembro de 1891.—*Geremoabo*. »

Nesta emergencia o Dr. Luiz Vianna chamou
o Dr. Manoel Victorino e fazendo-lhe ver a gra-
vidade da situação, ponderando que, tendo o
partido amigos e representantes no Rio de Janeiro,
cuja attitude não se sabia qual seria, qualquer
resolução que se tomasse seria prematura, pelo
que combinaram na seguinte moção de espe-
ciativa no sentido do telegramma enviado a Deo-
doro e que collocava a questão aqui sob a lealdade
que o governador devia á constituição do Estado
e a da União :

MOÇÃO

« O senado confia na lealdade e patriotismo
do povo bahiano, na honra e civismo do gover-
nador do Estado; presta-lhe todo o seu apoio para
que seja mantida a ordem e respeitadas as con-
stituições da União e do Estado e passa á ordem
do dia.—S. R.—Bahia, 5 de novembro de 1891.
—*M. Victorino*. »

Foi esta a moção approvada, mas o senador
Dr. Horacio Cesar, nobre e digno espirito inde-

pendente, levantou-se e pediu que se declarasse na acta ter votado á favor da apresentada pelo sr. Eduardo Ramos.

Quando pela imprensa da tarde, já de torna-viagem, souberam os bahianos do segundo telegramma do sr. José Gonçalves manifestando franca e completa adhesão ao golpe d'Estado, os politicos se espantaram e o sr. Luiz Vianna, perguntando ao governador se era verdadeira a noticia, da qual duvidava, elle que nada até então dissera aos seus amigos, respondeu que de facto, enthusiasmado com a leitura do manifesto sobre a dissolução, cuja integra recebera na noite de 4 por telegramma, não se podera conter e mandara o tal compromisso exposto nos seguintes termos:

«Generalissimo—Acabo de lêr o vosso manifesto a Nação e podeis contar com a minha leal collaboração para o desempenho dos compromissos de honra que galhardamente tomastes para com o nosso paiz e o mundo».

Não foi só, como bem diz o Evangelho da Republica, grande o erro dos constituintes copiando a nossa lei fundamental da de um povo adiantado e capaz de comprehender e pôr em pratica as suas liberdades; erro maior ainda foi não terem os constituintes calculado tambem que se ia entregar este machinismo delicado e difficil de manejar, que acabavam de construir, a estancieiros e sargentões, o que equivalia a entregar uma machina finissima a operarios inhabeis, dos que têm apenas tinturas do officio.

Não é o nosso codigo explicito, na penalidade, como devia, sobre os crimes politicos da ordem do commettido pelo general Deodoro, e ainda menos sobre os seus co-reus e cúmplices.

Nos arts. 109 a 114 diz, porém, quaes os commettidos contra o livre exercicio dos poderes

políticos, e que são os capitulados pelos juristas allemães e inglezes *crimes de alta traição*.

Pela attitude que assumio o governador, não foi, segundo o nosso código, um co-author do facto delictuoso; foi um connivente moralmente responsavel pela violação da lei magna que applaudiu e cuja completa execução ajudou.

Os processos que se encontram na historia de muitos povos sobre crimes desta natureza são variadissimos e difficeis ás vezes de classificar perante as regras normaes do direito.

Este crime de alta traição tem feito cahir cabeças muito illustres, não só dos authores, como dos cúmplices, conniventes e outros co-réus, sendo muitas vezes encarada a culpa de modo diverso daquella pela qual devia ser julgada, ou exagerada pela paixão politica.

Quando por exemplo o sangue de Thomaz Wentworth, conde de Strafford, tingiu o cada-falso inglez, se bem que elle soffresse o supplicio por ter auxiliado o seu rei a falsear e destruir a constituição daquelle paiz, que estabelece o governo exercido por um rei e duas camaras, não o soffreu justamente, porque, a maioria dos actos criminosos attribuidos a Strafford, fizera-os elle, por ordem de seu senhor e de tal modo fôra evidente a sua defesa que necessario se tornou, adoptando a mais monstruosa tyrannia, que registram os annaes politicos do mundo, que o longo parlamento pelo celebre *bill de attainder*, condemnado por todos os jurisconsultos da epocha, o *tivesse decretado criminoso no processo em que se devia apurar a culpa de que era accusado*, ao passo que o governador de cá, acceitando a destruição da constituição, applaudindo-a e alinhando-se ao lado do falseador, e *ipso-facto* violando tambem a do Estado, subsistente em consequencia daquella,

o que fizera muito por sua vontade, sem ouvir sequer os chefes mais conspícuos do partido, teve a mais positiva connivencia com o acto criminoso e, portanto, é por elle moralmente responsável.

Foi, voltando de S. Christovão, com o Dr. Bernardino de Campos, depois de ouvirem do coronel que commandava aquelle posto, que empregaria a força, dado o caso que teimassem em penetrar os representantes no recinto de suas sessões, que resolveram estes dirigir um manifesto á nação; mas, como o estado de sitio pesava sobre a capital, não foi possível publical-o no districto federal, razão pela qual só poudo ser impresso, depois, em S. Paulo.

Combinaram tambem muitos delles, entre os quaes Zama, Custodio e outros, se dirigirem ao general Floriano, que tendo declarado primeiro ser o carneiro do batalhão, com sinceridade ou sem ella, como prova de acquiescencia ao acto de Deodoro, acabou por ceder ás razões dos outros, promettendo auxilio e pôr-se á frente do movimento que devia restabelecer a lei.

Dias depois o deputado Custodio de Mello encontrou o deputado Cesar Zama, seu patricio, na rua do Ouvidor, que ia em companhia do senador Almeida Pernambuco, e declarou-lhe que tinha assumpto muito grave a tratar.

Entraram os tres n'um café e ahí Custodio revelou que se preparava um movimento militar para o dia 27 de Novembro, do qual Floriano, Vice-Presidente da Republica, era o cabeça, pelo que mandava este dizer ao deputado Zama, ser urgente a sua partida para a Bahia, porque apesar de serem boas as probabilidades de victoria não se poderia prever a resistencia que opporia o governo; n'esta hypothese o que estava assentado

era retirar-se o Vice-Presidente para um ponto do territorio, que não podia deixar de ser a Bahia, com os senadores e deputados que pudesse reunir e as forças de que pudesse dispôr, para ali estabelecer o governo legal e começar a guerra contra a dictadura.

Era pois a guerra chilena que o Marechal pretendia reproduzir e pensava muito acertadamente.

Ora, n'estas condições, forçoso era possuir a Bahia sem o governo do sr. José Gonçalves, cujo applauso ao golpe de Estado revelava para o que podia elle servir.

A missão do sr. Zama era, portanto, partir immediatamente para aqui, entender-se com o Coronel Moreira Cesar, commandante de um dos batalhões da guarnição e homem de energia e vigor, e com outros officiaes tambem já prevenidos para derrubar o governo existente, na Bahia, e preparar o Estado, para o caso de ser o centro da resistencia e da ordem constitucional; se fosse necessario o movimento tinha alguns navios já seguros e um destes viria a Bahia por-se ao serviço da causa.

Foi nestas idéas que o sr. Zama e o Coronel Moreira Cesar trataram e nestas disposições foi convocada uma reunião para a noite de 23, em casa do dr. Almeida Couto, a mesma de que fallaremos em outro lugar.

A descoberta, porém, da conspiração no Rio de Janeiro, e as medidas do governo precipitaram o movimento que rompeu na Bahia Guanabara, pelo pronunciamento do *Riachuelo*, sob a direcção de Custodio de Mello, de modo que no mesmo dia 23 chegava a noticia telegraphica da resignação do General Deodoro.

Já ha dias, reuniam-se no quarto n. 18 do hotel Pariz no aposento do Coronel Moreira Cesar,

que chegara de Sergipe, os srs. Jayme Villasboas, Cruz Rios, Julio Cesar, deputados estadoaes, e Augusto de Freitas, deputado federal; tratavam elles todos patrioticamente de agir contra o golpe de Estado; a todos illuminava com o brilho e competencia de sua cultura e o vigôr de sua palavra o deputado Augusto Freitas; entre elle e o Coronel Moreira Cesar estabelecera-se mesmo uma corrente poderosa de sympathia e de affecto.

Estes homens por seu turno ligaram-se ao sr. Conselheiro Almeida Couto, chefe do partido Nacional, porque bem comprehendiam todos que a reacção devia ser popular e não apenas militar; pelo que era necessario que fosse apoiada por um partido.

Na persuasão que a revolução no Rio fosse a 27 já se tinha convocado para a noite de 23 uma reunião em casa do chefe, o Conselheiro Almeida Couto, quando se soube no meiado desse dia os acontecimentos do Rio.

A bem entender as cousas, não havia mais razão de ser para a revolução da Bahia, porque a resignação do Marechal Deodoro ultrapassara os projectos a um tempo sensatos e estrategicos de Floriano, mas os conjurados entenderam apesar de tudo fazel-a.

E comprehende-se porque. Ao interesse legitimo de servir tão nobre causa juntava-se agora o de não perder a occasião, para se apossarem desta autoridade, de que andavam desalojados ha muito tempo. Punham-se fóra da lei os que pretendiam apoderar-se da administração publica, pelo meio violento da revolta, pois, acabada a dictadura, deixara logicamente de ser della agente o sr. José Gonçalves.

A essa reunião em casa do Conselheiro Almeida Couto em que foi tratada e definitivamente assen-

tada a conspiração, compareceram os srs. Zama, Cincinato, Freitas, Coroneis Moreira Cezar e Saturnino, drs. Rocha Leal, Rios, Jayme, Capitão Julio Cesar, dr. Landulpho Medrado e outras pessoas, cerca de 40, que não tiveram no movimento grande papel.

Nella ficou assentado parte do plano do que se devia fazer no dia seguinte.

Foi no meio desta reunião que compareceu o dr. Paula Guimarães, deputado federal, conhecido pela sua opposição ao golpe de Estado, que, chegando do Rio, dissera sincera e singelamente ao sr. José Gonçalves, que o poder dictatorial devia cahir e que elle não tinha caminho decente e honesto, senão a resignação do cargo.

Pediú que não fizessem uma deposição violenta, declarou que sabia estar o sr. José Gonçalves disposto a resignar e, diante das negativas dos conjurados, solicitou-lhes que ao menos esperassem, antes de resolver, que elle se entendesse com o General Tude.

Foi ao quartel-general e respondeu cêrca de meia hora depois que nada pudera obter.

São passados apenas onze annos e sobre muitos pontos encontrei eu duas ou tres versões, e o que mais é, entre os proprios actores da tragedia.

Neste caso está a constituição da Junta.

Devia compôr-se dos srs. Couto, Augusto de Freitas e Tude, dizem os artigos dos jornaes da epocha e o dr. Severino Vieira.

Devia ser composta dos srs. Couto, Freitas e Freire de Carvalho, opina o sr. Conselheiro Luiz Vianna.

Não entrava o General Tude, affirma o dr. Cesar Zama, e sim o dr. Virgilio Damasio, e o mesmo affirmam o dr. Rocha Leal, o dr. Landulpho e outros que conheciam os negocios projectados.

O sr. Araujo Pinho não acceitara.

Na manhã de 24, boatos de tumulto e de deposição corriam pela cidade e pelas 9 horas o sr. Cesar Zama, cuja popularidade devia ser naturalmente o brandão do movimento revolucionario, appareceu na Praça de Palacio e foi depois á cidade baixa pedir que fechassem os negociantes as portas; como sempre, as classes conservadoras tiveram medo e fecharam logo.

O sr. Cesar Zama voltou á Praça cerca de 10 horas; já o acompanhava uma certa porção de gente; cahia por intervallos uma chuva miuda, que fazia dispersar os que se agrupavam de novo, passada ella, para ouvir o tribuno, querido do povo.

Ali, sobre o passeio da camara municipal teve elle uma violenta discussão com o sr. Severino Vieira, deputado federal, que chegara na vespera do Rio de Janeiro.

Inimigo do golpe de Estado, este dizia entender que o Governador se achava incompativel, mas que estava a seu lado para impedir a violencia de uma deposição.

Responsabilisava em altas vozes o tribuno, no meio do povo que o cercava, e bradou-lhe afinal que não conseguiria o que desejava fazer.

O poderoso chefe popular era um dos vultos mais sympathicos do antigo partido liberal.

Por muito tempo elle só, ou quasi só, encarnara a opposição legal e por vezes muito brilhante do seu partido.

Combatente sempre disposto e bravo, discipulo da escola liberal que respeitando os principios inglezes, detesta qualquer tyrannia, parta do povo, ou parta do governo, profligou elle com vigor a perseguição e as sevícias feitas pela plebe ao Coronel Frias-Villar, desarmado e só.

Tendo concorrido para a resignação do dr. Manoel Victorino elle soube mostrar depois que não se sujeitava ás tristes e ignobeis misérias que a Bahia soffreu na quadra politica que succedeu áquella administração.

Deputado á Constituinte bateu-se pela república parlamentar e pelos verdadeiros principios, em que se estribam as liberdades publicas; inimigo do golpe de Estado elle veio atacar aqui o Governador que a elle adherira, mas commetteu o erro gravissimo para sua terra e seu povo de empenhar sua popularidade numa revolução, cuja oportunidade já tinha passado e para o partido o de não ter percebido a sua sagacidade que o governo nas mãos do general Tude era a perda da batalha que emprehendera.

Tinha o sr. José Gonçalves sempre agradado aos militares, e commettera a falta de entregar a força do Estado a officiaes de linha, de modo que estando a funcionar no Congresso o sr. Julio Cesar Gomes da Silva, Capitão de infantaria e Commandante do Corpo de Policia, e que foi um dos filiados ao movimento, estava commandando a policia um sargento de linha, Juvencio Rebello; como se isto não bastasse, na sua identificação com o golpe de Estado, tinha cahido na ingenuidade de entregar o commando da força policial ao General Tude, o que lhe custou muito caro, como vamos ver.

Na manhã de 24, quando o sr. José Gonçalves precisou do batalhão e o Chefe de Policia dr. Pedro Mariani ordenou a vinda de uma força, não foi obedecido.

Não tinham, porém, sido os soldados os ganhos pela sedição contra o Governo que serviam, nem foi por covardia que o batalhão não sahiu; pois não só a guarda da Secretaria e a que tinha subido

do commercio, commandada pelo Tenente Machado, atiraram até esgotar toda munição, defendendo a chefatura de policia, como ainda mais tarde, quando o Tenente Machado foi perseguido e correu o boato de que elle estava a ser feito em pedaços pelo povo, e quando um piquete do 9.º foi garantir-lhe a vida, os soldados de policia quizeram sahir do quartel para defender ou vingar os camaradas.

Já em alaridos elles se reúnem; já os sabres sahem a meio das bainhas, quando o Commandante Rebello acode, impedindo-os de sahir, trancando as carabinas nas arrecadações, gritando-lhes que o seu armamento é inferior e que serão infalivelmente esmagados pela linha, porque o General Tude não quer, etc.

E realmente, se na hora em que o tumulto era mais intenso na Piedade o sr. José Gonçalves não foi defendido como devia ser, isso se deu pelo seguinte:

Ou porque viesse ordem do Chefe e o Commandante não pudesse desobedecer a ella abertamente, ou porque aos officiaes e soldados pesasse deixarem abandonado aos seus inimigos o Governo a que serviam, uma força consideravel desceu a rampa do quartel que era naquelle tempo, como se sabe, defronte do Quartel General.

Mas quando esta tropa punha o pé na rua, caminho do dever, um braço vestido em punhos bordados a ouro estendeu-se da janella do 1.º andar do Quartel General e a fez voltar.

E, á voz de *esquerda rodar* dada pelo official que commandava a força, esta tornou a subir a rampa.

Se, entretanto, houvesse tido o sr. José Gonçalves 30 praças de cavallaria ou 100 de infantaria na Praça, bem commandadas, dirigidas por um

Chefe de Policia prudente e energico, ali entre a sua força e a revolução, esta não se teria realisado, e isto sem uma espaldeirada, nem um tiro sequer; não porque o sr. Zama deixasse de fallar (todos na Bahia conhecem o seu arrojo e bravura em taes occasiões, bem provadas no tempo do governo do General Hermes), mas porque ninguém o acompanharia.

Entretanto desde pela manhã, sabendo pelo dr. Paula Guimarães, que não podia haver duvida sobre a revolução e os magnificos elementos de que ella dispunha, instaram alguns amigos do sr. José Gonçalves para que elle fosse ao Quartel-General, porque conhecedores do character do General Tude, homem fraco e tímido, mas arbitro da situação, pela força que chefiava, esperavam que interpellado frente á frente, e com energia, ou se retirasse prudentemente, ou pelo menos tomassem as coisas nova face.

O Governador, porém, ou porque não comprehendesse a importancia e o alcance de um acto destes, realisado com diplomacia e vigor ou por outro motivo, acastellou-se em recusa systematica.

Debalde lhe mostravam as vantagens pelo menos de convidar o General Tude para uma conferencia, mas sempre como resposta obtiveram a mesma recusa.

Acabou, porém, fazendo tarde o que teria impedido provavelmente a revolução se fosse feito cedo, pois a requisição da força federal, com toda regularidade constitucional, collocaria o seu chefe na posição difficilima de manter a ordem, com a vigência das autoridades constituídas, ou de faltar a uma obrigação restricta, e não era um homem fraco, como o General Tude, que faria isso; pondo-se abertamente, portanto, á frente da revolta, com

a qual aliás nada sympathisava e que promettia impedir ainda na tarde de 23.

Deixamos o dr. Zama fallando ao povo que se apinhava na Praça de Palacio, de onde partiu uma commissão indicada por elle, composta dos srs. Cincinato Pinto da Silva, deputados Cruz Rios e Jayme Villas-Bôas, para intimar ao Sr. José Gonçalves a deposição.

Incidiam todos no crime de sedição (Art. 115, § 4.º, e ns. 3.º e 5.º do Art. 118 do Código).

Não o podiam ignorar, nem tambem desconheciam que a revolução nobre, a revolução patriótica contra o co-réo no golpe de Estado não tinha mais razão de ser, porque a constituição imperava outra vez, o congresso nacional ia ser convocado e o Governador da Bahia, pelo organ competente de seu amigo, o dr. Paula Guimarães, desde a vespera á noite tinham elles toda certeza de que se ia demittir.

E o que é mais: arrastavam com a palavra e o exemplo as turbas inexpertas e ignorantes de todas estas particularidades á rebeldia e á morte.

De volta, esta commissão trouxe a noticia de que o sr. José Gonçalves estava rodeado de seus amigos politicos, na Secretaria do Governo, á Piedade, e que declarara não ceder.

E realmente não devia ceder á violencia.

Então pronunciou o sr. Cesar Zama pouco mais ou menos as seguintes palavras «—Meus concidadãos, pois que o Governador não quer resignar, vamos nós depôl-o.»

E foram. A turba engrossada então, constituindo uma massa enorme, dirigiu-se para a Piedade em ordem, mas ameaçadora pela imponencia do numero e pelas disposições.

Na rua de S. Pedro armaram-se muitos com a lenha de umas carroças que descarregavam á porta

de uma padaria e chegando á Piedade o povo derramou-se pelo jardim e ruas que o ladeiam, mais curioso que irritado.

O sr. Cesar Zama subiu e falou ao sr. José Gonçalves intimando-o outra vez a deixar a administração do Estado. Esta conferencia foi delicada e quasi alegre. Mas o sr. José Gonçalves resistia do mesmo modo.

Neste interim, chegou o capitão de infantaria Julio Cesar Gomes da Silva, deputado, que trazia da parte do General Tude, um convite para o sr. Cesar Zama afim de que fosse ao Quartel-General.

Ali chegando, o General declarou ao chefe ostensivo da revolução, que sabia tratar-se da organização de uma junta que devia assumir o Governo do qual ia ser deposto o sr. José Gonçalves, assim como da resistencia deste em abandonar o cargo e pediu um meio de accommodation; sendo-lhe respondido que não havia, declarou então que acabava de receber uma carta em que lhe era affirmado que se elle, General Tude, fosse quem assumisse o Governo, não só a população receberia bem o facto como o sr. José Gonçalves cederia, ao que o sr. Zama respondeu — Pois sim, General, vá fardar-se e vamos.

Ao sahir o sr. Zama, tinha o Governador officiado ao General Tude requisitando a manutenção da ordem, recebendo resposta negativa, que lhe foi levada pelo Tenente-Coronel Luiz Soares Wolff, secretario do Commando do Districto, verbalmente.

Continuando o tumulto, o dr. Paula Guimarães foi ao Quartel-General e parece ter sido elle quem aconselhou ao General Tude que fosse á secretaria, e provavelmente tambem quem lhe insinuou que assumisse o Governo para impedir a formação da junta em que se fallava.

Chegando o General Tude, depois de trocar algumas palavras com o Governador, disse-lhe que a solução era passar-lhe o Governo o sr. José Gonçalves.

Então o Governador quiz entregar a administração ao sr. Luiz Vianna, presidente do senado, ao qual deu o officio respectivo.

O habil senador, porém, recusou a terrível investidura que lhe era conferida tão tarde, dizendo não ter tempo para reunir os elementos de resistência necessários para manter a dignidade do cargo, pelo que entendia que só a autoridade militar podia assumir a responsabilidade daquella situação, até que se achasse uma solução rasoavel para o caso.

O sr. José Gonçalves que n'esta occasião procedeu bem em tudo, procurou o outro substituto legal, dr. Satyro Dias.

Este tinha querido ir presidir, como era do seu dever, a sessão tumultuosa da camara que se celebrou neste dia e voltando não poudo penetrar na secretaria.

Repellido grosseiramente, maltratado, escapando dez vezes de ser assassinado em alguns minutos, perseguido até á altura da casa do sr. Lacerda, além do jardim, deyeu a salvação a alguns amigos que accorreram e o escoltaram até a sua casa.

Foi só então que o General Tude assumiu a autoridade.

Entretanto os srs. Couto e Freitas esperavam impacientes em casa do primeiro, ao Caquende, que fossem chamados, conforme se combinára na vespera.

Cansados de esperar a massa acclamante que os devia ir buscar, vieram os srs. Couto e Freitas até á Praça, cerca de duas horas, e ahí o sr. Almeida

Conto fez ainda um discurso da janella da casa em que funcionava a inspectoría de Terras e onde hoje é o consulado americano. Acompanharam-o os srs. Virgilio Damasio e Freitas, que também fallou, assim como outros cidadãos depois.

Mas a gente que ali estava não era a gente de acção que tinha feito o motim e sim curiosos em sua maioria, que vinham tomar o ar dos acontecimentos, saber e contar as novidades.

Aonde elles deviam ter ido era à Piedade, onde se dava o combate e onde, se tivessem apparecido opportunamente, teriam encontrado o que procuravam; a acclamação.

Aqui cabem ponderações de valor.

Si o sr. Zama fazia parte de uma conspiração que tinha por fim entregar o poder a uma junta, como concordou, consentiu, não se oppoz a que um só homem e o mais poderoso, assumisse só toda a auctoridade publica o que foi causa de abortar, de tornar-se quasi um codillo a revolução, pois se mudou apenas o sr. José Gonçalves?

E como se comprehende que os chefes indicados para a junta fossem para a Praça de Palacio, quando era para a Piedade que deviam se ter dirigido, por ser alli que se travava a luta, e que se devia resolver ella?

E não teria o sr. Zama cedido naquillo por se ter visto só, por entender que os seus companheiros de conspiração sabendo das resistencias e incidentes que haviam surgido deviam ter vindo para o seu lado, compartilhar das difficuldades, perigos e responsabilidades daquellas horas difficeis?

Elle não diz, mas sente-se que devia ser assim.

Questão muito importante constitucionalmente é a da intervenção da força federal, para garantir as autoridades constituídas nos Estados e neste ponto

o manifesto das camaras da Bahia ataca energicamente o General Tude.

Não existe, porém, na secretaria o officio, como devia ser, do Governador requisitando a força ao Commandante do Districto.

O que o General Tude recebeu, conforme consta, porque não existe copia no archivo, foi um officio convidando-o a comparecer na secretaria, para manter a ordem, já quando o tumulto estava no seu maior auge, officio que lhe foi levado pelo sr. Duarte de Oliveira.

Foi após isto que o General se dirigiu para a secretaria e que o 9.º batalhão occupou a praça.

Affirma pessoa que acompanhou o General Tude nesta quadra toda, que elle mandou dizer para os conjurados reunidos em casa do Cons. Couto na noite de 23, que não contassem com elle para a formação da junta, que foi o dr. Paula Guimarães quem lhe apresentou a idéa de assumir elle, autoridade militar, a administração temporaria para manter a ordem, o que impediu a organização da junta; e que foi ainda este, assim como o dr. Amphilophio, os que influíram sobre elle, desde logo, para que tentasse investir no Governo os substitutos legaes do dr. José Gonçalves, o que explica o chamado ao Quartel-General do dr. Satyro Dias, no dia 25, e o que se passou entre este e o General sobre tão delicado assumpto, por ter declarado o dr. Satyro Dias, assim como já o fizera o sr. Luiz Vianna, que só assumiria a administração se contasse com a força, ao que aliás não accedeu o Commandante do Districto.

Estes conselhos e a poderosa ascendencia que sobre o General exercia outra pessoa, sua esposa, atemorizada pelos perigos presentes e futuros, actuaram na tarde de 24 e explicam ainda o seguinte.

Tinha sido expedida ordem para a secretaria do interior afim de ser remettido papel timbrado e tudo mais que fosse necessario para o expediente logo na manhan de 25, assim como um empregado para esse trabalho de gabinete.

Quando, porém, este empregado, que ainda existe na secretaria do interior, Rodolpho Americo de Souza, apresentou-se ao General Tude, recebeu ordem de voltar para a repartição com os papeis, porque elle não despacharia expediente algum.

De modo que só um acto de Governo consta ter sido praticado pelo General Tude, e este mesmo não teve execução.

Foi a nomeação do dr. Candido Cesar da Silva Leão, para Chefe de Policia, acto que foi lavrado, mas não foi entregue ao nomeado, porque pessoa influente no partido federalista dirigiu-se ao Coronel Moreira Cesar, fazendo ponderações sobre aquelle magistrado, que parece terem sido os motivos da permanencia daquelle militar na chefatura de Policia, até a solução da crise.

O sentido da demonstração tinha sido a manifestação do receio de que sendo aquelle magistrado parente do dr. Cesar Zama, naquella melindrosa quadra, podesse trazer isto alguma coacção a certas pessoas.

A partir da tarde de 24 a revolução segue uma marcha vacillante e retrograda.

O poder do General Tude que não era de direito tambem não o foi de facto, porque elle não assignou um só documento em todo o decurso de vinte e tantos dias.

Tambem para manter a ordem não era elle preciso, porque o homem que fizera o 24, a maior popularidade da Bahia, assignava com o General e o sr. Moreira Cesar a ordem de não haver viva alma nas ruas depois das 9 horas da noite.

Refere o escriptor fluminense terem havido disturbios e correrias á noite feitas por soldados de linha e após os quaes o sr. José Gonçalves passou o Governo ao General Tude Neiva.

Não foi assim que se deram os factos.

Naquella noite tempestuosa, cortada pelas rajadas de um vento aspero, negra e sinistra, digna noite de um dia em que se tinham commettido tantas mortes de innocentes, não bulio um cão com a cauda, politicamente fallando, aqui nas ruas da Bahia.

A passagem do Governo, para as mãos da auctoridade militar, deu-se durante a estada do sr. José Gonçalves, na secretaria do Governo.

Quando este se retirou para casa de um amigo, o negociante Manoel da Costa Rodrigues Vianna, ao largo Castro Alves, seriam cerca de 4 horas da tarde.

Durante o dia, até antes das 5 horas, foi que se deram os tiroteios e que as victimas caíram.

N'uma cidade de que Moreira Cesar era o chefe de Policia não podia haver correrias, salvo se elle as mandasse fazer; desde que parecia estar no fundo victoriosa a revolução, exercia o supremo mando a autoridade militar e elle respondia pela policia.

O que se deu foi o seguinte:

O chamado do General Tude foi uma diversão para a revolta, como se diz na guerra!

O sr. Zama, sahindo da Piedade deixara ali o povo entregue a si mesmo, sem chefe; e factos isolados vieram, como tantas vezes acontece nas revoluções, tomar o lugar dos principaes, ou desviar o curso dos mais importantes.

Quando voltou o sr. Cesar Zama do Quartel-General, veio presenciar o resto de factos muito graves, que se tinham passado em sua ausencia.

A guarda da Secretaria da Policia, que fica a um dos lados da praça da Piedade e á direita da

Secretaria do Governo, onde se achava o sr. José Gonçalves, fôra reforçada pela vinda da Guarda do Commercio, Cominmandada pelo Tenente Antonio Machado.

O povo-léo que cercava o edificio vociferava e insultava os soldados; e n'aquelle dia em que tinha, segundo se dizia, as costas quentes pela protecção da linha, a rixa velha da plebe com a policia achava pretexto para se expandir.

Em breve alguns populares mais arroçados cortaram o fio telephonico da delegacia, que era em baixo, no andar terreo da secretaria; os soldados oppuzeram-se naturalmente mas o fio foi cortado, quando, porém, deitaram escadas á parede para cortar o da chefatura, no 1.º andar, a tropa tomou attitude energica; d'ahi ás injurias e ás pedradas não houve muita demora.

Ha quem diga que um tiro ou alguns tiros de revolver foram disparados contra o edificio, as portas e as janellas baixas da secretaria, onde estava a guarda.

Esta respondeu então com fogo de carabina.

Houve ordem? Quem a deu?

O Chefe de Policia, dr. Pedro Mariani estava com o Governador; restam o dr. Adalberto Guimarães, que, segundo algumas versões, estava tambem na secretaria do Governo, o Capitão Antonio Braga, o Tenente Machado ou simplesmente o sargento Angelo Francisco da Silva.

Como em muitos outros casos identicos ninguém sabe.

O que é certo é que a policia foi atirando e ás pedradas respondeu com ás balas, enquanto a munición durou.

Ahi foram feitas as primeiras victimas.

Quando a munición se acabou, o que foi logo verificado pela gente que cercava o edificio, as pedradas, os tiros, as cacetadas recrudesceram e

começaram a gritar que o verdadeiro seria deitar fogo á casa.

Chegavam já lenha e fachinas, já appareciam chammas quando o dr. Cesar Zama voltava do Quartel-General; a revolução abandonada, como tantas vezes acontece, tinha degenerado em anarchia.

O Chefe tenta reassumir o seu poder, precipita-se para o incendio e o faz extinguir, mas muitos homens do povo, irritados pelas mortes, escandecidos pela colera, invectivam o tribuno.

A secretaria fôra invadida e vasculhada, o archivo destruido, a guarda fugira, as autoridades tambem, e o illustre deputado via como de uma manifestação pacifica se fórma um enorme e sangrento tumulto.

Cornetas annunciaram a chegada de uma força.

Era o 9.º batalhão de infantaria que avançava pela rua da Lapa em ordem de batalha.

A frente o Coronel Moreira Cesar, no centro a musica e a bandeira com o seu pelotão dobrado; os soldados traziam as patronas cheias de cartuchos, os fechos das carabinas sem o envolvero de couro, prompto todo o batalhão para se abrir em linha de atiradores em combate, ou se fechar num quadrado erriçado de baionetas.

Quando fez alto, em frente á secretaria, piquetes tomaram as boccas das ruas.

O sr. Tude recebeu o Governo da Bahia e o sr. José Gonçalves retirou-se para a casa do sr. commendador Rodrigues Vianna, ao largo Castro Alves.

Ainda na porta o General Tude falou em segurança da sua pessoa, mas o sr. José Gonçalves respondeu sobranceiramente que não precisava de garantias, cercado como estava, pelos amigos que o acompanhavam.

Ainda assim o General Tude acompanhou a cavallo o grupo, á distancia, até o alto de S. Bento.

O homem que não tinha sabido manter a dignidade do Estado que representava, acudindo á aquiescencia do crime constitucional de 3 de Novembro, soube pelo menos manter a propria diante das intimacões e das vociferações da plebe e não se mostrando cobarde ou medroso diante da força.

Pouco depois o 9.º batalhão retirou-se e tudo parecia ter voltado á ordem, mas certos individuos procuravam os policiaes, que tinham atirado da secretaria, agora fugitivos.

O odio era sobre tudo intenso contra o Tenente Machado, commandante do destacamento, que subira do commercio e que o povo accusava de ter dirigido o fogo.

Correu como um raio a noticia de que estava homisiado em uma casa á rua Pedro Jacome e de toda parte corre gente, que tenta assaltar a casa para espedaçar o refugiado.

A gente que mata os desarmados e que nos dias de revolução brota das calçadas e dos cantos ignorados das cidades atira-se furiosa, e com muito custo se aguenta a familia, até que chega o piquete, que devia conduzir o fugitivo.

A' noticia de que continuavam as tropelias começadas com o fio de telephone, ordens foram expedidas pelo coronel Moreira Cesar, investido do cargo de chefe de policia.

Diversos piquetes municiados sahiram do seu quartel; um, commandado pelo Tenente João Paulo, recolheu, pelas ruas do Fogo, Faisca e largo 2 de Julho, praças de policia por ali refugiadas; um outro, commandado pelo Alferes Francisco José Patricio, sabendo que o tenente

Machado se achava homisiado na casa da familia Barros. ali recebeu o official perseguido.

A este piquete, que se fórma logo em quadrado, se recolhe o Tenente Machado, mas por cima dos soldados tenta a turba feril-o.

Debalde o commandante grita que não se adiantem, que se retirem; debalde ainda é uma descarga, fogo de alegria, dada para o ar; voltando a si do susto, a plebe que tinha a promessa de que a linha não atiraria sobre ella, pois estava do seu lado, se lança de novo sobre o perseguido e uma cacetada o alcança.

Então o Alferes Patricio ordena o fogo e uma descarga de pelotão em quadrado cahe sobre a massa prostrando muita gente.

Um outro piquete, commandado pelo Alferes Elesbão José de Souza, que tinha subido pela rua Carlos Gomes, ouvindo os tiros, desde a rua do Cabeça, avançou d'ahi em diante a marche-marche atirando e entrou na Piedade, onde juntou-se á força do Alferes Patricio.

Continuando a soffrer pedradas, o quadrado augmentado, tendo no centro o Tenente Machado, atirou outra vez.

Ao ganhar a esquina da praça, antes de entrar na rua estreita, outra descarga partiu e ainda na encrusilhada que fica em frente á casa que é hoje Faculdade de Direito, os soldados se voltavam para traz e atiravam na direcção da rua do Senado.

Os ultimos tiros foram dados na rua da Lapa, na altura da travessa dos Barbeiros.

Seriam 4 horas da tarde.

A tropa tinha dado talvez umas dez descargas.

Foram estes tiros da tropa de linha que mataram muitos do povo, descargas cerradas de pelotão atirando sobre a massa que estava nas ruas da

praça e dentro do jardim, dessa mesma tropa de linha que se tinha affirmado ao povo, que não atiraria sobre elle, porque estava do seu lado.

Se realmente aquella promessa foi feita na véspera á noite, em casa do conselheiro Couto, pelos militares ali reunidos, ella não foi cumprida e o Coronel Moreira Cesar, Chefe de Policia, restabeleceu a ordem com a fusilaria dos seus soldados.

Nunca se fez a estatística dos que morreram neste dia terrível e, o que é ainda mais digno de reparo, não consta nos cemiterios da Capital os que foram enterrados.

E não é porque não se fizessem enterramentos, mas porque houve proposito em esconder para todo sempre a verdade sobre o numero das victimas.

Na Santa Casa de Misericordia não consta sequer o enterro do negociante de Nazareth Pedro Marques de Jesus, que cahiu varado por uma bala na Piedade; verificada a sua identidade, logo quando cahiu, elle foi depois envolvido na turba dos anonymos, que foram transportados em carroças e entregues a terra por ordem do Coronel Moreira Cesar; consta ainda que o capellão de um dos cemiterios se oppoz áquellas inhumações sem guia, mas, diante da vontade imperiosa do sr. Moreira Cesar, a terra tragou as victimas sem deixar vestígios.

Dos feridos, que não podia ser menos de trinta, uns foram para as suas casas, outros para o Hospital de Caridade e outros que não se podiam levantar, recolhidos ao hospital militar, segundo dizem.

Provas, documentos, não ha.

Correram tão poucos annos e com os mortos desapareceram as provas destes factos lutosos.

O dr. Daltro, auditor de guerra, que passou pela Piedade e Lapa pouco depois das descargas da linha, calcula em trinta os mortos que viu; o sr. Luiz Vianna teve nota de quatorze e o sr. Cesar Zama foi informado de terem sido cerca de sessenta.

Acredito serem as notas do sr. Luiz Vianna as que mais se approximam da exactidão. Já pelas cinco horas da tarde quem passasse pelas vizinhanças do quartel general em toda a extensão da rua da Lapa até a esquina da Rua Nova, pouco mais ou menos, veria vedetas de infantaria, sentinellas perdidas, com a carabina carregada e a baioneta calada, tal qual como nos arredores de um campo fortificado.

E pelas seis horas, até o serviço dos bondes da linha de Nazareth se suspendia; já pouco depois das descargas a que deve a vida o Tenente Machado, o proprio Coronel Moreira Cesar, acompanhado do Capitão Julio Cesar e duas ordenanças, todos a cavallo, paravam pelas esquinas das ruas do Rosario e adjacentes, onde faziam pregar o seguinte boletim:

AO POVO

«Os abaixo assignados, responsaveis pela manutenção da ordem publica, pedem ao povo que continue nos seus labores ordinarios, pois a autoridade não póde de modo algum consentir nem de leve na perturbação. Hoje ás nove horas, todos estarão em suas casas. Confiamos no povo bahiano. General Tude Neiva, Governador; Tenente-Coronel Moreira Cesar, Chefe de Policia; Cesar Zama».

A manifestação popular dirigida pelo sr. Cesar Zama tinha alcançado, pois, um dos objectivos do

movimento; havia derrubado o sr. José Gonçalves ou antes expulsara-o do seu palacio, mas não se comprehende que homens fieis a um partido limitassem a isto os seus esforços.

Elles não podiam contentar-se com este resultado pessoal e platonico e sim pretender substituir o seu partido ao outro.

Entretanto, parece que não puderam ou não souberam trabalhar, julgando a campanha perdida, porque na batalha não assumira a junta politica o Governo, e sim o sr. General Tude, ou porque fundas dissidencias e dissabores impedissem uma acção energica e combinada.

No *Estado da Bahia* e no *Pequeno Jornal* fez-se uma guerra frouxa, ao passo que do lado opposto os elementos se congregaram habil e fortemente.

Logo nos dias seguintes, os srs. Paula Guimarães e Severino Vieira publicaram manifestos profligando o golpe de Estado, mas estabelecendo a questão da Bahia em outro pé, no termo da legalidade constitucional, e, embora censurando logicamente o Governador sem exercicio, punham-se ao lado d'elle para defeza das leis estaduaes, que estabelecem o modo de substituição dos Governadores.

E junto ao Marechal Floriano, pelos srs. Ruy Barbosa, Marcolino Moura e Dyonisio de Cerqueira foi a questão apresentada sob esta luz nova.

O deputado Amphilophio Botelho Freire de Carvalho, que possuía ascendente sobre o sr. Custodio de Mello, influia com toda a força sobre elle, contrabalançando com vantagem a importancia do sr. Augusto de Freitas, tambem amigo do Ministro da marinha.

O sr. Arthur Rios foi enviado pelo partido ao Rio de Janeiro, para ser o interprete sagaz e activo

entre os homens da Bahia e os srs. Ruy, Dyonísio e Floriano.

O corpo legislativo do Estado, também publicou um manifesto e esse trabalho, devido aos srs. Satyro Dias e Eduardo Ramos, tem entre outras coisas importantes a declaração de que o governador não se esquivaria de adoptar, após o restabelecimento do regimen constitucional, a solução mais consoante á dignidade e decoro do seu alto cargo; assim como responsabilisa fortemente o General Tude pela não intervenção da força federal para manter a ordem, de accordo com o n. 3, art. 6.º da Constituição da Republica e o art. 3.º do Decreto de 2 de Julho de 1891.

A habilidade reservada e fria do Marechal Floriano, a quem talvez, já vinte e quatro horas depois da victoria facil do 23 de Novembro, pesasse o papel impetuoso e vehemente, demasiado poderoso e absorvente do ministro da marinha, estudava e calculava sem se pronunciar, abalado ao ouvir a palavra — legalidade, e principalmente ao reflectir que não seria acertado deixar em um Estado tão importante a autoridade nas mãos de pessoas que a deveriam áquelle ministro.

Isto é o que explica o seu duplo jogo.

E mandou á Bahia, não só um, mais dois emissarios, talvez por uma daquellas inclinações á dualidade que foi em tudo a norma politica do homem que tinha por divisa *confiar desconfiando*.

Um foi o Capitão Servílio Gonçalves; sobre a missão que trazia e o que foi encarregado de fazer pouco se sabe; quanto ao outro, eis aqui como o Tenente-Coronel Moreira Cesar annunciava a sua vinda ao sr. Conselheiro Couto, no dia 30, sete dias, portanto, depois da revolução de 24.

« Sr. dr. Almeida Couto. A pessoa que tem de resolver é de minha inteira confiança.

O Floriano Peixoto, General Simeão e Custodio de Mello são seus amigos íntimos.

Por tudo isto creio que será conveniente recebermos friamente, para que não digam que veio elle consignado a nós e para que tenha mais merecimento a sua resolução.

Estou certo que a Bahia ficará satisfeita.

Quando elle nos procure será então conveniente mostrar a carta do sr. Saraiva, para que fique convencido que não é questão de monarchismo.

Adeus. Seu admirador, amigo, creado, obrigado.—*Antonio Moreira Cesar.*

Bahia, 30—11—91. *

Os primeiros passos do sr. Abreu Lima, foram criteriosos.

Quiz logo ouvir o sr. Saraiva, nome tão venerando nos ultimos annos do imperio.

Mas a idade e os soffrimentos abatem os organismos mais robustos e a posição do Conselheiro Saraiva não foi nesta occasião tal como o impunham a capacidade de seu espirito e a honra de seu nome.

Parece que o estadista dos tempos da guerra paraguaya e o autor da melhor lei eleitoral que o Brazil tem tido, não era o mesmo que se assentara na Constituinte, sem nella impôr a influencia bemfazeja do seu alto espirito pratico, liberal e sensato, nem aquelle a quem o sr. Abreu Lima se dirigia para ouvir, como a um oraculo, digno de toda a attenção e respeito.

O que o velho liberal sentia era nobre indignação pela adhesão ao crime de 3 de Novembro, feito, não por um ministro como Strafford ou outro dependente de um rei ou de um governo, mas pelo chefe de um Estado republicano e autonomo.

Além d'este lampejo, porém, nada mais pro-

duziu de util; as suas respostas n'esta occasião foram evasivas e incertas.

Por outro lado os amigos do sr. José Gonçalves receberam o emissario do Vice-Presidente da Republica com as apparencias de uma especie de cenaculo.

Tinha-se feito a sala e ella produziu impressão como todas as cousas bem preparadas.

O General Floriano era informado de tudo e reflectia sempre reservado.

Esta interessante campanha politica, entre-meada de intrigas, de discussões eruditas, sobre questões de direito, de manobras para alcançar influencia sobre a opinião publica e sobre os homens do contra-golpe no governo, foi dirigida com muita energia, tenacidade e prudencia pelas duas cabeças mais sagazes e politicas do partido, os srs. Luiz Vianna e Severino Vieira, admiravelmente auxiliados pelos srs. Paula, Arthur Rios, Amphilophio, Dyonisio, Ruy Barbosa, etc.

A grande habilidade da gente que constituiu o partido consistia em procurar logo fazer uma opinião e de posse dos meios de conseguil-o inverteram geitosamente as coisas.

Deixaram de lado a questão primordial. isto é, o facto delictuoso, para só apresentar a Bahia offendida, ameaçada na sua constituição, nas suas liberdades, na sua dignidade e renome; e manobrando com este glorioso escudo faziam chover sobre Floriano, que não tinha mais na revolução o interesse militar e politico do principio, sobre a imprensa daqui com toda facilidade, e a de fóra por multiplos caminhos, estas idéas que incutiram em tudo e em todos.

E logicamente, por tal ordem de plano, aguentaram a figura do sr. José Gonçalves e chegaram a fazel-a grande e quasi heroica,

Multiplos individuos, nomes de guerra—João da Luz, Acacio Prisco, Viriato d'Assumpção, Scaramuzzi, Frei Talião, enchiam as columnas dos jornaes e o epigramma mesmo em prosa ou em verso era jogado, ás vezes com felicidade.

Gastava-se talento e naturalmente tambem dinheiro.

A imprensa, que aliás tivera redactores entre os oradores do povo no dia 24, desfraldara a mesma bandeira do tabernaculo constitucional e cada vez mais francamente á proporção que ella avançava para a victoria.

Pelos talentos do sr. Severino Vieira, pelos homens que escreviam parece ter sido elle quem exclusivamente ou quasi exclusivamente tomou a si esta parte delicada e importante da campanha.

Tambem isto não se fazia só pela Bahia, e muito menos pelo sr. José Gonçalves, mas principalmente pelo interesse do partido cuja perseverança, energia e geito, repararam não só os erros do Governador, tanto quanto foi possível reparar, como tambem os dos seus proprios membros, commettidos nas primeiras horas e que não foram poucos, aproveitando-se da desunião, da falta de ordem e plano dos adversarios, da sua irresolução e modos da sua inercia depois da acção, tão incompreensiveis como absurdos e incongruentes.

Promoviam-se por todos os modos manifestações ao sr. José Gonçalves, cujas qualidades communs de honestidade eram exaggeradas.

E uma vez dado o impulso com a publicação das primeiras visitas, que não tinham perigo nem compromettiam a pessoa alguma, facil foi o resto.

Tornou-se moda passar pela casa do sr. commendador Rodrigues Vianna e conversar na sala em que o sr. José Gonçalves contava o que tinha feito no dia 24 e falava com calor da resistencia

no seu posto, que realmente tinha sido nobre e digna de elogios.

Pouco importava que houvesse relação com o grave caso politico que se discutia e com a verdadeira questão, que era afinal agora a luta pelo poder de dois partidos: tudo servia para avolumar pelo numero aqui e no resto do paiz, e como o acontecimento dava aos visitantes a gloria de ter os nomes estampados, no dia seguinte, na rima e prosa local e até mais longe, compareceu muita gente.

Foi assim que desde as associações de commercio até as sociedades mais extranhas ás questões politicas, e que nada tinham que ver com o caso, vieram manifestar-se.

Passavam centenas de pessoas e foram referidas pelo *Diario da Bahia*, como visitas que exprimiam o interesse que taes associações e individuos tinham pela integridade das leis da Bahia.

E como em todas as cousas neste mundo entra sua parte de ridiculo, até umas senhoras que representavam certa irmandade de Santa festejada em uma das capellas desta cidade tambem entenderam ir agitar seus leques e fazer farfalhar as saias naquella sala politica, em que a irmandade não tinha fitas a distribuir nem vestidos da Santa a bordar.

Fóra estes exaggeros, os bons cidadãos, os amigos da constituição, das leis e da ordem, não queriam, após o primeiro susto, que viesse a dominar no Estado um regimen militar imposto.

Não havia governo algum; era a acephalia da administração publica; não havia expediente nas repartições e no principio de Dezembro os funcionarios da Secretaria do Interior assignaram as folhas do seu propri opagamento.

O General Tude continuava a não ser, depois

de ter querido ser Governador e de ter assumido esse cargo.

Nomeara o dr. Candido Leão, mas a nomeação nunca foi levada a effeito, nem o Juiz de Direito referido empossado neste cargo, que o sr. Moreira Cesar occupava.

Questões de direito surgiam levantadas pelos homens do sr. José Gonçalves.

Tinham estabelecido a questão da incompetencia do General Tude e sustentavam agora que o sr. José Gonçalves passara a este apenas a autoridade para manter a ordem e não de outro modo, pois, os casos da transmissão da administração se achavam especificados na Constituição Estadual.

Mas, apesar desta argumentação e de não occupar o cargo o sr. Tude, o sr. José Gonçalves tambem não reassumia.

Contava-se que depois da chegada do 16.º batalhão, que viera do sul, cujo commandante era um dos maiores amigos do sr. José Gonçalves e cujos officiaes diziam que o Marechal Floriano lhes declarara não querer que fosse de qualquer modo lesada a constituição estadual, este batalhão levaria um dia o sr. José Gonçalves á sua secretaria, e diz-se que o sr. Luiz Vianna aconselhou ao governador que o fizesse.

Era inconsequente a argumentação comparada com a attitude do sr. José Gonçalves, porque a ordem estava perfeitamente restabelecida desde as 5 horas da tarde do dia 24.

Ataques rompiam na imprensa obedecendo a palavra de ordem, dada pelo manifesto das camaras contra o General Tude, porque não fornecera a força federal para manter a ordem, de accordo com a Constituição da Republica.

O sr. Abreu Lima, apontado como o arbitro da situação, graças á sua qualidade de emissario

e homem de confiança de Floriano, era intimo de Moreira Cesar, mas parece que este já não estava tão bem como d'antes com seus companheiros de conspiração.

Ou que a attitude do Coronel Ihes parecesse perfida, por ter elle, que estava compromettido com os chefes do partido nacional a trabalhar para constituil-os em junta governativa, assumido o cargo de chefe de policia, ao passo que o General se substituiu á junta, e passavam-se os dias sem que ella fosse constituída, ou porque houvessem outros motivos de desconfiança, a discordia não tardou muito a lavrar entre elles.

Sobre o sr. Zama incidiam tambem censuras semelhantes, e realmente os civis que deviam constituir a junta, ficavam bem positivamente cada dia mais longe do governo.

Falava-se no presidente do Tribunal, suspeito aliás de intimidade com o sr. conselheiro Couto, pelo que os adversarios apresentaram logo outra questão de direito, a saber: que não se podia entender com este a substituição do governador em 3.º lugar, por não ser elle o Presidente do Tribunal do Estado, em virtude de não ter sido ainda organisada a sua magistratura e ser esse funcionario, que ainda não existia, que a constituição estadual se referia.

O Coronel de engenheiros Dyonisio de Cerqueira, deputado federal, era um dos baluartes mais activos do partido federalista no Rio e amigo de Floriano.

O Coronel Abreu Lima, trabalhando sem duvida pelo sr. Moreira Cesar, resolveu assumir elle mesmo o governo.

Fôra, entretanto, o mesmo que declarara ao sr. José Gonçalves e aos seus amigos que elle seria apenas um phonographo que o Marechal teria

aqui na Bahia e que ainda depois, provocado por um artigo do *Diario de Noticias*, escrevera á redacção uma carta em que dizia não ser pretensão sua apoderar-se do governo do Estado, o que só se poderia admittir por um accidente da mentalidade.

Na situação a que se tinha chegado e perante a irresolução do General Tude insistiram os Coroneis Abreu Lima e Moreira Cesar para que o Commandante do Districto resolvesse a crise e este, ou fatigado, e desejoso de se ver desprendido de tão grandes responsabilidades, ou talvez, acima de tudo, magoado porque o Marechal Floriano nunca se communicára com elle, propoz aos dois passar a administração do Estado ao primeiro destes, o que foi immediatamente accedido por ambos; e ponderando ainda o sr. Abreu Lima que isto não se podia fazer sem que tambem o General passasse o Commando do Districto, elle promptificou-se a entregar esta investidura, da qual já pedira demissão, ao Coronel Frederico Cavalcante de Albuquerque, inspector do Arsenal.

Previu logo, porém, o General que Abreu Lima não seria feliz, por causa da resistencia que encontraria na guarnição.

Com effeito, esta resolução foi um ninho de perigos.

O que se conclue é que o Coronel Abreu Lima, diante desta luta de interesses dos dois partidos, concebeu a idéa de ser acclamado Governador com o consentimento de ambos.

Fez então um manifesto declarando assumir o Governo e nomeou logo um secretario. Este acto, porém, despertou indignação e resistencia tenaz por parte do partido republicano e friesa mesmo por parte de muitos membros do partido nacional,

que tinha deste modo trabalhado para um terceiro e extranho.

O que é mais digno de nota é que a guarnição federal mostrou-se descontente, e quasi todos os officiaes de infantaria publicaram um protesto declarando não reconhecer a autoridade estadual que se acabava de estabelecer, o que é uma boa prova tanto da desorientação como da indisciplina e desorganisação a que tinha chegado o exercito.

Officiaes federaes, das duas parcialidades, tinham em mais de uma occasião se manifestado por este, ou por aquelle, mas desta vez era um pronunciamento energico e decisivo.

O Major e outros officiaes do batalhão, commandado pelo Coronel Moreira Cesar, subscreveram o manifesto.

E o unico documento que o Archivo Publico possui assignado pelo sr. Abreu Lima como Governador é um officio ao Coronel Commandante interino do Districto remettendo-lhe este manifesto afim de que fossem tomadas as devidas providencias.

A imprensa que, á excepção de dois orgãos, o *Estado da Bahia* e o *Pequeno Jornal*, combatia pelo partido federalista, profligou o acto do Coronel e atacou-o com vigor.

Sabiam todos que o 16 batalhão era a guarda do partido e que além disso havia gente e força para tudo, vinda de fóra. Procurou então o Coronel Abreu Lima o apoio do Governo Federal.

O Marechal Floriano, porém, respondeu-lhe evasivamente dizendo que procedesse de accordo com os camaradas. Era contramarchar manifestamente e tendo, ao mesmo tempo, recebido o Coronel um telegramma irritado e energico do General Dyonisio Cerqueira accusando-o asperamente e que terminava pela phrase de effeito —

respeitae a Bahia—, dirigiu-se ao sr. José Gonçalves para procurarem um meio de se chegar a uma solução rasoavel.

Foi n'essa occasião que se aventou até a idéa de dissolver o congresso estadual, mas o Coronel Moreira Cesar oppoz-se a isto, dizendo que, batendo-se a revolução do contra-golpe de Estado para defender a autoridade do congresso dissolvido não se podia conceber que os seus partidarios dissolvessem o congresso estadual.

Foram então entender-se com o sr. Abreu Lima, os srs. Luiz Vianna, Geremoabo e Satyro Dias, combinando-se uma conferencia para o dia seguinte. Na previsão, porém, de que alguma coisa importante se tivesse passado, aproveitaram a tarde para se entender pelo telegrapho com o sr. Arthur Rios, o qual respondeu, autorisado pelos srs. Ruy, Floriano e Custodio, que ficariam todos satisfeitos com a combinação de renunciar o sr. José Gonçalves o cargo perante o congresso que seria convocado, renunciar o sr. Luiz Vianna perante o senado e ser eleito em seu lugar um senador, que assumiria o Governo do Estado, conforme a constituição da Bahia.

Deprehende-se de uma carta do sr. Luiz Vianna, publicada no *Diario da Bahia* e que não foi contestada ao terminar a crise, ter sido elle quem traçou o plano da solução, ou deveu-se ella ao proprio Marechal Floriano e ao Sr. Ruy Barbosa.

A perspicacia dos homens do partido republicano esteve então em conseguir a acquiescencia do contr'almirante Custodio de Mello, o que obtiveram propondo-lhe o sr. Arthur Rios que exercesse o cargo de Governador da Bahia um official de marinha, o que foi acceito, razão pela qual foi apresentado o chefe de divisão reformado Joaquim Leal Ferreira, que Floriano fez preferir

a outro que Custodio desejava mais, talvez só por isto.

Tudo foi definitivamente concordado, pelos dois, o Vice-Presidente e o Ministro.

Quando no dia seguinte a commissão foi ao Hotel Paris, o sr. Abreu Lima declarando que a imprensa e o partido federalista tinham comprehendido mal a sua attitude, disse que recebera ordem do Marechal Floriano para assumir o Governo, em prova de que mostrou a parte superior de um telegramma em que estava escripto — « *Deve V. assumir Governo*. Não tendo sido lido o resto do telegramma, pediu o sr. Luiz Vianna que lhe fosse elle emprestado para mostrar aos amigos, ao que se furtou o Coronel Abreu Lima; entretanto, o sr. Luiz Vianna tinha de relance conseguido ler as palavras seguintes — *acordo guarnição*, d'onde se inferia que se Abreu Lima fizera a proposta de conchavo ao sr. José Gonçalves era porque lhe faltava o apoio da tropa, o que foi horas depois confirmado pelo Coronel Santos Dias, de modo que era evidente fazer o Marechal duplo jogo, pois, ao mesmo tempo que mandara dizer ao sr. Abreu Lima — *Assuma Governo accordo guarnição*, telegraphava ao sr. Santos Dias — *Mantenha Governo Legal*.

Propoz então a commissão a solução das duas resignações sem dizer que ella já tinha o beneplacito do Marechal Floriano.

Declarou o sr. Abreu Lima que iria communicar ao Governo Federal, cuja resposta foi a acceitação como era de esperar.

Neste sentido fez-se uma reunião a que compareceram os senhores abaixo mencionados que combinaram o que consta da seguinte acta.

Acta da sessão celebrada a 22 de Dezembro de 1891, nesta cidade da Bahia, para a solução definitiva da crise politica em que se tem achado este Estado.

Aos 22 dias do mez de Dezembro de 1891, nesta cidade e na casa em que reside o sr. Tenente-Coronel Abreu Lima, reunidos os srs. Severino Vieira, Augusto Freitas, Amphilophio Botelho, Zama, Leovigildo Filgueiras, Prisco Paraizo, Paula Guimarães, deputados federaes e Tenentes Coroneis Abreu Lima e Moreira Cesar, tendo o sr. Severino Vieira, por parte de seus amigos e o dr. Zama, por parte dos seus, se compromettido a fielmente cumprir o que resolvido fosse, na presente sessão, assentou-se no seguinte:

1.º O sr. José Gonçalves da Silva renuncia o cargo de Governador da Bahia.

2.º E' acceito para presidente do senado o chefe de divisão reformado Leal Ferreira, renunciando o seu cargo o dr. Luiz Vianna.

3.º O dr. Luiz Vianna, como presidente do senado, em vista das circumstancias excepcionaes do Estado convocará immediatamente o congresso.

4.º O sr. Abreu Lima entregará o Governo de facto ao novo eleito, presidente do senado.

E, para constar, lavrou-se a presente acta que vai assignada por todos.

Bahia, 22 de Dezembro de 1891. — (Assignados) — d^{rs.} *Aristides Cesar Spinola Zama*. — *Severino Vieira*. — *Augusto Freitas*. — *Prisco Paraizo*. — *Paula Guimarães*. — *Leovigildo Filgueiras*. — *Abreu Lima*. — *Moreira Cesar*. — *Amphilophio Freire de Carvalho*, com estas restricções — 1.º Não reconhecendo o Governo do Tenente-Coronel Abreu Lima, acceito o expediente da renuncia do sr. José Gonçalves, será o congresso convocado pelo sr. Luiz Vianna, como substituto legal do Governador resignatario.

—2.º Aceito para presidente do senado qualquer dos membros d'essa corporação, uma vez eleito por seus pares.

Em cumprimento d'este conchavo no dia 23 de Dezembro de 1891, o sr. Luiz Vianna, presidente do senado, no exercicio do cargo de Governador, convocou o congresso ao qual foi presente a renuncia do sr. José Gonçalves e tambem perante o senado renunciou o seu logar de presidente, elegendo este corpo o chefe de divisão reformado Leal Ferreira.

Deu ainda esta acta pretexto a um tristissimo incidente que poderia trazer funestissimas consequencias.

No dia em que o sr. Leal Ferreira tomou posse do Governo do Estado e quando se encaminhava para a secretaria, encontrou ali o sr. Abreu Lima, acompanhado pelo sr. Moreira Cesar e outros officiaes que, ou por não pertencerem ao partido republicano, ou por espirito de classe o acompanharam e quando o Coronel tomou a acta e a leu, levantaram-se protestos vehementes da parte dos membros do partido federalista que acompanhavam o sr. Leal Ferreira, e o que é mais grave, um Capitão-Tenente da armada, Almiro Leandro da Silva Ribeiro, da parcialidade do sr. José Gonçalves, lançando mão do papel que o seu collega do exercito tinha na mão, arrancou-o violentamente, o que motivou grande alarido na sala e o começo de um tumulto.

Expressões até insultantes e indecorosas foram proferidas e o Coronel Abreu Lima retirou-se precipitadamente.

Um pouco mais tarde dois officiaes de artilheria, os srs. Paes Barretto e Sezefredo de Almeida, vieram pedir ao sr. Almiro Ribeiro o papel

arrebatado, no que interveio o dr. Severino Vieira, entregando o sr. Almiro a acta.

Por seu turno, na rua, o Tenente Alfredo Leão da Silva Pedra, do 16.º de infantaria que mandava uma força, que o Coronel Santos Dias ali mandara postar, e que era um dos mais ardentes partidarios do sr. José Gonçalves e do seu grupo, ao ouvir o tumulto, manda preparar as armas e dispunha-se a carregar, o que daria em resultado mais uma vergonhosa e funestissima collisão, agora entre os militares dos dois lados, quando o sr. Abreu Lima sahiu.

Parece ter sido intuito dos homens do partido republicano esconder aquelle parentesis na vida constitucional do Estado, que se acabava de fechar, ou apagar os vestigios do accordo que terminara a crise, talvez com o pensamento de que passasse tudo isto como resultado só da força do partido e sem intervenção do Governo Federal.

Tão difficil de realisar como tentar esconder a verdade e a luz peccava este desejo, porque disse o sr. Abreu Lima ter assim procedido authorisado por pessoa influente no partido federalista, um dos signatarios da acta em questão, o dr. Amphilophio; e com effeito não só este não negou o facto quando foi interpellado pelo dr. Augusto de Freitas, na rua, como não contestou, ao que me conste, a narração do 2.º Tenente Sezefredo de Almeida.

Chegado, senhores, ao termo desta ardua tarefa de escrever uma pagina da historia contemporanea da Bahia, no meio de difficuldades bem serias, me anima a esperanza de ter deixado um pouco mais desvendado o caminho por onde o historiador futuro marchará, facilitando o trabalho da critica que restabelecerá os pontos, porventura, ainda obscuros ou errados.

Encontramo-nos tristemente diante dos effeitos logicos de certas causas, dos quaes e das quaes a historia é o registro eterno.

Nascida da agitação sediciosa das armas, a Republica soffreu aqui, e ainda um pouco menos do que em Pernambuco e no Ceará, a pressão brutal das armas.

E' o soldado o arbitro de todas as situações, porque sem elle não é possível dominar.

E' o braço do General Tude quem faz voltar a policia, quando ella marcha para fazer respeitar o Governo constituido, entregando-o assim a mercê dos seus inimigos; é elle quem nega o apoio da força aos substitutos legais do Governador que affirmara sustentar, ainda na vespera até a seus subalternos.

Mas não é elle tambem quem decide as coisas como não são sempre os Coroneis que commandam n'estas occasiões.

Nas anarchias é frequente que o poder não reside nos que têm as apparencias d'elle.

São os subalternos que impõem a sua vontade.

Irresoluto desde o dia 23, quando reconhecia no sr. José Gonçalves administrador probo e em cuja queda não consentiria, não a impede no dia seguinte.

Tendo declarado a um dos seus Coroneis, quando se lhe apresentou, o sr. Moreira Cesar, que não concorreria para a deposição e tendo altercado com elle no mesmo dia 24, no quartel do 9.º batalhão, a poucos passos da tropa formada, assume a administração para não exercel-a ao primeiro conselho avisado que lhe dão, joguete dos interesses dos partidos quem não foi educado na alacridade felina delles.

Entretanto, por causa disto se matou, se feriu, ficou-se um mez sem Governo, e ainda quem não despachara, porque sabia que não era Governo, passou este Governo a um outro.

E são os batalhões que fazem a lei realmente.

Chega o 16.º e um partido sabe que vae ganhar terreno.

Officiaes politicos, protestam contra os seus superiores politicos.

Inferiores mandam uma carta ameaçadora ao presidente de um tribunal para que não se realise a hypothese, quando foi aventada, de assumir elle a administração do Estado, entrando assim sargentos e furrieis na hermeneutica das constituições!

Não se dissolve o Congresso estadual, porque um Coronel se oppõe.

Todos são os instrumentos dos interesses dos partidos, mas assim se dilacera e se humilha a dignidade de um regimen e as liberdades de um povo!

Quando se quer fazer uma deposição procura-se o apoio da tropa ou a promessa de sua desobediencia á disciplina e ao dever que lhe é prescripto pela constituição da Republica.

E são os Tenentes e os Alferes que fazem pender a balança para este ou para aquelle.

O presidente da Republica se entende com os Coroneis, e o Commandante do Districto, ao demittir-se, prevê que o sr. Abreu Lima não conseguirá ser acclamado, porque o 9.º batalhão não quer e o 16.º já lhe é hostil.

O chefe do Estado manda que as guarnições arbitrem sobre a legalidade.

E' o Governo Federal quem resolve as questões politicas dos Estados.

Se o partido chamado da legalidade levou a melhor, isto é, se manteve as posições e alijou d'ellas definitivamente o adverso, foi porque Floriano não quiz e a guarnição federal se oppoz, sendo isto em grande parte resultado daquillo.

Ou porque o Marechal não fosse adepto da politica das deposições que, conforme mandava elle dizer ao sr. Zama confidencialmente, estava fazendo máo effeito, ou porque não sorrisse ao seu espirito prevenido e cauteloso, ao seu senso desconfiado, a perspectiva de fazer Custodio muito poderoso no seu Estado, o que é muito plausivel, nunca apoiou a Tude quando elle assumiu a administração, nem lhe telegraphou ou escreveu e quando quiz terminar a crise dirigiu-se ao sr. Zama e pediu-lhe que não se oppozesse á solução projectada.

Ao envez da primeira opinião do Marechal Floriano Peixoto, que fôra no sentido de vencer quem tivesse força para isso, fechou-se a crise por uma transacção entre os partidos que se degladiavam no Estado. E o Governo Federal tornou-se arbitro da situação, solicitado pelos dous.

De modo que a Bahía, que tinha estreado a sua vida constitucional resistindo a uma imposição politica do Governo central, submetteu-se tambem ao systema hypocrita e immoral, despotico e detestavel dos conchavos entre o Governo federal e os estaduaes, que hoje domina em todo o Brazil, ignominioso para a republica e as leis e pelo qual as aspirações nacionaes se abafam, as idéas e os homens novos e capazes não logram de ordinario accesso no caminho dos cargos e das honras publicas, senão pela subserviencia ou pela nullidade.

O erro do Governador, a sua acquiescencia ao absolutismo, desnecessaria porque não se fundava em qualquer conveniencia para um Estado autonomo e que tanto a este prejudicou, os discursos de alguns de seus amigos, a attitude passiva do Congresso, salvo excepções honrosas e raras, bem mostram como andava desgraçadamente a Repu-

blica, aproveitando os homens viciados, sem capacidade e sem cultura, os medalhões do império, e que pela adesão fácil se habilitaram a occupar os logares, a gosar dos proventos e das posições, sem estudarem mais cousa alguma, sem comprehenderem sequer que a ordem nova das cousas importava idéas mais adiantadas e cultas, maneiras e processos politicos novos e mais delicados, que elles não conheciam, ou eram incompetentes para praticar.

Os interesses dos partidos não se identificaram com o povo, porque foram apenas os de alguns homens, que se juntaram no dia seguinte, renegando as suas bandeiras com toda a ligeireza.

De modo que o povo serviu apenas como a carne de canhão ao impeto do celebre conquistador para obter um resultado falho; de modo que do abôrto resultou apenas a mudança de uma figura mas ficou o mesmo partido, os seus homens e idéas, com as mesmas qualidades e defeitos que já tinha.

Em resultado, após este desastre que o collocou fóra do poder, quasi sem esperanças de voltar a elle, sem este incentivo e estímulo, o partido nacional não poudé mais viver propriamente.

A sua vida foi d'ahi em diante uma agonia. O que tinha sido um exercito transformou-se afinal n'um grupo e debandou.

E como pelo systema eleitoral vigente (*) não é possível subir pelas urnas, nunca mais houve uma

(*)—Foi no tempo da administração do dr. José Gonçalves que se inaugurou o costume de mandar o Governo faltar votos, alterar o numero de electores, etc., por meio da falsificação das respectivas actas, o que o povo conhece sob a denominação pittoresca de « bicório ».

A primeira eleição, após a Republica, preparada no tempo do General Hermes, exprimiu as diversas opiniões existentes no Estado.

As eleições preparadas e feitas pelo dr. José Gonçalves iniciaram as unanimidades governamentais por este vicio imprudente de falsificar os votos, que têm deshonrado a Republica.

aggremação politica capaz de se oppôr ás demasias d'este poderoso partido do Governo, que, omnipotente, tendeu naturalmente á tyrannia como tendem os homens e os partidos em taes condições.

E aqui, é que está, n'uma lei má, a chave da questão, a causa real do movimento de 24 de Novembro, que arrastou homens da nobresa de sentimentos de Almeida Couto e muitos dos seus companheiros pelo caminho torvo da revolta, como arrastará ainda outros, até que todos os cidadãos tenham uma só crença politica, *unanime*, ou até que todos se resignem a abandonar os negocios publicos ou a se bandear, pois é bem logico que, emquanto não forem cumpridas sinceramente as promessas theoricas de liberdade e verdade eleitoral, se debaterá a Republica nas intrigas estereis, nas illegalidades e nos crimes politicos.

Os homens que pertenceram aos partidos mortos têm entrado na vida do partido do governo, mas são homens, não são bandeiras, não são idéas, nem programmas que saiam das aspirações e necessidades publicas.

Corpos que se fundem não possuem mais a vitalidade primitiva.

E' um mal para o Estado e para a vida normal da Republica, para a qual, como para o mar, a estagnação será a infecção; que não póde viver sem a lucta das opiniões, que é a vida dos povos livres e até para este mesmo partido que se desorganisa lenta mas seguramente pelas scisões e pelas dilacerações insultuosas e pessoaes; e porque assim andando não tem elle tempo, nem pode attender para as grandes cousas que são os alicerces das prosperidades, da fortuna, da gloria e da honra do Estado.

Força é confessar que tanto a policia como a linha, atirando a primeira para manter as communicações da repartição que estava encarregada de guardar, e defender o edificio ameaçado pelos agentes de uma sedição que estava agindo para depôr o governo constituido, assim como a segunda, atirando para defender a vida de um homem que lhe estava confiada, cumpriram o seu dever.

A responsabilidade do sangue derramado cae mais alto, logicamente.

Senhores, não podemos fazer da historia uma mentira convencional, obediente ás nossas relações de amizade ou deferencia.

Devemos a verdade aos nossos filhos e só com ella a mestra da vida, poderá apontar ao espirito da juventude estes principios immortaes de direito, de moral e de justiça que são os alimentos da jurisprudencia e das liberdades das nações.

Não podemos, nem devemos mentir aos vindouros, porque não é da mentira que poderão sair as lições de experiencia e de civismo que farão no futuro a grandeza desta patria.

E pois que, como disse o poeta—«Que o homicidio, o sangue derramado é o sangue derramado e que aos olhos de Deus eterno, não se muda a figura do assassino porque em vez de um barrete de forçado, se lhe põe na cabeça uma corôa de imperador», força é dizer como sentimos, pela evidencia das provas, que se encontra mais alto a responsabilidade das mortes e dos ferimentos que se fizeram na Bahia, neste dia 24 de Novembro de 1891.

Dr. Braz do Amaral.

APPENDICE

Este trabalho motivou uma serie de artigos dados á estampa no *Diario de Noticias* pelo dr. José Gonçalves da Silva.

Susceptibilisado porque eu em alguns pontos não apresentára o seu procedimento e qualidades sob forma agradavel e elogiosa, o que eu não podia fazer por convencido de terem sido as desgraças occorridas em 24 de Novembro resultado da sua incapacidade para o alto cargo que exerceu, o ex-governador entendeu fazer o que se chama uma desaffronta, de accordo com a paixão, a que aliás não surprehende a quem conhece um pouco as tendencias e fraquezas humanas.

Infelizmente pelo azedume e violencia não foi util como poderia tel-o sido o trabalho do ex-governador, como si se tivesse limitado a esclarecer ou contestar seriamente as affirmações graves que eu havia feito sobre as falsificações eleitoraes (bicorio), sobre os factos que precederam immediatamente o dia 24 de Novembro, incluindo a sua adhesão ao golpe de Estado, assim como as razões juridicas ou politicas que a tivessem porventura justificado, e a sua attitude de figura dirigida pelos outros no periodo que se seguiu até o restabelecimento da ordem constitucional e legal do Estado.

O ex-governador afastou-se em digressões que tinham por fim rebater o que eu não havia dito e provar uma importancia politica na zona sertaneja de Villa-Nova a que eu não me referira, por ser cousa inopportuna tratando-se do golpe de Estado de 3 de Novembro.

Facil seria, citando o que eu escrevi e o que escreveu depois o dr. José Gonçalves, deixar exuberantemente documentado o que acabo de accentuar.

Para isto porém seria preciso não só dispor de mais espaço n'esta *Revista*, como ler os artigos do ex-governador que são longos, muitos d'elles diffusos e acrimoniosos; outros inteiramente fóra do ponto em discussão.

E para esta leitura também me fallece lazer.

Separando a questão do interesse calmo e sereno da historia e do sincero desejo de ensinar á posteridade a verdade dos acontecimentos, sem a preocupação convencional de agradar a quem quer que seja, não vale a pena gastar palavras, perdendo um tempo que pode ser melhor empregado.

Foram estes artigos do dr. José Gonçalves a que me refiro, que deram causa á publicação da parte que vae sob o titulo *Appendice*.

Dr. Braz do Amaral.

CARTAS DOS DRS. SATYRO DIAS, PAULA GUIMARÃES E FELIPPE DALTRO

* Meu caro dr. Amaral. — Recebi pelo nosso amigo Borges dos Reis o discurso que me mandou. Sempre obrigado.

Remetto-lhe a nota junta, escripta pelo Paula Guimarães, a proposito do seu questionario sobre a *bernarda* de 24 de Novembro, na Bahia.

Como verá, é um esboço rapido mas consciencioso e verdadeiro, do que se passou então. É pena que elle o traçasse tão á *vol-d'oiseau*.

Sei que já leu no nosso Instituto a sua Memoria a respeito desses acontecimentos: li o primeiro trecho della, na edição de 8, do *Diario de Noticias*, e estou ancioso pela outra. A nota do Paula chega,

portanto, tarde; mas não foi possível envial-a a tempo. Em todo caso creio que lhe aproveitará para a revisão do seu trabalho, ou para a impressão d'elle em folheto, quando nada o impede de fazer-lhe as modificações que, por ventura, lhe sugira o estudo da referida nota.

Adeus, até breve, pois pretendo ir buscar a família, nos primeiros dias de Junho proximo.

Sempre com muita estima e grande apreço.

Do collega e amigo muito affectuoso. — *Satyro Dias.*

O dr. Paula Guimarães prefacia as notas com a seguinte :

« Meu caro dr. Braz do Amaral. — Já lhe enviei a nota sobre os acontecimentos de 24 de Novembro, na Bahia, que me pediu por intermedio do dr. Satyro.

Demorada por multiplos affazeres, deante da insistencia do nosso referido amigo, escrevi-a ás pressas, *currente calamo*, sem mesmo relér o que escrevi: d'ahi as deficiencias e omissões que não podem deixar de existir, por me terem faltado tempo e lazer necessarios para avivar a memoria de factos occorridos ha doze annos. Do que verá, porém, póde o amigo tirar alguns elementos para a Memoria que está escrevendo sobre o assumpto.

Seja sempre feliz e disponha dos poucos prestimos do velho amigo affectuoso e admirador. — *Paula Guimarães.*

« Ao voltar do Rio, dissolvido o congresso nacional pelo golpe de Estado de 3 de Novembro,

abri os olhos ao Governador, dr. José Gonçalves, meu amigo, sobre os perigos da situação, dando-lhe a entender que se preparava a inevitável reacção contra o acto do Marechal Deodoro e aconselhando-o a que se manifestasse a favor dos que tinham assignado o manifesto, de que lhe dei conhecimento.

Respondeu-me o dr. José Gonçalves que a dignidade não lhe permittia voltar atraz, embora visse que havia sido illudido.

Dois ou tres dias depois, voltei á Secretaria do Governo, em 23 de Novembro, e conversava com o Governador sobre o assumpto momentoso que a todos preocupava, quando chegou o chefe do districto telegraphico que lhe mostrou o despacho communicando a renuncia do Marechal Deodoro e haver o Marechal Floriano assumido o governo; o sr. José Gonçalves, ao lê-lo, voltou-se para mim e disse: «Vou renunciar o governo».

«Sinto muito, mas não tem outro caminho a seguir», respondi. Sahi logo e fui ao quartel da Palma prevenir o Coronel Moreira Cesar e o dr. Urbano de Gouveia, então em serviço na Bahia, como engenheiro encarregado das obras militares, os quaes preparavam o movimento que devia rebentar ali de accordo com o das outras guarnições contra o golpe de Estado, movimento que no Rio fora antecipado por circumstancias especiaes.

Dei-lhes noticia do occorrido, recebida com muita satisfação, ficando logo resolvido que o movimento militar não tinha mais razão de ser e por consequencia sustada a deposição do dr. José Gonçalves.

Communicado o facto tambem ao General Tude, meu amigo particular, ficou este satisfeito e tranquillo, porque assim evitara-se a desordem que

elle temia. Fui para a Calçada onde estava hospedado com minha família e á noite voltei ao Quartel General. Ahi encontrei o General Tude afflicto e me communicou que os Coroneis Moreira Cesar e Saturnino Ribeiro haviam sahido pouco antes e que iam reunir-se, em casa do Conselheiro Almeida Couto, aos politicos que n'aquella mesma noite iam depor o dr. José Gonçalves. Aconselhou-me o General Tude que eu fosse á casa do Conselheiro Couto, para ver se impedia o que se projectava.

Lá fui e entrei resolvido a arcar contra tal pretensão.

Devo dizer que embora fosse eu contra o golpe de Estado, estava ao lado do Governador, nada tramando com os politicos da opposição chefiada pelos drs. Couto e Freitas.

Em casa do Conselheiro Couto encontrei muita gente, entre civis e militares, sendo d'aquelles os conhecidos chefes da opposição no Estado e todos quantos os acompanharam e dos militares os Coroneis Moreira Cesar e Saturnino, o Capitão Caldas e muitos outros.

Pedindo licença ao dr. Almeida Couto para falar, dirigi-me ao Coronel Moreira Cesar e vehementemente proffiguei quererem os militares, que protestavam contra o golpe de Estado, fazel-o na Bahia acompanhando os que á hora adiantada da noite pretendiam expellir o governador do palacio, quando elles sabiam e eu o dizia de publico ali, que este já tinha prompto o officio de renuncia, que no dia seguinte ia mandar ao senado. Depois de troca um tanto excitada de palavras entre mim, os Srs. Cruz Rios e Moreira Cesar, depois de ouvir que o governo iria passar ao dr. Luiz Vianna, presidente do senado, o que seria peor (diziam) que continuar o Sr. José Gonçalves, consegui que os Coroneis Moreira Cesar e Saturnino, Capitão

elle temia. Fui para a Calçada onde estava hospedado com minha familia e á noite voltei ao Quartel General. Ahi encontrei o General Tude afflicto e me communicou que os Coroneis Moreira Cesar e Saturnino Ribeiro haviam sahido pouco antes e que iam reunir-se, em casa do Conselheiro Almeida Couto, aos politicos que n'aquella mesma noite iam depor o dr. José Gonçalves. Aconselhou-me o General Tude que eu fosse á casa do Conselheiro Couto, para ver se impedia o que se projectava.

Lá fui e entrei resolvido a arcar contra tal pretensão.

Devo dizer que embora fosse eu contra o golpe de Estado, estava ao lado do Governador, nada tramando com os politicos da opposição chefiada pelos drs. Couto e Freitas.

Em casa do Conselheiro Couto encontrei muita gente, entre civis e militares, sendo d'aquelles os conhecidos chefes da opposição no Estado e todos quantos os acompanharam e dos militares os Coroneis Moreira Cesar e Saturnino, o Capitão Caldas e muitos outros.

Pedindo licença ao dr. Almeida Couto para falar, dirigi-me ao Coronel Moreira Cesar e vehementemente proffiguei quererem os militares, que protestavam contra o golpe de Estado, fazel-o na Bahia acompanhando os que á hora adiantada da noite pretendiam expellir o governador do palacio, quando elles sabiam e eu o dizia de publico ali, que este já tinha prompto o officio de renuncia, que no dia seguinte ia mandar ao senado. Depois de troca um tanto excitada de palavras entre mim, os Srs. Cruz Rios e Moreira Cesar, depois de ouvir que o governo iria passar ao dr. Luiz Vianna, presidente do senado, o que seria peor (diziam) que continuar o Sr. José Gonçalves, consegui que os Coroneis Moreira Cesar e Saturnino, Capitão

Caldas e outros se retirassem commigo, ficando assim abortado o plano da deposição n'aquella noite de 23 de Novembro.

A 24, quando cheguei á cidade, vindo da Calçada, foi que li o convite do dr. Zama, no jornal *Estado da Bahia*, para o *meeting* da Praça.

Fui ao General Tude, a quem preveni para manter a ordem, e dirigi-me á Piedade, onde se achava o dr. José Gonçalves na secretaria do governo, ficando ao lado d'este.

Quando chegou a commissão composta dos drs. Villasboas, Cincinato e não sei qual o outro talvez o dr. Cruz Rios, depois que esta dirigiu a intimação ao dr. José Gonçalves, adiantei-me protestando em vibrante allocução, dizendo que até na vespera eu estava prompto a um movimento revolucionario contra o golpe de Estado, e que iria até a deposição do meu amigo governador da Bahia, mas que agora, após a victoria da legalidade no Rio, quando não havia perigo nem gloria, eu me oppunha a que se ferisse a constituição do Estado com uma illegalidade tão grande como a que se tinha feito no Rio, sendo a mesma questão de principios e não de homens.

Depois de ter eu falado, adeantou-se o dr. Amphiphio, que abundou nas considerações já feitas por mim. Emquanto se debatia, o dr. José Gonçalves declarou, tendo ao lado o General Tude, a quem eu havia chamado, pulando pela escada, (e não pela janella) porque o povo impedia a quem quer que fosse de sahir da Piedade (Secretaria), declarou o dr. José Gonçalves que não acceitava a intimação e permaneceria no seu posto.

Retirada a commissão, voltou o General Tude para o quartel-general, ficando muita gente com o dr. José Gonçalves.

Foi depois disto que ocorreu o incidente com o Tenente Machado, a excitação popular, tentativa de ataque e incendio ao Palacio da Piedade, recusa do commandante da policia em obedecer ao dr. José Gonçalves, indo eu novamente, passando pelo meio dos exaltados, chamar o General Tude para manter a ordem.

O Governador tentou passar a administração ao Presidente do Senado e ao Presidente da Camara, que o não acceitaram, por lhes faltarem as garantias da força. Em vista do que cedeu elle o governo do Estado ao General Tude «*para manter a ordem*» e retirou-se para a casa do commendador Manoel Vianna, ao largo do Theatro.

Influi no espirito do General Tude que, como toda a familia, tinha em mim grande confiança como medico e amigo, para que não fizesse «*acto de governo*» e esperasse que se normalisasse a situação *mantendo a ordem publica*.

De accordo com isto, no dia seguinte cêdo mandou elle chamar o dr. Satyro Dias, Presidente da Camara, com o qual conversou. Ao chegar ao Quartel-General, sabendo eu do que havia, propuz que se reunisse o Senado e tomasse conhecimento da renuncia do sr. José Gonçalves; que o dr. Luiz Vianna, Presidente do Senado, por sua vez resignasse, sendo eleito, por accordo, para a presidencia um Senador que inspirasse confiança a ambos os lados, assumindo o Governo. Indiquei um nome, o do dr. Horacio Cesar. A isto se oppuzeram os chefes do movimento da vespera, dizendo o dr. Cruz Rios que a revolução estava triumphante e senhora do campo.

Oppuz-me tenazmente a que o General Tude fizesse acto algum de governo, tanto que, tendo elle nomeado Chefe de Policia ao Coronel Moreira Cesar, poucos dias depois (2 ou 3) soube ao

chegar cêdo á sua casa, que estava lavrado de creto nomeando o dr. Candido Leão; ponderei-lhe quanto de irregular havia em tal acto que ficou sem effeito.

Ambas as parcialidades procuraram o Marechal Floriano, buscando pôl-o do seu lado. No Rio, trabalhavam a favor do dr. José Gonçalves, os srs. Ruy Barbosa e Dyonisio Cerqueira.

O Marechal Floriano resolveu mandar á Bahia o Coronel Abreu Lima para informal-o da situação. Este a princípio parecendo favoravel ao dr. José Gonçalves, depois, talvez por influencia do Coronel Moreira Cesar, foi pendendo para os adversarios. O General Tude, assediado por todos os lados e doente não poudé mais e passou o bastão ao Coronel Abreu Lima, o qual assumiu o governo do Estado da Bahia. Protestei logo, no mesmo dia, no *Jornal de Notícias*, fazendo o mesmo o dr. Amphilophio, não reconhecendo no Coronel Abreu Lima autoridade de Governador da Bahia.

Passados 30 dias de interregno, hesitações, dubiedades, etc., etc., afinal resolveu o Marechal Floriano que se fizesse o que havia eu proposto no dia 25. Reunimo-nos, creio que no « Hotel Paris », amigos e adversarios do Governador e ali, em presença do Coronel Abreu Lima, ficou resolvido que o Senado seria convocado, o dr. Luiz Vianna resignaria a presidencia, sendo eleito o Chefe de Divisão reformado Leal Ferreira, que assumiria o Governo, acceita a renuncia do dr. José Gonçalves. Assignou-se uma acta de que o Coronel Abreu Lima disse precisar para mandar ao Marechal Floriano, acta que tem os nomes dos srs. Severino, Freitas, Paula, Filgueiras, Moreira Cesar e outros.

No dia seguinte, após a posse do sr. Leal Ferreira no cargo de Presidente do Senado, quando

na Secretaria do Governo ia elle tomar posse da administração, o Coronel Abreu Lima começou a ler a tal acta, a que me oppuz em vehemente protesto, seguido de tumulto e vozeria, sendo o Coronel Abreu Lima levado por fim pelo braço do dr. Amphilophio. Empossado o Chefe de Divisão Leal Ferreira, entrou tudo nos eixos, não sendo offendida a Constituição da Bahia, apesar de um eclipse de 30 dias.

O Coronel Moreira Cesar aconselhou o General Tude a pender para o lado dos srs. Couto e Freitas.

Não sei que parlamentassem o Coronel Abreu Lima e o dr. Amphilophio, sendo que este agia de accordo com os seus sentimentos intimos e de justiça, sempre commigo.

Não havia quem dirigisse entre os srs. Luiz Vianna, Severino, Amphilophio e eu.

Esperava-se tudo da palavra do Marechal Floriano, dominador absoluto no momento e a quem a força obedecia.

Creio que o dr. Vianna conferenciou com o Coronel Abreu Lima e tambem com o Coronel Moreira Cesar.

Nada sei, porém, ao certo; nem eu tinha, então como hoje, outra preocupação senão a de prestar desinteressados serviços á causa da ordem e da paz, salvando os principios e a dignidade moral.

O dr. José Gonçalves era ouvido com as devidas deferencias, mas devido a naturalissima excitação nervosa, pouco decidia, nem o podia fazer com exito, em vista das circumstancias exceptionaes.

Eu era ouvido porque não se duvidava da minha lealdade, embora não agradasse muito aos exaltados gonçalvistas a minha maneira calma e imparcial de ver as coisas, minha defeza ao

General Tude, minha opposição ao golpe de Estado, etc.

Recebi, entretanto, sempre provas da confiança do proprio dr. José Gonçalves, que sempre me estimulou.

A conferencia a que acima alludo para a escolha do Chefe de Divisão Leal Ferreira assistiram os cavalheiros acima citados o dr. Amphiphio, e tambem, se não me engano, os srs. Severino, Leovigildo Filgueiras e outros de que não me recordo.

Nada conheço da falada missão Servilio Gonçalves. No livro do dr. João Tourinho sobre os factos da deposição do dr. José Gonçalves, apanhado do que então se publicou na imprensa da terra, ha artigos meus, sendo que o ultimo documento, uma carta ao Capitão Caldas, trata de minha visita á casa do conselheiro Almeida Couto, na noite de 23 de Novembro.—*Paula Guimarães.*

Lendo no *Diario de Noticias* a «Memoria Historica apresentada pelo dr. Braz do Amaral ao Instituto Geographico e Historico da Bahia» no trecho «acontecimentos de 24 de Novembro de 1891» deparei meu nome com a informação que prestei a pedido do meu collega e amigo Conselheiro João Torres sobre o morticínio que tivera lugar nesse dia.

E' um facto historico e como tal cabe-me declarar que não contei os cadaveres, mas não é exagerado o numero de 30 entre mortos e feridos; e da propria nota do Conselheiro Luiz Vianna se verifica que se das descargas da linha deram-se

14 mortes, quantas victimas poderiam dar-se das descargas da policia que, entrincheirada na repartição central, surprehendeu o povo agglomerado em massa na praça da Piedade?

Bahia, 27 de Maio de 1903.—*F. Daltro de Castro*».

LEVANTES DE PRETOS NA BAHIA (*)

VINHAM de longe os funestos acontecimentos de frequentes levantes de escravos africanos na Bahia.

Referem as chronicas que nos primeiros annos do seculo XVIII era bem reduzido o commercio de escravos da Bahia com a Costa da Mina, pelas hostilidades da Hollanda e de outras nações conquistadoras. Nos annos de 1637 e 1642 os hollandezes tomaram os castellos de S. Jorge da Mina e de Santo Antonio de Axim, que os portuguezes, primeiros descobridores daquella costa, haviam nella erigido. Com as fortificações levantadas por aquellas nações em toda a extensão da costa, perderam os portuguezes o dominio que nella tinham e quasi se extinguiu o commercio que faziam com os negros da Africa Occidental.

Governava a Bahia, pelos annos de 1720 a 1735, Vasco Fernandes Cesar de Menezes, Conde de Sabugosa. Vendo este vice-rei a notavel decadencia da agricultura bahiana, pela escassez de bracos resolveu animar os negociantés a renovarem o commercio de escravos com a Costa da Mina, e, mandando construir 24 navios, os repartiu pelas

(*) Extrahido do «Jornal do Commercio» do Rio de Janeiro, de 26 de Maio de 1903, onde foi publicado esse interessante trabalho pelo nosso digno conterraneo e consocio Dr. Eduardo de Caldas Brito.

Damos em seguida o que sobre o mesmo assumpto publicou o fallecido consocio José Carlos Ferreira sob o titulo—«As Insurreições dos Africanos», e documentos conservados no Archivo Publico da Bahia sobre a insurreição de 1835.

casas mais opulentas da praça da Bahia, ordenando que os artilhassem para resistirem aos ataques dos holandezes. Sendo, porém, pequenas estas embarcações para enfrentarem os navios de guerra inimigos, foram inefficazes os desejos daquelle vice-rei.

Creada a mesa da inspecção, em 1.º de Abril de 1751, o commercio de escravos com aquella costa começou a tomar certo incremento; e por esse tempo o trafico era monopolizado por alguns negociantes e dos mais ricos da capitania.

No Governo de d. Marcos de Noronha e Britto, 6.º conde dos Arcos e vice-rei do Brazil, mandou d. José I, em virtude da resolução de 6 de Março de 1756 do conselho de Ultramar, que se permittisse a todos franca liberdade de commercio com a Costa da Mina. Pelas circumstancias especiaes em que se achava a capitania da Bahia, por ser a unica productora de tabaco em larga escala, tinha por isso mesmo o privilegio do commercio com aquella costa, onde viviam as tribus mais guerreiras de léste d'Africa: aussás, ou ussás, gèges, nagòs, etc.

No começo do seculo passado os navios negreiros alijavam no porto da Cidade do Salvador legiões de captivos trazidos da Costa da Mina; e nos logradouros publicos essa carne humana era legalmente exposta, examinada e vendida a preço vil: cem mil réis por cabeça, e das mais validas e das mais fortes. Esses negros eram a partilha ou antes os despojos opimos das guerras intestinas entre as tribus atricanas, especie de mercadoria que se permutava, nos portos dos dominios portuguezes, por generos levados do Brazil. Eram os braços fortes da lavoura, os unicos, no dizer dos administradores coloniaes, que resistiam ás intemperies, ás ardentias do sol brasilico e aos penosos e rudes trabalhos do bravio campo. E fôra essa a nossa colonisação... que os braços lusitanos

eram escassos para o manejo das armas em defesa do sólo conquistado.

Na primeira decada daquelle seculo contava a Cidade da Bahia pouco mais de cincoenta mil habitantes, divididos em quatorze mil brancos, onze mil mestiços e vinte cinco mil negros. O trafico era o maior factor do augmento de sua população. Só no anno de 1807 entraram na capitania 8.037 escravos; e não fôra menor o numero nos annos anteriores.

Nessa época, dil-o o proprio Governador Conde da Ponte, consistia a escravidão, na Cidade, em retribuirem diariamente os escravos aos senhores com oito até doze vintens, procurando livremente os meios de os haverem; e aquelles que os senhores empregavam em seus serviços, domesticos ou commerciaes, tinham á noite licença para se divertir á vontade. Viviam sem sujeição alguma (1).

De dia reuniam-se em grupos nos cantos das ruas de mais movimento, mettidos nas calças de algodão grosso, camisas sem mangas, carapuças de variadas côres á cabeça, ou chapéos de palha por elles mesmos tecidos, nas horas de ocio, sentados em tamboretas ou acocorados ás portas, á espera dos carretos ou recados, debaixo da direcção de um chefe, ao qual chamavam *Capitão* e a quem obedeciam cegamente. As pretas percorriam as ruas mercadejando as quitandas do seu exotico commercio, braços e pescoço ornados de figas e missangas, pendurados os tenros filhinhos aos quadris, seguros pelo *Panno da Costa* atravessado á cintura. As raparigas occupavam-se dos trabalhos de casa, sob a guarda das familias, cujo luxo consistia em terem ao seu serviço domestico grande quantidade dellas. E não se misturavam as diffe-

(1) Officio de 16 de Junho de 1807 da Correspondencia dos Governadores — 1783 a 1807, do Instituto Historico Geographico Brasileiro.

rentes tribus. De dia ou de noite e a toda hora pretos e pretas juntavam-se e dançavam e tocavam os seus batuques pela Cidade ou nos *Casebres*, onde occultavam as escrava novas, que os *Capitães* gozavam impunemente.

Nos domingos ou dias de festas, nas ruas e largos da Cidade, não se ouviam sinão os toques desentoados e atroadores de seus instrumentos, de envolta com a monotonia de seus cantos selvagens.

Os escravos do reconcavo, os da lavoura, eram alimarias de trabalho, mal alimentadas e muitos delles tendo apenas a tanga por vestimenta.

Odiavam os senhores, porque estes os maltratavam pelos mais simples delictos e ás vezes os ameaçavam com a morte.

O Conde da Ponte, ao assumir o Governo encontrou a Cidade da Bahia com estes escandalosos costumes, cercada de quilombos por toda parte, de onde sahiam os negros para roubar os viandantes e as propriedades dos arrabaldes. Tratou de tomar providencias para policiara Cidade e evitar sublevações.

Encarregou, em Março de 1807, ao Capitão-mór Severino da Silva Lessa de dar cabo dos quilombos. No dia 30 do mesmo mez, o Capitão-mór e mais 80 homens de tropa de linha, escolhidos e bem municidados, com o auxilio dos officiaes do matto e cabos de policia, cercaram varias casas e nos arraiaes de Nossa Senhora dos Mares e do Cabula prenderam 78 pretos, uns escravos e outros forros, destinando todos aos serviços das fortalezas e dos melhoramentos da Cidade.

Com estas medidas de garantias os senhores tornaram-se mais crueis e os escravos irritaram-se. E foi este o motivo, naquelle anno, de um levante contra os brancos, concertado pelos negros da raça Aussá.

Incendido o odio implacavel no peito desses miseros humanos, pelos barbaros castigos e mãos tratos que lhes infligiam os senhores, era natural que explodisse uma conspiração infernal. Organisaram alguns desses pretos, debaixo de todo sigillo, uma confederação, com o designio de reunir todos de mão armada, em ajustados logares, na Capital e no reconcavo, deliberados a resistir e guerrear os brancos, si lhes fosse obstada a fuga.

A' frente da insurreição achavam-se os pretos Antonio, escolhido para embaixador, e Balthazar, que commandaria os companheiros na Capital. O primeiro era forro, vivia de pequeno commercio entre a cidade de Santo Amaro, gosando de certo predominio entre os companheiros e da confiança e estima do commercio, tanto da Bahia como daquella villa; o segundo era um negro intelligente insinuante, o *capitão*, como lh'o chamavam os primeiros, escravo do serigueiro Francisco das Chagas, morador no Corpo Santo. E era este o principal cabeça, quem alliciava os companheiros para se juntarem á sublevação, communicando ao embaixador as disposições da empreza e recebendo deste as instrucções dos confederados.

Projectaram apoderar-se da Casa da Polvora e das Armas, incendiar a Alfandega e a capella do arrabalde de Nazareth, para que, desviada a attenção da tropa e do povo, que acudiriam a esses incendios, mais facilmente se executasse o plano combinado (2). Intentaram ainda envenenar as fontes, matar os senhores; e, victoriosos, constituir um governo, elegendo um rei, e se apossar das embarcações surtas no porto, que os transportariam á patria.

Teve o Conde da Ponte denuncia, no dia 27 de Maio daquelle anno, de que no dia seguinte,

(2) Correspondencia do Governo da Bahia, Archivo Publico Nacional.

pelas 7 horas da noite, se effectuaria o levante. A' vista da denuncia e verificados os indicios, deu acertadas providencias para obstar o movimento, que, embora sem orientação intelligente, seria de funestas consequencias para os habitantes da cidade.

Depois de ter em uma quinta-feira acompanhado a procissão de *Corpus Christi*, dirigiu o Conde da Ponte ordens, do seu proprio punho escriptas, debaixo de toda a reserva, a cada um dos chefes dos corpos da guarnição para que puzessem de promptidão as patrulhas; e á bocca da noite, sem toque de tambores e sem que na cidade soasse o menor ruído, achavam-se tomadas as saídas e entradas da cidade, distribuidos os officiaes do matto em diligencia pelos caminhos. Encarregou o seu ajudante de ordens, Capitão do 1.^o regimento, João de Chastinet, de cercar a casa denunciada, sita á rua Direita do Corpo Santo. Dando-se busca nesta casa foram presos 13 pretos, os principaes cabeças, e encontrados chuços, flexas, facas, pistolas, tambores, e outros apetrechos bellicos.

Abriu-se uma devassa; foram os presos submettidos a processo. Os dois principaes culpados, Antonio e Balthazar, foram condemnados á morte, e os demais acoitados na praça publica, a 20 de Março de 1808.

As respressões legaes, em vez de acalmarem os animos exaltados dos Aussás, atemorizando-os, activaram ainda mais os rancores que nutriam contra os senhores.

Tramaram em 1809, não uma sublevação, que o governo e os proprios senhores os vigiavam attentamente, mas uma fuga. Mancommunados

com os pretos gêges e nagós, planejaram abandonar, em determinado dia, as casas e engenhos e constituírem-se em quilombos nas mattas de difficil accesso.

Na tarde do dia 4 de Janeiro daquelle anno fugiram da Capital centenas de captivos, que se foram refugiar a nove leguas de distancia, nas cercanias da estrada de Paripe, proximo ao riacho da Prata. Na passagem pelos engenhos, povoações e estradas commetteram toda sorte de devastações e atrocidades: roubos, incendios, ferimentos e assassinatos.

Conhecidas do Governador, na manhã seguinte, essas occurrencias, que alarmaram a população, fez expedir sem demora tropas municiaadas no encalço dos fugitivos, ordenando que fossem vigiadas as saídas das estradas que iam ter ao reconcavo, afim de impedir que a noticia da fuga chegasse aos engenhos antes da prisão dos amotinados.

Surprehendidos os pretos, na manhã do dia 6, pelas tropas, em um matto junto ao riacho da Prata, cercados e intimados a entregarem-se, resistiram, atacando as tropas, as quaes se viram obrigadas a lançar mão das armas de fogo, matando alguns, ferindo muitos e aprisionando grande numero. Durante a acção, muitos delles evadiam-se. Foram afinal conduzidos para as cadeias da Cidade 95 fugitivos, sendo 83 negros e 12 negras.

Por essa occasião participava o Ouvidor interino da comarca e juiz ordinario da villa de Jaguaripe o levante dos negros na povoação de Nazareth no dia 26 de Setembro do anno anterior, suffocado graças á actividade e energia daquelle juiz, o qual expediu ordens para dominar os insurrectos, capturando-os e remettendo dalli os prin-

cipaes cabeças, 23 amotinados. Não houve, felizmente, desgraças a lamentar em Nazareth.

Proximas á povoação de Itapoan havia, a duas leguas de distancia da cidade, as armações de Manuel Ignacio da Cunha e Menezes, depois visconde do Rio Vermelho, e de um tal Herculano, os quaes viviam de explorar a pesca da baleia e possuíam algumas dezenas de escravos, na sua maioria aussás.

No anno de 1814 estes negros, flagellados pela fome, em consequencia da escassez da pesca nesse anno, desesperados pelo excesso de trabalho e pela habitual crueldade dos feitores das duas propriedades (3) rebellaram-se, a 28 de Fevereiro e, unidos a outros companheiros que fugiram da Capital no dia anterior, assaltaram, armados, e incendiaram, pelas 4 horas da madrugada, as casas e senzalas daquellas armações.

Depois de matarem o feitor e a familia deste e outros brancos que ali se achavam, marcharam a atacar a povoação de Itapoan, onde tambem incendiaram algumas casas e, reunidos aos pretos desta localidade, assassinaram os brancos que tentaram despersuadi-los ou lhes resistir.

Governava então a Bahia D. Marcos de Noronha e Brito, 8.^o Conde dos Arcos, uma das figuras mais proeminentes da administração colonial.

Na mesma madrugada este Governador enviou ao encontro dos rebeldes um destacamento de 30 homens de cavallaria e alguns soldados do regimento de infantaria de caçadores, commandados pelo seu ajudante de ordens Coronel José Thomaz Boccaciári. Mandou no mesmo dia que se affixassem editaes convidando as pessoas de

(3) Correspondencia do Governo da Bahia, Archivo Publico Nacional.

cujo poder tivessem desapparecido escravos no dia anterior a comparecer na sala de palacio, para declarar o numero, nomes e confrontações dos mesmos escravos fugidos. E pela lista que se ponde apurar haviam desapparecido apenas 26 negros e quasi todos aussás.

A noticia destes successos repercutiu rapidamente e chegou ao conhecimento de diversas auctoridades dos districtos. O Major da Legião da Torre Manuel da Rocha Lima partiu sem demora para dominar os rebeldes, defender os habitantes daquella zona, ameaçados de serem trucidados, e impedir que os amotinados seguissem para o reconcavo, onde encontrariam apoio dos companheiros colligados.

As tropas da Legião da Torre tiveram no mesmo dia varios encontros com os rebeldes junto a Santo Amaro de Ipitanga. Os pretos investiram contra ellas, tão desesperados e embravecidos que só cediam na lucta quando as balas os prostavam em terra; e durou o combate algumas horas, ficando fóra da acção 50 negros, inclusive os que fugiram atirando-se ao rio Joannes, onde pereceram afogados, e tres que preferiram se enforcar a cáhin-em poder das tropas legaes.

Treze pessoas brancas foram encontradas assassinadas pelos negros em Itapoan e na armação de Manuel Ignacio, além de oito gravemente feridas. Foram presos, algemados e conduzidos para as cadeias da cidade trinta e tantos negros, que se envolveram no levante, entre os quaes alguns encontrados extraviados nas circumvisinhanças do local dos acontecimentos. A's 6 horas da tarde estava inteiramente dominada a insurreição e restabelecida a ordem publica. O ouvidor do crime, ou intendente geral da policia, Dr. Antonio Garcez Pinto de Madureira, seguiu para aquelles logares,

afim de fazer os corpos de delicto e abrir as devassas para punição dos culpados.

Accioli, nas suas *Memorias Historicas da Bahia*, refere que, embora se devesse ás providencias do Major Manuel da Rocha Lima uma grande parte da salvação publica, o Governo increpou-o de *hacer obrado sem ordem, empregando armas contra uns miseraveis*.

Crescia dia a dia, não só na Capital, como no reconcavo, o receio de um levante geral da parte dos Aussás e demais escravos africanos. Murmuravam queixas acerbas contra o governo da Capitania, pela falta de providencias energicas contra os Aussás, que desde muito eram um perigo para os senhores e uma calamidade para a população. Estas murmurações chegaram aos ouvidos do Conde dos Arcos, o qual referindo-se ao acontecimento de 28 de Fevereiro, escrevia em 6 de Março ao governo: « Não devo esconder a v. ex. que alguns empregados publicos, que por seus defeitos não têm encontrado acolhimento neste governo, têm aproveitado o presente estado dos animos para invectivarem, indisparem o povo contra o governo, dirigindo a murmuração de tal maneira, e já com tal publicidade que seria obrigado a tomar contra algum alguma medida fortissima para evitar consequencias que podem ser summamente desagradaveis e funestas ».

Divulgada na Cidade a noticia da mortandade dos brancos, os espiritos imaginosos, como sóe acontecer em occasiões de panico, augmentaram os factos, que não tardaram a ser conhecidos em toda parte, accrescidos do boato de uma conflagração geral que tramavam os pretos para tirar um desforço.

O Juiz de fóra da Cachoeira, Francisco José de Freitas, e o senado da camara, representado

pelos Vereadores Simão da Rosa, Antonio Teixeira de Freitas Barbosa e Antonio Alves Basto, officiaram, em 16 de Março, ao Governador, requisitando soccorros de armas e munições e até peças de campanha, para a guarnição dos regimentos auxiliares de infantaria e cavallaria, afim de prevenir os habitantes contra um inesperado ataque dos Aussás, que abundavam naquella villa e nos engenhos de seus districtos.

Não attendeu o Conde dos Arcos a este pedido, convencido de que os negros se rebellavam pelos duros castigos que soffriam dos senhores, como se vê de suas proprias palavras, relatando aquelles acontecimentos: « Ainda não tenho informações miudas e exactas, porque a gente da Bahia, célebre pelo temor que tem dos negros, a quem maltratam cruelmente, está de tal sorte espaventada com este successo e com outros muitos, que sua imaginação lhe representa proximos e imminentes, que não é prudente acreditar nada do que por ora dizem. »

Esses rumores de futuros levantes que se propalavam, oriundos do terror de uns e por outros forjados com fins sinistros para amendrontar a população, eram transmittidos á Còrte, revestidos das mais sombrias côres, nas correspondencias particulares de altos funcionarios publicos e de abastados proprietarios do reoncavo, os quaes attribuiam á fraqueza do Governador as hostilidades dos negros, e geitosamente suggeriam medidas de precaução para reprimir novos abusos.

Dirigiu o governo ao Conde dos Arcos o aviso régio de 18 de Março, lembrando a conveniencia de prohibir-se terminantemente os batuques dos negros e ordenando que se dissolvessem os quilombos, de onde partia o açulamento de frequentes insurreições.

O Conde dos Arcos tinha posto já em vigor, para serenar os animos sobresaltados com o terror dos actos vandálicos dos pretos, e bem a contragosto seu, as ordens do seu antecessor, prohibindo aos escravos usarem qualquer arma, reunirem-se mais de quatro, salvo quando andassem em serviço na companhia dos senhores ou de seus prepostos, e sahirem á rua á noite depois do toque de recolher, sem uma ordem por escripto dos senhores. E o escravo que infringisse qualquer destas ordens seria vergastado com 150 acoites. Na mesma occasião expediu ordens positivas aos Capitães-móres, afim de extinguirem os quilombos que houvesse em seus districtos, ordenando aos coroneis de milicias que a elles prestassem os soccorros necessarios. A todos os commandantes de corpos e das fortalezas mandou que vigorassem as leis de repressão do seu antecessor o Conde da Ponte. Baixou a portaria de 10 de Abril, prohibindo as dansas que os negros costumavam fazer, ao som de seus instrumentos estrepitosos, nas ruas e largos da cidade, só permittindo que se juntassem nos largo da Graça e do Barbalho, nos domingos, dias santos e de festas reaes, onde poderiam dansar até o toque de Ave Maria, hora em que deveriam se retirar para a casa de seus senhores.

Num longo relatorio, de 2 de Maio, em resposta áquelle aviso regio, no qual o Conde dos Arcos se revela notavel politico e contrario ás idéas escravistas, dizia porque não o tinha cumpido litteralmente, expondo deste modo as suas razões: «Batuques olhados pelo Governo são uma cousa, e olhados pelos Particulares da Bahia são outra differentissima. Estes olham para os batuques como para hum Acto offensivo dos Direitos dominicaes, huns porque querem empregar

seus Escravos em serviço util ao Domingo tão bem, e outros porque os querem ter naquelles dias ociozos á sua porta, para assim fazer parada de sua riqueza. O Governo, porém, olha para os batuques como para hum acto que obriga os Negros, insensivel, e machinalmente de oito em oito dias, a renovar as idéas de aversão reciproca que lhes eram naturaes desde que nasceram, e que todavia se vão apagando pouco a pouco com a desgraça commum; idéas que podem considerar-se como o Garante mais poderoso da segurança das Grandes cidades do Brasil, pois que se uma vez diferentes Naçoens da Africa se esqueceram totalmente da raiva com que a natureza as desuniu, e então os de Agomés vierem a ser Irmãos com os Nagós, os Gêges com os Aussás, os Tapas com os Sentys, e assim os demais, grandissimo e inevitavel perigo desde então assombrará e desolará o Brasil. E quem haverá que duvide que a desgraça tem poder de fraternisar os desgraçados? Ora, pois, prohibir o unico Acto de desunião entre os negros vem a ser o mesmo que promover o governo indirectamente a união entre elles, do que não posso ver sinão terriveis consequencias. »

Parecia terem serenado os animos com as providencias postas em pratica pelo governador, quando surgiram novos boatos aterradores.

Em fins de Maio do mesmo anno o advogado Lasso denunciou ao governo que os negros Aussás preparavam um grande levante, que irromperia em a noite do dia 23 de Junho e nelle tomariam parte, além dos ganhadores dos cantos do caes da Cachoeira, caes Dourado e caes do Corpo Santo, os principaes cabeças, os do Terreiro e do Paço do Saldanha, e que alguns pretos de outras raças entravam tambem na sedição, fôrros e captivos, tanto da cidade como do reconcavo.

O centro desses conluíus eram uma capoeira que ficava pelos fundos das roças do lado direito da capella de Nossa Senhora de Nazareth, uma roça na estrada do Matatú, fronteira á Boa Vista, Brotas e os mattos do Sangradouro. O plano combinado era romperem desses logares na vespera de S. João, com o pretexto do barulho de semelhantes dias, matarem a guarda da Casa da Polvora do Matatú, tirarem a polvora de que precisassem, molhando o resto; e quando acudissem as tropas e estivessem entretidos com aquelles sublevados, sahiriam os cabeças existentes na cidade e degolariam todos os brancos.

Divergencias entre esses pretos, querendo uns que a insurreicão fosse naquelle dia e outros no dia 10 de Julho, levaram um delles, de nome João Aussá, escravo de Manuel José Teixeira, a trahir os companheiros. Descoberto assim o plano, occultaram tudo quanto pudesse denuncial-os, de modo que dando-se uma batida naquelles logares não se encontrou vestigio algum.

Comquanto o Conde dos Arcos estivesse convencido de que essas denuncias eram a trama do despeito de desaffectedos, que procuravam desmoralisar o seu governo, baixou no dia 20 de Junho uma portaria prohibindo expressamente o divertimento de fogos de S. João, mormente os buscápés, rouqueiras e foguetes, punindo o infractor desta ordem, qualquer que fosse a sua cathegoria social. E para que ninguem allegasse ignorancia publicou-a ao som de tambores pelas ruas mais publicas da cidade.

Em observancia da carta régia de 18 de Março foram estes processados; e por accordão da Relação, de 15 de Novembro, condemnados 39 réos. Destes morreram 12 nas prisões; 4 escravos de Manuel Ignacio foram condemnados á morte natural e enforcados, no dia 18 do mesmo mez.

na força que se levantou na praça da Piedade, com assistência de toda a tropa de linha da guarnição; e os demais foram, uns açoitados e degredados para os presídios de Moçambique, Benguella e Angola, para toda a vida, outros, depois de açoitados no lugar do supplicio dos companheiros, entregues aos senhores.

As ordens emanadas do governo prohibindo com severas penas os batuques dos pretos africanos, só permittidos em determinados logares e até certa hora do dia, unica diversão que lhes restava, aos domingos, para matar as saudades da patria e sacudir o torpor das fadigas do pesado labutar do campo, horas a fio; o rude trato que lhes dispensavam os senhores, quer pela severidade de barbaros castigos, quer pela escassez da alimentação que lhes era dada, a ponto de caber a cada escravo, dos engenhos á beira d'agua, como alimento diario, um carangueijo e um punhado de farinha e tres quartos de libra de carne secca para dez dias aos que eram de engenhos do interior; o desrespeito que soffriam de senhores relapsos, que, além de lhes negarem o pão, lhes roubavam a honra; e, finalmente, a idéa de nunca mais obterem a liberdade, dominados pelo espantallo do tronco e do relho do feitor, produziram um grande levante de pretos, creoulos e africanos, que surgiu no reconcavo, em engenhos da Villa de S. Francisco da Barra de Sergipe do Conde. Além destas causas existia uma outra importantissima. Rigoroso e duradouro o inverno de 1815, houve por isso uma grande mortandade de gado vaccum e cavallar em todos os engenhos, a maior até então conhecida na Bahia. A parte do trabalho que pertencia aos animaes sobrecarregou na safra daquelle anno a escravatura, o que causou o desespero dos escravos.

Ajustaram muitos escravos dos engenhos da

Lagôa, Crauassú, Itatinga, Guaíba e outros uma insurreição, e organisaram neste ultimo um grande batuque, num domingo, de onde, reunidos e armados, marchariam a atacar e incendiar os engenhos mais proximos.

A' uma hora da madrugada de segunda-feira, 12 de Fevereiro de 1816, após terem dansado toda a noite de domingo, partiram em magotes ao som de trombetas e atabaques, armados uns de arco e flecha, outros de facões e alguns de fuzis, para o engenho Cassarungongo, de Salvador Muniz. Procuraram alliciar os escravos deste engenho; e como se recusassem a acompanhá-los, mataram alguns e feriram muitos, e atearam fogo na casa de moradia e do bagaço. Seguiram depois para o engenho Quibaca, do Coronel Jeronymo Muniz Fiuza Barreto, ao qual tambem lancaram fogo, nas duas varandas da casa de morada, no corpo do engenho e em algumas caixas de assucar.

Dormia o Coronel Jeronymo Muniz quando foi despertado pelas labaredas do incendio, que devorava a varanda da casa, e pela fumaça que sahia debaixo do porão, onde se costumava guardar o bagaço da canna que servia de combustivel para as fornalhas.

Comprehendendo o perigo do incendio e as vozerias dos amotinados, que denunciavam um levante, teve Jeronymo Muniz a coragem de abandonar a esposa em desmaio e os filhos em pranto para sair ao encontro dos pretos, cujo numero se elevava approximadamente a duzentos. Unicamente com 20 homens bem armados, empregados, e escravos dos mais fieis, dirigiu o ataque de tal modo, que os rebeldes se atemorisaram e fugiram recolhendo-se aos mattos proximos do engenho.

O Coronel Bento de Araujo Lopes Villasboas, do regimento de cavallaria de milicias, tendo aviso destes factos ás nove horas da manhã, e achando-se

a sete leguas de distancia, apresentou-se, antes do anoitecer do mesmo dia, com o seu regimento rondando as estradas e acalmando os animos dos senhores de engenho.

No mesmo dia do levante o^o Capitão-mór da villa de S. Francisco, Joaquim Ignacio de Cerqueira Bulcão, officiou ao Governador expondo a dolorosa situação em que se achavam os moradores daquella zona, relatando os factos nas suas minucias. No dia 13 recebeu o Conde dos Arcos este officio; no dia seguinte um outro do juiz de fôra de Santo Amaro, Dr. José Bonifacio de Araújo Azambuja, acompanhado das vistorias e dos corpos de delictos procedidos no dia 13. Embora procurasse occultar as noticias, afim de não amedrontar os habitantes, ellas espalharam-se celeres por toda a Cidade.

O Conde dos Arcos, nas melindrosas circumstancias em que se viu, ordenou rigorosas medidas para castigar os culpados e levar a tranquillidade ao espirito dos apavorados senhores de engenho, procurando promptamente restabelecer a ordem publica. Remetteu pólvora e bala para municiar os regimentos do reoncavo, e mandou que rondassem as estradas, perseguindo os criminosos até prendel-os.

Não podendo conhecer das medidas necessarias para restituir de prompto a plena tranquillidade publica, por estar longe do theatro do acontecimento, baixou uma portaria, em 17 de Fevereiro, ao brigadeiro Felisberto Caldeira Brant Pontes, ordenando-lhe que seguisse para a villa de S. Francisco e avisasse (embora reconhecesse ser uma medida irregular, como declarou mais tarde ao proprio Governo) a todos os officiaes superiores de todos os regimentos de milicias dos districtos para alli se juntarem; e, reunidos em determinado dia, antes do fim do mez, convidasse tambem a outras pessoas intelligentes que julgasse conveniente

ouvir, afim de se discutir e combinar as providencias para garantir as propriedades e acalmar os senhores de engenho.

Na mesma occasião baixou, outra portaria ao intendente geral da policia, aconselhando medidas de ordem publica na Cidade e mandou publicar por editaes que todo o individuo que denunciasse em segredo de justiça qualquer commoção de negros receberia um premio de cem mil réis.

Calmo e previdente, já havia, no dia 15, recommendado ao juiz de fóra de Santo Amaro a maior exaccção e brevidade nos procedimentos ultteriores, afim de que sem demora fossem punidos os culpados.

Abriu-se a devassa no dia 19.

. . .

Entre o então Brigadeiro Felisberto Caldeira Brant Pontes, depois Marquez de Barbacena, e o Conde dos Arcos existiam certas rivalidades que traziam as duas auctoridades em desaccordo quanto á orientação que levava o Governo da Capitania.

Aquelle vinha de occupar varios cargos em Angola e Portugal, antes de assumir a inspectoría das tropas na Bahia. Era um espirito affeito á disciplina militar, educado na velha escola do auctoritarismo, austero como as leis de seu tempo, impassivel no perigo, energico, violento ás vezes, notavel por seus talentos, fidalgo de linhagem e mineiro de nascimento. A elle deve incontestavelmente o Brasil serviços de grande monta, que o historiador desapaixonado ha de um dia, firmado nos documentos ineditos dos archivos, inscrever nas paginas da historia, apenas esboçada, de nossa emancipação politica.

O Conde dos Arcos tinha sido Governador do Pará e vice-rei do Brasil no Rio de Janeiro,

quando tomou posse do governo da Bahia. Oriundo de uma nobre família portugueza, que contava em cada descendente um leal servidor da patria, trazia a longa pratica de administrador emerito e sagaz, perscrutador das palpitantes necessidades do desenvolvimento da colonia, alliando a um espirito lucido e culto, embora de um realismo a *outrance*, um coração magnanimo, generoso. O seu grande erro na rebelião de 1817, pelas circumstancias da investidura do cargo, deve-lhe ser perdoado, pelos muitos beneficios que prestou ao Brasil. Não quiz que o historiador se encarregasse de lhe enaltecer os feitos; elle proprio esculpiu em vida o seu nome em monumentos perennes, que attestaram os inolvidaveis serviços de sua luminosa passagem na administração bahiana.

Um e outro divergiam no modo de reagir para o inteiro acabamento dos levantes dos pretos africanos; e fôra este o motivo que mais accentuou a desharmonia que os separava.

O Brigadeiro Felisberto Caldeira queria que se puzessem em execução medidas energicas, que cortassem o mal pela raiz, castigando-se com severidade a rebeldia dos pretos, para garantir-se a propriedade ameaçada de frequentes assaltos.

Não podendo entrar em lucta franca com o Conde dos Arcos, para não romper a disciplina, ao receber as ordens terminantes afim de seguir para a villa de S. Francisco; dirigiu ao Marquez de Aguiar o officio de 26 de Fevereiro, no qual se expressava deste modo: «Ninguem melhor do que V. Ex. conhece as luzes, virtudes e grandes qualidades do meu Exmo. General, e por isso desnecessario é que eu me demore em fazer o seu elogio. Como, porém, ninguem é perfeito, o afferro que elle tem ás suas opiniões, e que em geral, e até certo ponto, é qualidade indispensavel em

quem governa, concorre no caso particular dos negros para eclipsar em parte tanto merecimento. Longe de manifestar a sua indignação contra a sublevação dos negros, expediu a ordem inclusa, que remetto a V. Ex.: que pode resultar de semelhante conferencia? O meu comprometimento, e mais nada. Homens pela maior parte ignorantes, e todos assustados não têm discernimento, ou sangue frio para discorrer com acerto. Cada um quererá uma guarda, o que não é possível, serão tantos os votos como as cabeças, e o resultado será perda de tempo. *Dum deliberant res perditur*. Tudo isto representei ao meu general, mas debalde, porque manda que eu vá á conferencia sabbado, 24 do corrente ».

No dia aprazado teve logar a reunião, na villa de S. Francisco, presidida pelo Brigadeiro Felisberto Caldeira, á qual compareceram quasi todos os officiaes superiores dos regimentos milicianos do reconcavo, em geral proprietarios e dos mais ricos daquella villa, de Santo Amaro, Iguape, Pirajá, Maragogipe, Campos da Cachoeira, Jaguaripe e Nazareth.

Ainda muito viva a recente commoção que abalou os senhores de engenho com o levante dos pretos, as propostas apresentadas para tranquilisar os animos dos habitantes foram, na sua maioria, nessa reunião, demasiado violentas, filhas do pânico que dominava os espiritos amedrontados e espavoridos. A primeira dellas e acceita geralmente com calorosos applausos foi a mudança do governador, pelo despeito dos proprietarios, porque o Conde dos Arcos entendera negar-lhes amplos poderes para a carnificina dos miseros captivos. Muitas houve singulares, como guardar cada engenho por um soldado, prender e deportar todo negro suspeito, enforcar summariamente o escravo sublevado, etc.

Quando serenaram os animos e cessaram as virulentas e apaixonadas discussões nessa conferencia, levantaram-se as vozes liberaes e patrioticas dos santamarenses Bernardino Borges de Barros e Paulo José de Mello Azevedo e Britto para lembrar medidas como a abolição immediata do commercio da escravatura e a creação de um premio para a importação de familias europeas, afim de excitar nos negociantes do trafico a cobiça de transportar em seus navios o braço livre com o mesmo furor com que carregavam a mercadoria escrava.

Dirigiram os conferentes, naquelle mesmo dia e depois de agitadas discussões, ao Conde dos Arcos uma representação subscripta por 34 proprietarios dos mais distinctos dos districtos do reconcavo.

As medidas suggeridas nessa representação eram em geral repressivas, de policia, calcadas nos moldes das antigas ordens do Conde da Ponte.

Si algumas, indispensaveis e inspiradas no bem publico, vinham de prompto extirpar os quilombos e refreiar as insurreições, outras eram deste feitio: nenhum negro poderia estar sentado deante de um branco, e o escravo encontrado sem passaporte seria preso e immediatamente entregue ao senhor, que em presença da familia castigal-o-hia com 150 acoites, e quando não o fizesse o commandante do districto daria parte ao chefe da cidade.

Como medida complementar, e para que não transparecesse a raiva que os dominava contra os escravos, offereceram o capital necessario para a importação de cem familias brancas europeas, artistas e lavradores.

Receiosos os conferentes de que o Conde dos Arcos não as puzesse em execução, deliberaram enviar um emissario á côrte, afim de advogar junto

ao príncipe regente a approvação de todas as medidas, recabindo a escolha em Alexandre Gomes Ferrão Castel Branco.

O Brigadeiro Felisberto Caldeira, de volta de S. Francisco, referindo-se ao Conde dos Arcos e dando parte da conferencia ao marquez de Aguiar, officiava em 26 de Fevereiro nestes termos:

« Em consequencia da promessa de V. Ex. esperavam todos que depois daquella conferencia prohibisse pelo menos qualquer ajuntamento de pretos, e manifestasse por alguma ordem a sua indignação por tantas sublevações; mas escrever, ou dizer S. Ex. uma syllaba contra pretos, é cousa impossivel, e sua obstinação a este respeito não tem outra explicação, senão a que fazem os medicos, isto é que desde a sua grave enfermidade ficára com a mania parcial substituindo a predilecção dos pretos a antiga preocupação das constipações. »

« Las Casas solicitando aos pés do throno da Hespanha a piedade Real a favor dos Indios, Wilberforce e outros advogando no Parlamento Inglez a extincção da escravatura, sem duvida são bemfeitores da humanidade, e dignos de eterno louvor, mas aquella mesma linguagem na bocca de um Vice-Rei do Mexico, ou Governador da Jamaica provocaria o assassinio de todos os Hespanhoes e Inglezes, e causaria a execração do universo. Tal é, nem mais nem menos, a nossa situação! »

« Aqui são os negros os dilectos filhos do Representante do Soberano. Não é pois de admirar o atrevimento dos pretos, nem o susto e confusão dos brancos, que estão entre Sylla e Charibides. »

O Conde dos Arcos approvou apenas as medidas que julgara mais convenientes e que cabiam em sua alçada, e pôl-as em execução por portaria de 27 de Fevereiro. Isso desgostou aos pro-

prietarios do reconcavo, principalmente ao Brigadeiro Felisberto Caldeira, que verberou o procedimento do Conde dos Arcos, desenvolvendo uma guerra desabrida ao seu governo. São bastante acrimoniosas as referencias que o Conde dos Arcos fez áquelle Brigadeiro em officio dirigido ao Marquez de Aguiar, em 1.º de Abril do mesmo anno.

Apoiado nos proprietarios do reconcavo, partiu o Brigadeiro Felisberto Caldeira, em fins de Março, para a côrte, e conseguiu, por aviso regio de 27 de Julho, a approvação de todas as medidas da representação. Ao regressar á Bahia, recebeu do Conde dos Arcos ordem de prisão, que foi relaxada á vista do aviso regio. E só fizeram as pazes os dois rivaes quando rebentou a rebelião de 1817, em Pernambuco; mas os resentimentos de ambos não arrefeceram de todo.

..

No levante de 12 de Fevereiro foram assassinadas pelos pretos seis pessoas, ficando dez gravemente feridas; consta apenas das partes officiaes que morreram cinco sublevados, mas a mortandade devia ser maior.

Cercados os amotinados nas matas de Cabaxi e Poucoponto, no dia 15 daquelle mez, onde se tinham refugiado após os delictos, prenderam-se apenas oito negros. Cinco foram encontrados enforcados. Arrecadando-se, esparsos pelos caminhos, os seus instrumentos de guerra, foram encontrados tambores, atabaques, trombetas, arcos, e armas de fogo.

Os insurrectos, repellidos por Jeronymo Muniz, a quem os senhores chamavam o salvador do

reconcavo, vendo que não sortiam o effeito os seus planos, aproveitaram-se da hora e voltaram, no mesmo dia do levante, para os engenhos os que puderam se escapar e outros entregaram-se aos seus senhores.

As diversas auctoridades milicianas do reconcavo organisaram seus regimentos, que municiaram e distribuiram em patrulhas pelas estradas para guardar os engenhos e reprimir novos levantes.

O apparecimento de um preto que atravessava a estrada ou que ia a serviço dos senhores ás povoações ou a outro engenho era, certo, uma presa ambicionada e disputada pelos caçadores vigilantes, que a varavam á bala para tripudio das armas legaes e dos senhores covardemente apavorados.

Escrevia o Conde dos Arcos, referindo-se ao medo dos brancos do reconcavo, para demonstrar que não eram tão perigosos os escravos : « Salvador Moniz mandou 17 escravos conduzir telhas para cobrir as senzalas que haviam sido queimadas, e sendo vistos estes Escravos, fugiram todos os vizinhos gritando que estavam levantados os Escravos do Cassarangongo; e entre os fugitivos estava a familia do Capitão-Mór Bulcão embarcada em canoas; e porque a fuga tinha sido feita com a mais desacertada precipitação, mandaram depois buscar á casa artigos de que necessitavam para vestir, comer, etc.; e tendo sahido os escravos com as cargas que se lhe remetiam de casa foram vistos do engenho vizinho, que pertencia a José Diogo Ferrão, que ainda não havia fugido; eis que toca o sino que é o signal de rebate, segundo as ordens do dito Ferrão pegam os escravos todos em armas, marcham contra os de Bulcão, que levavam mansamente

as cargas para sua Senhora; entretanto Bento Lopes, Coronel da Cavallaria de S. Francisco, que tivera noticia do primeiro pretendido levante de Cassarangongo, vinha marchando com parte de um esquadrão junto daquelle sitio, onde ouviu alguns tiros e gritaria, e chegando por isso ao lugar donde soava aquelle strepito felizmente apazigou a pendencia que sem a sua vinda haveria sido mui sanguinolenta, e talvez de ter-
riveis consequencias.»

« D. Luiza, Mulher do Brigadeiro Pedro Alexandrino, formou 30 Negros em linha, no pasto de seu Engenho; poz dous Feitores armados, hum á direita, e outro á esquerda; e assim os mandou a Mataripe buscar fôrmas para o seu Engenho, com ordem de não perder aquella formatura nem á hida, nem á vinda, pena de morte segundo dizem. Já quando este Trosso hia chegando a Mataripe hum dos Negros, que hé uma especie de caturra da familia, tirou a tanga, e deu hum ai mui desentoado e agudo; fogem immediatamente os Feitores gritando que os Negros estavam levantados, foge toda a povoação branca de Mataripe, e entretanto os Negros de D. Luiza pegarão nas fôrmas, e retirarão-se mui mansamente com ellas para o Engenho.»

« Já era publico o fim desta historia quando ainda estavam muitas familias fugidas sem haver forças humanas que as fizesse voltar para suas casas, huma das quaes foi a do Capitão-Mór Ignacio de Mattos, que vivia a bordo de um barco de Pedro Antonio Cardoso com 15 filhos, soffrendo sol, chuvas, relento e privaçoens de tudo que hé commodo, e necessario á vida humana.»

As familias dos soldados milicianos tiveram de refugiar-se nos mattos por se julgarem indefesas nas suas casas, mortas de fome e de medo dos

negros, lamentando a sorte dos paes, maridos, filhos e irmãos ao serviço do governo.

Veio a fome e com a fome a miseria. A farinha escasseou, quadruplicou de preço. Os senhores de engenho que della necessitavam para a escravatura não podiam mandar buscal-a, temendo que os negros lhe fugissem, indo reunir-se aos levantados, ou que as patrulhas lhe os matassem nas estradas, como succedera duas ou tres vezes.

Em fins de Março tinha voltado a paz ao reconcavo, e as familias foragidas regressaram a seus lares, e os engenhos continuaram os seus trabalhos.

Os amotinados foram severamente punidos.

A urdidura criminosa das intrigas politicas e o mexerico da época obrigaram a corôa a afastar o Conde dos Arcos do Governo da Bahia, em meados de 1817.

Foi este o ultimo levante serio de pretos na Bahia, no periodo colonial.

A's sublevações dos negros seguiram-se as rebelliões dos brancos.

Eduardo A. de Caldas Britto.

As insurreições dos africanos na Bahia

ENCARREGADO pelo sr. dr. Director do Archivo Publico da reproducção de documentos achados nas mãos dos africanos insurgidos nesta Cidade nos tres primeiros decennios deste seculo, para serem remettidos á Europa e ali decifrados por eruditos especialistas, já que isto não foi possível aqui, tive occasião de familiarisar-me com os documentos da historia dessas revoltas, e, tendo feito um quadro com *fac similes* desses documentos graphicos, que se acha exposto á apreciação do publico, merecendo da imprensa elogios e animação, pareceu-me conveniente dar em largos traços um ligeiro rascunho historico das principaes insurreições, afim de que melhor se possa comprehender a importancia daquelles documentos.

De todas as maiores insurreições de africanos, foi a de 1798, durante o governo de D. Fernando José de Portugal, a de que temos noticia. Mas, como a seguinte, do anno de 1807, governando o Conde da Ponte, foi nem só mais violenta, como a que mais excitou a attenção e o cuidado do governo colonial, bom será apreciarmol-a mais detidamente.

Em 16 de Junho de 1807 escrevia este Governador ao Visconde de Anadia dando parte dos

continuos levantes dos negros, e pedindo as providencias necessarias á vigilancia em que devia manter-se a immensa escravatura nesta cidade.

Bem previa elle que o proseguimento de tão escandalosos factos trariam para o futuro mais serios e desagradaveis acontecimentos.

A Bahia, florescente pela produccão do tabaco, tinha privilegio exclusivo de negociar com a Costa da Mina. A importação de escravos succedia-se de dia a dia em grande escala, e só no anno de 1806 os navios empregados neste trafico transportaram para aqui oito mil e trinta e sete escravos (8,037), e assim continuava, com pouca differença de numero, nos mais annos egual importação.

A maior parte destes negros ficava nesta Capitania, e consideravel quantidade na capital, onde proporcionavam o meio de vida com que se sustinham muitas familias, pelos carrêtos, ou officios delles.

O mesmo Conde da Ponte, em um officio ao ministro Visconde de Anadia, criticava « o luxo mal entendido entre os habitantes caprichosos, e abonados de terem ao seu serviço domestico grande numero de negros.

Nesta mesma época (1807) conforme o alistamento feito, existiam 25,502 pretos para o numero de brancos não excedente a 14,260, 11,350 pardos.

Este desequilibrio, portanto, das raças havia de trazer, sem duvida, anormaes acontecimentos á vida da colonia, e assim se dava, porque os escravos, na phrase do Conde da Ponte, não tinham sujeição alguma, em consequencia da falta de ordens ou providencias por parte do governo.

Era notavel a desenvoltura com que se por-

taram estes negros, na maior parte, de nações as mais guerreiras da costa de Léste.

Ajuntavam-se quando e aonde queriam e em maior liberdade possível; dansavam e tocavam dissonoros e estrondosos batuques por toda a cidade, e á toda a hora.

Nos arraiaes e festas eram elles sós os que se assenhoreavam do terreno, interrompendo quaesquer outros toques ou cantos.

Este desenfreamento, com certeza, não tardou a ter funestas consequencias. Das praças, dos batuques passaram a ter conferencias em logares occultos, onde era vedada a presença de qualquer que não fosse membro destas associações mysteriosas.

Para estas reuniões eram convidados escravos de diversos engenhos, e ali armavam-se coroneis e tenentes-coroneis, com festejos, cantorias e uniformes extravagantes.

Em diversos officios o Conde da Ponte já lembrava as insurreições do anno de 1798, quando era Governador D. Fernando José de Portugal, pedindo cautelosas medidas para com prudencia dispersal-os por ser difficultoso fazel-os recuar, em um momento, todo o caminho que com tanta indulgencia se lhes tolerou fazerem.

Estas reuniões, que eram feitas em logares que se chamavam *casebres*, tomavam tal incremento, excitavam os animos dos associados, que foram nomeados capitães por elles escolhidos, em cada bairro da cidade, os quaes coadjuvavam a fuga da maior parte delles, tanto nesta capital como nos engenhos do reconcavo, e agenciavam armas para, no momento dado, fazerem a guerra aos brancos.

Já desassombradamente tratavam destes levantes de que foi sabedor, por denuncia dada na

noite do dia 22 de Maio de 1807, o Conde da Ponte que tomou toda a cautela, encoberta com a prudencia, para frustrar tão funesto plano.

Encarregou a seu ajudante de ordens todas as providencias, e assim foi que, nos dias 23, 24 e 25, já eram conhecidos os nomes dos chamados capitães, e sabido o sitio dos casebres onde se ajuntavam ordinariamente.

Era o dia 27 o marcado para que cada um, com as armas que podesse apromptar—, invadissem a cidade.

Depois de recolhida a procissão de Corpo de Deus, que effectuou-se n'este mesmo dia, e a que assistia e acompanhava o Conde da Ponte, sem que transpirasse, nem dêsse a conhecer a menor sombra do que ideava, dirigiu a cada um dos chefes dos corpos de infantaria e artilharia ordens escriptas por sua propria mão para a promptidão das patrulhas; e pelas 6 horas da tarde, sem toques—de tambor, sem que soasse o menor ruido, achavam-se tomadas as sahidas e entradas da cidade, os officiaes do matto em diligencia pelos caminhos, e a casa denunciada investida e cercada.

Foram presos dentro do casebre cercado sete negros e acharam-se perto de quatrocentas flexas, um mólho de varas para arcos, meadas de cordel, facas, pistolas, espingardas, um tambor e diversas composições supersticiosas a que chamam — *mandingas*.

Este nome dado a diversos objectos de fórmulas exquísitas e originaes, faz-nos crer que tira sua origem do nome *Mandingo*.

Esta supposição vem corroborar a quasi certeza que temos de crer que os levantes que successivamente tiveram logar n'esta cidade, foram sempre movidos ou tinham por cabeças chefes *malês*.

Os *malês* sem duvida alguma mais civilizados que os nagôs, gêges, etc., habitavam a bacia do Gambia e eram conhecidos por Mali'nkê, que quer dizer, homens do Maly, subditos do imperio do Mali ou Malê, que circumdava a alta bacia do Niger.

Os *malês* pertenciam ao povo *Mandingo*, guerreiros destemidos, que conquistaram a maior parte dos paizes do Niger, e que foram desbaratados pelos Soughai, que tinham por chefe Askia.

Os documentos achados juntos aos processos escriptos em caracteres arabicos, comprovam ainda uma vez que eram escriptos por *malês*, nação que possuia sentimentos e idéas religiosas mais adiantadas, e tinha escripta, que não podia ser outra senão a dos arabes, povo o mais civilizado e civilizador da Africa e da Asia Oriental n'aquella época.

No dia seguinte, 28, o Conde da Ponte fez publicar um bando em que ordenava que todo escravo que fosse encontrado nas ruas d'esta cidade depois das 9 horas da noite sem escripto de seu senhor, ou em companhia d'elle, fosse preso e açoitado nas cadeias publicas.

Participando ao governo todas estas medidas, dizia o mesmo Conde, que «este passo que poderia ser reparavel em outra qualquer occasião, foi geralmente approvado por todos os habitantes, que não podiam por si sós conter a liberdade e falta de sujeição de seus escravos.

Esta energica medida trouxe por certo tempo alguma tranquillidade, apesar de que nos engenhos do reoncavo continuava sempre o fermento de rebellião na escravatura, ora abafado pelos movimentos que se seguiram logo nas guerras da independencia, e ora excitado por especulações politicas, revolucionarias, etc.

Não tardou, porém, que reapparecesse nova insurreição no anno de 1826.

E assim foi que, na madrugada do dia 17 de Dezembro, nas immedições de Pirajá, termo d'esta cidade, os negros desenfreadamente commetteram as maiores e mais perversas tropelias.

A tropa que tinha marchado d'esta cidade para abafar e conter os rebeldes insurgidos, soube, no lugar chamado Cabúlla, que os negros estavam reunidos, em numero maior de 50, em um sitio denominado *Orubá*, onde existia um quilombo, no qual se praticavam extravagantes scenas de feitiçaria.

Nas investidas que fazia a tropa, encontrou um capitão de assaltos e mais dous crioulos gravemente feridos pelos negros que se achavam na baixa do *Orubá*.

Reunindo-se esta tropa a um sargento e 20 soldados do regimento de Pirajá, puzeram estes cerco ao dito quilombo, onde os negros entrincheirados por detraz de um carro de bois, armados de foices, falcões, lazarinas, lanças e outros instrumentos curtos, aguardavam o ataque com denodada resolução.

Intimados a que se rendessem, lançaram-se furiosos e em infernal vozeria aos gritos de mata! mata! vendo-se a tropa na contingencia forçada de fazer fogo, com o qual conseguiu dispersal-os e effectuar algumas prisões.

A 20 do mesmo mez, o então Presidente da Provincia, Manoel Ignacio da Cunha Menezes, fazia baixar uma portaria ordenando ao desembargador ouvidor geral do crime que procedesse immediatamente, em conformidade das leis, contra os réos de tão pernicioso crime, e que procurasse conhecer por meio de perguntas aos ditos réos o fim a que se dirigia tal projecto.

Todos os inqueritos e subterfugios postos em acção para conseguir-se a descoberta do movel, ou o fim a que se dirigiam todas estas insurreições, foram baldados.

E assim vivia sobressaltada a população desta cidade, esperando e temendo sempre ver explodir a qualquer momento novos levantes.

Nos annos seguintes deram-se pequenas interrupções na ordem publica, e sempre occasionadas pelos negros, que, depois de rebellarem-se contra seus senhores, fugiam para as mattas que cercavam esta cidade.

E assim pairavam as coisas n'este estado de agitação e temor, quando veio augmentar as inquietações da população nova insurreição, que manifestou-se pelas 7 horas da manhã do dia 1.º de Abril do anno de 1830.

Um troço de 18 a 20 negros fortes e resolutos aproveitando a hora em que o movimento na cidade baixa era pouco, invadiram uma loja de ferragens á rua da Fonte dos Padres e, á força, roubaram doze espadas de copos e cinco facas, conhecidas então por parnahybas, ferindo n'este assalto ao dono da loja e aos caixeiros, continuando assim a roubar armas em outras lojas. Assim armados, seguiram pela rua do Julião, commetendo disturbios e ferimentos, em procura do armazem de negros novos, onde se lhes ajuntaram em numero maior de cem: ferindo n'esta occasião a dezoito, que não quizeram acompanhá-los, e com outros ladinos que se lhes reuniram foram perpetrando as maiores atrocidades e ferimentos, seguindo para a Soledade, armados de páos e das armas que roubaram, e ali atacaram a guarda policial, composta de sete soldados e um sargento.

Quando marchou ao encalço d'estes rebeldes um piquete do batalhão 20, composto de 60 praças,

não mais os achou reunidos, e, sim, dispersados na matta de S. Gonçalo, onde conseguiu apenas capturar 41 dos revoltosos.

Desde a ladeira da Soledade foram perseguidos por paisanos milicianos e alguns soldados de policia dispersados, que lhes mataram seguramente 50 companheiros, o que os embaraçou de fazerem mais hostilidades.

Novas pesquisas e buscas effectuavam-se nas casas suspeitas, conhecidas por casebres, onde sempre tinha lugar prisões, aprehendiam-se objectos originaes que serviam de base para os processos instaurados, em que logo appareciam os senhores reclamando e apresentando provas que comprovavam a não culpabilidade de seus escravos só agora innocentes, quando debaixo da acção do poder judicial.

Não sei se contando com esta protecção da parte de seus proprios senhores, que não os queriam perder, pois que d'elles usufruiam por dia oito a doze vintens, sem se importarem como elles os ganhavam, ou esperançados em alcançarem o seu desideratum, certo é que não descuravam de reunir-se sempre e tratarem de novas insurreições, para que convidavam os pretos novos, persuadindo-os que voltariam para sua terra.

N'este encadeamento continuo de levantes sediciosos vivia esta cidade, sem que os poderes competentes cogitassem de tomar energicas e efficazes medidas que puzessem fim por uma vez a esses desatinos, que ou nascião de fins politicos ou tinham sua séde em superstições religiosas de uma raça dominada pelo fetichismo.

Não finalisaram-se ali as insurreições africanas; o longo espaço decorrido em socego que parecia ter acalmado os animos revolucionarios d'esta raça captiva, fomentava e animava a mais

notavel de todas ellas, que teve lugar na madrugada de 24 para 25 de Janeiro do anno de 1835.

Apezar das medidas preventivas tomadas a tempo, ella não deixou de trazer á cidade o luto, enchendo as suas praças e ruas de sangue e de cadaveres.

Sendo prevenido o presidente da provincia, Francisco de Souza Martins, de que ia rebentar uma revolução de negros, preparada para aquella noite ao amanhecer, officiou logo ao Chefe de policia Francisco Gonsalves Martins para que tomasse todas as medidas que cohibissem similhante levantamento.

Este, depois de providenciar para que ficassem os postos da cidade em vigilancia, dirigiu-se ao Bomfim, onde havia festa e muita gente reunida, que convinha defender e livrar de qualquer ataque por parte dos insurgidos.

Recommendou tambem o presidente ao Juiz de Paz do primeiro districto e ao Commandante de Policia que fizessem vigiar o largo de Guadalupe, onde suppunha haver um casebre dos taes negros que pretendiam atacar a cidade.

Realmente, á uma hora da noite, pouco mais ou menos, o Juiz de Paz, acompanhado de paisanos e do Alferes Lazaro Vieira do Amaral, desconfiaram de certo rumor que sahia de uma casa onde á janella estava uma mulher de côr parda.

Intimada esta a que abrisse a porta, negou-se a isto com evasiva e distarces, completando assim as suspeitas que tinham nascido no animo dos rondantes.

Obrigada a que abrisse a porta em nome da lei, romperam então muitos tiros em descarga cerrada, e uma multidão de negros com carapuças brancas e saíotes da mesma côr, por cima das calças, armados de pistolas, espadas e espingardas

atacaram a ronda de permanentes e cutilaram o Alferes Lazaro Vieira do Amaral, fazendo os outros fugirem sem demora.

Dividiram-se em dous grupos, um dirigiu-se à praça de Palacio, onde atacando a guarda, cutilou um soldado que fazia sentinella á cadeia, outro tomou a direcção do Collegio, atacou tambem a guarda, matou um soldado e deixou trez crioulos mortos.

Outro grupo mais compacto atacou o quartel de permanentes em S. Bento e a guarda, que, depois de trocados muitos tiros, ficou desnorтеada, vendo-se obrigada a fechar o portão para livrar-se dos invasores.

Um outro vindo da Victoria investiu sobre o quartel do Forte de S. Pedro, onde travou-se novo combate, ficando no campo um guarda nacional mutilado e muitos negros mortos. O quartel de cavallaria á Agua de Meninos tambem foi atacado.

O Chefe de Policia, que se achava ahí de volta do Bomfim, auxiliado pelo Capitão Francisco Telles Carvalho, que commandava alguns soldados de cavallaria, conseguiu oppor seria resistencia.

Então travou-se o mais terrivel combate: os negros lançavam-se ao mar, outros fugião para os mattos da encosta da montanha, deixando o campo juncado de cadaveres.

Os que lançavam-se ao mar, procurando por este meio evadir-se, morreram afogados ou forão mortos a tiros por marinheiros de um escaler da fragata *Bahiana*, que se achava alli postado por ordem do presidente da provincia.

Pelas ruas da cidade negros avulsos commettiam mil desatinos, levando assim o terror ao seio das familias que mal attingiam a gravidade do que se tinha passado na cidade.

Ao amanhecer já tinham desaparecido os grupos, fugindo ou occultando-se nos mattos vizinhos em suas casas.

Nas buscas feitas pela policia acharam-se muitos negros escondidos, uns feridos e alguns ainda ornamentados com insignias de chefe.

Nas pesquisas feitas viu-se que pessoa alguma de consideração tomara parte na insurreição, nem se pode negar que havia um fim politico nestes levantes, pois que não commettiam roubos, nem matavam seus senhores occultamente.

Depois de quieta a cidade, recommçou-se a afanosa lida de buscas e apprehensões. Nas casas onde morava sempre mais de um negro eram achados objectos das mais exquisitas fórmas; abundavam sempre as carapucas brancas, saíotes enfeitados de pennas e guizos, e em algumas casas guardaram, com certo disvelo e cuidado, alguma coisa que se parecia com uma corôa ou emblema qualquer de chefe. As taboas onde se vião inscripções de caracteres arabicos e papeis onde tambem escrevião e pintavam eram sempre guardados, enrolados em muitos envolveros e bem escondidos em latas ou arcas. Quando perguntados sobre estes exquisitos objectos, negavam sempre, procurando desviar as perguntas do interrogador, ou fingiam não comprehender.

A principio cri que estas inscripções fossem somente orações, mas hoje, depois de apurado estudo, convenci-me de que n'ellas ha alguma coisa de correspondencia politica; as tentativas que temos empregado com o fim de descobrir o movel que impulsionava estes fanaticos esbarram ante a superstição e a desconfiança que ainda têm os negros que lhes possa nascer d'ahi algum mal.

A tudo presidia o fetichismo.

Nas minhas conversas com estes negros, mostrando-lhes que conheço alguma coisa de seus costumes tenho obtido explicações bem interessantes. Assim é que depois de escreverem sobre taboas adrede preparadas para este fim, e de feita a cerimonia da verificação pelo maioral, isto é, si a oração escripta é a verdadeira, a taboa é lavada em aguas que são recebidas com carinho e fé, e então bebidas.

Este liquido tem para elles a propriedade de livral-os de todos os perigos e males mundanos.

O certo é que não consiste só em orações a immensa correspondencia que possui hoje o Archivo Publico, e n'um dos processos da insurreição de 1835 deparamos com uma traducção a unica que ha nestes autos todos, feita por um negro de nação *Ussá* perante as autoridades que presenciavam a audiencia, que assim diz:

«que a gente havia de vir da Victoria tomando a terra e matando toda a gente da terra de branco, que passaria por Agua de Meninos até se ajuntarem todos no Cabrito atraz de Itapagipe, para o que as espingardas não haviam de fazer mal.»

Ha uma outra feita pelo mesmo negro, de um bilhete de um insurgido a outro dizendo que:

«deviam sahir todos das duas até ás quatro horas, invisiveis, e que, depois de fazerem o que podessem, iriam se ajuntar ao Cabrito, detraz de Itapagipe, em um buraco grande que ahí ha, com a gente do engenho que fica atraz e junto, porque esta gente já tinha feito aviso, e quando esta não viesse, elles irião juntar-se no mesmo engenho, tendo muito cuidado de fugir dos corpos das guardas para surprehendê-las até elles sahirem logo da cidade.»

Si estes apanhamentos e noticias estão longe do fim almejado pelo interesse historico, com toda

a certeza provam a grande importancia dos documentos aliudidos e justificam plenamente os esforços empregados pela direcção do Archivo para o fim de serem completamente decifrados, e assim se poder comprehender o verdadeiro movel das insurreições do principio deste seculo e ficar esclarecida a caracteristica d'aquelles tempos. Por ser, porém, difficil obtel-a aqui, estão sendo feitas fidelissimas copias dos ditos papeis para serem remettidos a sabios investigadores de linguas orientaes e africanas, luzeiros das faculdades philosophicas da Allemanha.

Pelo especimen exposto na vitrine do estabelecimento Schleier e pelos esclarecimentos que á cerca das ditas insurreições me esforcei em dar aqui, comprehenderá o publico o subido valor da materia e me desculpará certamente o mal alinhavado das presentes linhas, tendo somente em vista a importancia do assumpto.

Archivo Publico, 26 de Setembro de 1890.—*J. Carlos Ferreira.*

OFFICIO DO CHEFE DE POLICIA SOBRE A INSURREIÇÃO DE 1835 (*)

«Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Snr. Apezar de estar V. Ex.^a sciencificado dos acontecimentos que tiveram logar nesta Cidade, da noite de 24 para 25 do corrente em diante, cumpre-me com tudo fazer uma succinta exposição do que tem chegado ao meu conhecimento, para que em um só ponto de vista V. Ex.^a possa inteirar-se das providencias que cumpre adoptar a semelhante respeito, para tranquillidade da Provincia.

Com as denuncias, mil vezes felizes, que V. Ex.^a

(*) Archivo Publico da Bahia.

recebeu na noite de 24 do corrente, de que os Africanos, particularmente os Nagôs, deviam insurgir-se ao toque de alvorada, lançando ao mesmo tempo fogo a diversos sitios da cidade, e atacando os Corpos de Guarda; os Juizes de Paz se puzeram na rua, e convocaram logo os cidadãos para a policia da cidade; e os Corpos, e Guardas estiveram immediatamente debaixo de armas; destacando o Corpo dos Permanentes para diversos logares forças capazes de rebater qualquer principio de tentativa da parte dos ditos Africanos.

Tendo recebido o Officio de V. Ex.^a pelas onze horas da noite, depois de haver visitado alguns pontos, e ter dado algumas ordens, dirigi-me á Ladeira da Praça, onde, segundo as denuncias, deviam estar reunidos em alguns casebres grande parte dos insurgentes, e achei ali os Juizes de Paz dos dous Districtos da Sé com alguns cidadãos, e Municipaes, a dar busca em alguns dos ditos logares.

Então em cumprimento das ordens de V. Ex.^a e achando que nenhum perigo poderia haver no centro da cidade, no meio dos Quarteis, e Corpos de Guarda, e principalmente estando todos prevenidos, e o alarme dado; depois de fazer algumas requisições que achei importantes, fui em direitura a Cavallaria, que achei preparada, e dando ordem para que um Piquete me seguisse para o Largo do Bomfim, immediatamente corri para o dito logar enquanto montava o Piquete, por temer que qualquer demora podesse ser funesta a tantas familias desarmadas, e collocadas talvez na peor posição para um semelhante ataque, pela proximidade dos Engenhos, e separação da grande força da Povoação. Apenas tinha dado algumas ordens tendentes a acautelar o perigo, que veio a todo galope uma Patrulha de Cavallaria annunciar-me

que os Africanos haviam atacado alguns pontos da cidade.

Logo que recebi esta noticia, dei ordem a um Destacamento Municipal de dezoito homens, que estava no Bomfim, para que, em caso de perigo, fizesse entrar as familias para a Igreja, e alli se encerrasse, defendendo-se de qualquer ataque, até que eu os*podesse soccorrer. Voltando a Cavallaria pelas 3 horas da noite, achei-a em alarme; uma força montada, e outra a pé com alguns Guardas Nacionaes; e recolhendo-se logo estes no mesmo Quartel para defender a porta, e fazer sobre os Africanos fogo pelas janellas; a Cavallaria esperou no largo para os atacar.

Em poucos minutos appareceram com effeito em numero de 50 a 60, armados de espadas, lanças, e mesmo pistolas e outras armas.

Recebidos a tiros de pistolas e de fuzil, das janellas do Quartel, avancaram furiosos, o que deu causa a Cavallaria se debandar em seu seguimento, para que não se escapassem pelo caminho do Noviciado.

A este tempo o commandante da Cavallaria, o Capitão Carvalho, que os esperou a pé, foi ferido e se viu forçado a recolher-se.

Voltando eu com alguns cavallos á porta do Quartel a carregar sobre os Africanos, que ainda por ali estavam, estes se debandaram seguindo-os essa porção de Cavallaria, ao passo que a outra os continuava a perseguir. Entretanto apparecendo ainda alguns Africanos, e auzente o resto da Cavallaria, entrei para o Quartel, donde continuou o fogo por espaço de um quarto de hora, até que de todo succumbiram, devendo-se o principal esforço á Cavallaria montada que os carregou com valor, forçando-os a se lançarem ao mar, ou a se esconderem nos visinhos montes cobertos de capo-

eiras, deixando alguns 17 mortos, outros feridos, e presos, afóra muitos que se afogaram, ou feridos forão perder a vida entre as ondas; tendo me constado que têm apparecido alguns em diversos sitios.

Dissipado o perigo, receiando-se algum ataque no lugar do Bomfim, depois de saber que o restante da Cidade estava livre do ataque, fui com a Cavallaria a Conceição da Praia, onde tomando uma força de 40 homens marchei pelo Quartel da Cavallaria, e ahi deixando alguns Guardas Nacionais, para reforçar o mesmo, fui com a Cavallaria, e a força dita já então unida a 3o Nacionais, que V. Ex. me havia mandado commandados pelo Ajudante Mondim, ao lugar do Bomfim, onde estive até que soube de que nos engenhos visinhos não havia movimento algum. Na volta, que era já bastante dia, encontrei no Quartel da Cavallaria 40 homens da Fragata que V. Ex. mandava pôr ás minhas ordens, dos quaes mandei que 16 fossem embarcados para o sitio de Itapagipe, e ali permanecessem até se restabelecer a tranquillidade.

Depois, pelas partes recebidas, soube que no acto da busca, em uma casa junto de Guadalupe, á Ladeira da Praça, por denuncia particular, querendo entrar o Juiz de Paz, não lhe quiz abrir a porta uma parda dizendo que alli não havia pessoa alguma; e como se dispozesse o Juiz a arrombal-a, abrio-a, ao passo que outra se fechou. Mas, crescendo a desconfiança, e entrando o Commandante dos Permanentes, o Tenente Lazaro Vieira do Amaral, pelo corredor em direitura a porta fechada, repentinamente, a um signal dado, dizem pela referida parda, abrio-se a porta, sahindo de dentro um tiro de bocamarte, e após d'elle um grupo de 60 pretos, pouco mais ou menos, armados de diversas armas, principalmente de espadas, os

quaes dispersaram a pequena força surprehendida, ferindo gravemente ao referido Tenente Lazaro, e a outros que forão encontrando em sua passagem.

Este grupo se dirigio por Nossa Senhora d'Ajuda ao Largo do Theatro, onde foi recebido com uma descarga dada por 8 Guardas Permanentes commandados pelo Ajudante do mesmo Corpo, os quaes foram dispersados pelos Africanos, depois de ficarem feridos 5. Desse logar correram em altos gritos pela Rua de Baixo matando e ferindo os que encontravam, constando-me terem feito duas mortes em dous pardos, e foram direitos ao Quartel de Artilheria, talvez com o fim de fazerem alguma junccão da parte da Victoria, como depois se verificou.

Proximos ao Quartel mataram um Sargento Nacional do 2.º Batalhão chamado Tito, o qual, indo em companhia do seu Juiz de Paz, quando este procurou o amparo da Fortaleza, ficou um pouco atraz para lhes dar um tiro.

Receiando atacar a Artilheria, voltaram pelo mesmo caminho, e brevemente fizeram a junccão com outro grupo vindo do lado da Victoria, e que atravessou a estrada nova do Forte, não obstante o fogo que lhe fizeram.

Reunidos foram atacar o Quartel dos Permanentes, onde apenas existião 22 soldados, por terem sido prestados os demais á diversas requisições.

Ahi depois de algum fogo, fechado o portão do Quartel, e morrerem 2 soldados, tendo outros feridos, tomaram pelo lado da Barroquinha, e vieram sahir segunda vez no sitio d'Ajuda, d'onde seguiram para o Collegio, e atacaram a Guarda, a qual se recolheu, fazendo fogo sobre o grupo um reforço Permanente, que alli se achava.

N'esse logar mataram um soldado de Artilheria, que vinha buscar o Santo, o qual antes de cahir ferido defendeo-se corajosamente, e matou um com um tiro, ferindo a outros muitos.

Na descida pela Baixa dos Sapateiros mataram um pardo, e dizem-me que ainda outro, seguindo depois para os Coqueiros, d'onde sahiram para atacar o Quartel de Cavallaria, como já referi a V. Ex.^a.

Depois do destroço, que receberam n'esta ultima paragem, unico que tomou a offensiva, nunca mais se reuniram.

Esquecia-me dizer a V. Ex.^a que na noite da insurreição se me apresentou igualmente o Tenente-Coronel Manoel Antonio da Silva, Instructor Geral dos Guardas Nacionaes, a quem encarreguei algumas commissões: bem como devo communicar a V. Ex.^a que a parda da casa onde se achavam os pretos, e seu marido, estão presos havendo motivo para os suspeitar conniventes ou sabedores.

Desde o Quartel da Cavallaria até o Forte de São Pedro foram achados muitos Africanos mortos, ou feridos, e poucos presos na acto do ataque.

Calculo o numero dos mortos achados em todos os logares, e mesmo entre as ondas, em 50; havendo porém feridos, que de certo não escaparão, attento a gravidade dos ferimentos, e o tempo decorrido, primeiro que fossem tratados, existindo estes no Hospital, para onde os mandei conduzir, e os outros na Fortaleza do Mar.

Pela manhã foram achados alguns pelos mattos visinhos baleados, ou cutilados, dos quaes alguns procuravam escápar-se com disfarces. A's seis para sete da manhan, da casa de João Francisco Ratis, sahiram repentinamente seis pretos seus, armados de espadas, pistolas e punhaes, vestidos em trajes de guerra, á maneira sua; e depois de lançarem

N'esse logar mataram um soldado de Artilheria, que vinha buscar o Santo, o qual antes de cahir ferido defendeo-se corajosamente, e matou um com um tiro, ferindo a outros muitos.

Na descida pela Baixa dos Sapateiros mataram um pardo, e dizem-me que ainda outro, seguindo depois para os Coqueiros, d'onde sahiram para atacar o Quartel de Cavallaria, como já referi a V. Ex^a.

Depois do destroço, que receberam n'esta ultima paragem, unico que tomou a offensiva, nunca mais se reuniram.

Esquecia-me dizer a V. Ex.^a que na noite da insurreição se me apresentou igualmente o Tenente-Coronel Manoel Antonio da Silva, Instructor Geral dos Guardas Nacionaes, a quem encarreguei algumas commissões: bem como devo communicar a V. Ex.^a que a parda da casa onde se achavam os pretos, e seu marido, estão presos havendo motivo para os suspeitar conniventes ou sabedores.

Desde o Quartel da Cavallaria até o Forte de São Pedro foram achados muitos Africanos mortos, ou feridos, e poucos presos na acto do ataque.

Calculo o numero dos mortos achados em todos os logares, e mesmo entre as ondas, em 50; havendo porém feridos, que de certo não escaparão, attento a gravidade dos ferimentos, e o tempo decorrido, primeiro que fossem tratados, existindo estes no Hospital, para onde os mandei conduzir, e os outros na Fortaleza do Mar.

Pela manhã foram achados alguns pelos mattos visinhos baleados, ou cutilados, dos quaes alguns procuravam escapar-se com disfarces. A's seis para sete da manha, da casa de João Francisco Ratis, sahiram repentinamente seis pretos seus, armados de espadas, pistolas e punhaes, vestidos em trajes de guerra, á maneira sua; e depois de lançarem

fogo a casa do senhor, correram em busca d'Agoa de Meninos, sendo logo mortos no caminho.

E' de presumir que estes estivessem no plano; porém ignorariam o resultado da madrugada, pois que foram forçados a romper antes de tempo osão da casa corrida ao Guadeluppe.

Têm sido dadas por mim as providencias necessarias para serem corridas todas as casas de Africanos, sem distincção alguma, e o resultado será presente a V. Ex.^a em tempo competente; podendo desde já asseverar a V. Ex.^a que a insurreição estava tramada de muito tempo, com um segredo inviolavel, e debaixo de um plano superior ao que deviamos esperar de sua brutalidade, e ignorancia. Em geral vão quasi todos sabendo ler, e escrever em caracteres desconhecidos, que se assemelham ao Arabe, usado entre os Ussás, que figuram terem hoje combinado com os Nagôs.

Esta Nação em outro tempo foi a que se insurgiu nesta Província por varias vezes, sendo depois substituida pelos Nagôs. Existem mestres, que dão lições e tratavam de organisar a insurreição, na qual entravam muitos forros Africanos, e até ricos.

Têm sido encontrados muitos livros, alguns dos quaes, diz-se, serem preceitos religiosos tirados de misturas de seitas, principalmente do Alcorão.

O certo é que a Religião tinha sua parte na sublevação, e os chefes faziam persuadir aos miseraveis que certos papeis os livrariam da morte, donde vêm encontrar-se nos corpos mortos grande porção dos ditos, e nas vestimentas ricas e exquisitas, que figuram pertencer aos chefes, e que foram achadas em algumas buscas. Tambem se notou que uma quantidade grande de insurgentes eram escravos dos Inglezes, e estavam melhor armados, devendo-se attribuir estas circumstancias

a menor coacção em que são tidos por estes estrangeiros, habituados a viver com homens livres.

Além da morte do Sargento da guarda Nacional do soldado de Artilheria, de quatro pardos e dous Permanentes, segundo se me informa, houveram muitos outros ferimentos, e alguns graves.

Certamente, Ex.^{mo} Snr., se as denúncias nos não tivessem previnido, o resultado seria afinal, sem duvida, o mesmo; porém os estragos muito superiores; pelo que, a bem da segurança nossa, convinha premiar as pretas denunciantes, dando-lhes a liberdade, se ellas a não tivessem, ou um premio razoavel.

As providencias continuão a ser dadas com calor, e por todos os districtos se trata de um processo, por onde se possa descobrir os culpados ainda existentes para em suas pessoas dar um exemplo efficaz a esses Africanos; e para melhor o conseguir, tenho procurado encaminhar os processos de uma maneira uniforme e regular. Depois de taes successos, é bem natural que hajão abusos, e estes têm existido a um ponto tal que hoje já dão motivos sufficientes a queixas bem fundadas, pois que os soldados prendem, espancão, ferem, e mesmo matão aos escravos, que por mandado de seus senhores vão á rua. Sobre este objecto tenho officiado a V. Ex., e tenho dado as providencias a meu alcance.

Presentemente tudo mais está tranquillo, e teremos tempo de, por medidas Legislativas provinciaes, providenciar de maneira que não seja segunda vez preciso lutar com tal gente, e muito menos com Africanos forros, que quasi todos, no goso de liberdade, trazem o ferrete da escla-

vidão, e não utilisão nada o Paiz com a sua estada. — Deus Guarde a V. Ex.

Bahia, 29 de Janeiro de 1835.

Ilm. e Exm. sr. Presidente da Provincia.— (Assignado)—*Francisco Gonçalves Martins*, Chefe de Policia.»

Documentos sobre a insurreição (*)

«Ilm. e Exm. Sr.—Exigindo eu hontem da Camara Municipal que houvesse de nomear hum ou dous peritos para examinar o estado em que se achava a forca, tive em resultado a informação inclusa, á vista da qual V. Ex. terá a bondade de dar as providencias que julgar convenientes, para com a brevidade que o caso requer se fação nella as execuções, para as quaes existem já extrahidas as sentenças que passo a remettel-as ao Juiz Municipal, para dar cumprimento a ellas em o dia que por V. Ex. for indicado.

Deus Guarde a V. Ex.—Bahia, 6 de Maio de 1835.—Ilm. e Exm. sr. Vice-presidente desta provincia.—(Assignado)—*Antonio Simoens da Silva*, Juiz de direito do crime e chefe de policia interino. »

Informação—Nós abaixo assignados, mestres do officio de carpina, attestamos debaixo de juramento que fomos no dia de hoje chamados pelo sr. Inspector das Obras da Camara Manoel Gonçalves Dormund para hirmos ao Campo da Pol-

(*) Existentes no Archivo Publico da Bahia, os quaes provam que em 1835 não houve quem se prestasse a enforçar os africanos condemnados a morte.

vora examinar o estado em que se acha a forca onde são sentenciados os R. R. da pena ultima; e com effeito attestamos que ella se acha podre com todo o madeiramento em estado de não poder servir.

Bahia, 5 de Maio de 1835.—(Assignados)—*Pedro Fernandes e Saturnino Joaquim de Mattos.*

PARA O CHEFE DE POLICIA INTERINO

Em vista do que V. S. representou em officio da data de hontem, tenho ordenado ao tenente Paulo Luiz de Menezes que mande com brevidade fazer uma nova forca, visto achar-se a existente em estado de não poder servir.

Deus guarde a V. mee. Palacio do Governo da Bahia, 6 de Maio de 1835.—(Assignado)—*Munuel Antonio Galyão.*

Ilmo. e Exmo. Snr.—Como até hontem á noite não havia individuo algum nas prizoens para servir de executor da justiça e convindo que os quatro Réos, que amanhã vão ser executados, soffram a pena na forca, segundo as suas sentenças, lembro-me que, se se offerecesse huma quantia hum pouco avultada, até 20, ou 30\$000 se acharia mesmo nas cadeas hum dos presos prompto para esse fim; levo portanto a consideração de v. ex. para que no caso de ser da sua approvação, eu communique immediatamente ao carcereiro,

para fazer aos presos essa proposição. Deus Guarde a V. Ex.

Bahia, 13 de Maio de 1835.—Illmo. e Exmo. Sr. Vice-Presidente desta Provincia.—(Assignado)—*Antonio Simoens da Silva*, juiz de direito do crime e chefe de policia interino.

PARA O CHEFE INTERINO DA POLICIA

Respondo ao officio de V. Mce. que acabo de receber datado de hoje, dizendo-lhe que approvo o arbitrio proposto de ser offerecida a quantia de vinte ou trinta mil réis a algum dos presos que se acham na cadeia d'esta Cidade, afim de servir de Executor da Justiça, para que os 4 réos que amanhã vão ser executados soffram na força a pena segundo as suas sentenças, uma vez que não ha individuo algum que a isso se queira prestar, conforme V. Mce. representa pelo dito officio.

Deus guarde V. Mce.—Palacio do Governo da Bahia, 13 de Maio de 1835.—(Assignado)—*Manoel Antonio Galvão*.

Illm. Exm. Sr.—A vista da resposta inclusa do Carcereiro das Cadeias da Relação, V. Ex. determinará o que for servido.

Deus guarde a V. Ex.—Bahia, 13 de Maio de 1835.—Illm. e Exm. sr. vice-presidente d'esta Provincia.—(Assignado)—*Antonio Simoens da Silva*, Juiz de direito do crime e chefe de Policia interino.

RESPOSTA DO CARCEREIRO

Em observancia a portaria de V. S, passei a proposta aos presos, e não ha quem queira aceitar; eu ja fiz o mesmo hoje no Barbalho, e na Ribeira aos Galés, e nenhum quer por recompensa alguma, e nem mesmo outros negros querem aceitar, apesar das diligencias que lhes tenho feito com grandes promessas, além do dinheiro.

Deus guarde a V. S.—Cadeias, 13 de Maio de 1835—(Assignado)—*Antonio Pereira de Almeida*, carcereiro.

PARA O CHEFE INTERINO DA POLICIA

Não havendo, segundo V. mcê. me participa em seu officio d'esta data, quem queira servir de executor da justiça apesar das diligencias que se tem feito, ordenei que sejam fusilados os africanos, que têm de soffrer amanhã a pena de morte, a que foram condemnados; o que participo a Vmcê. em resposta para sua intelligencia.

Deus guarde a v. mcê.—Palacio do governo da Bahia, 13 de Maio de 1835.—(Assignado)—*Manoel Antonio Galvão*.

PARA O COMMANDANTE GERAL DOS PERMANENTES

O Vice-presidente da provincia ordena que o sr. commandante geral dos permanentes dê as necessarias ordens para que sejam fusilados amanhã pelos soldados do seu corpo os africanos que deviam soffrer na forza a pena de morte a que foram condemnados, visto não haver quem

queira servir de executor da justiça, apesar das diligencias que se tem feito, conforme representa o chefe de policia.

Palacio do governo da Bahia, 13 de Maio de 1835.—(Assignado)—*Manoel Antonio Galvão.*

Actas e offertas em 1902

93.ª SESSAO EM 18 DE MAIO DE 1902

Presidencia do Snr. Cons. Dr. João Torres

(Continuação)

Aos dezoito dias do mez de Maio de 1902, á 1 hora da tarde, presentes os socios, Cons.º Dr. João Torres, 1º Secretario, Isaias de Carvalho Santos, 2º Secretario, Capitão Ferreira Braga, thesoureiro, Dr. Alfredo Cabussú, Barão de São Francisco, Professor Elias Nazareth, Coronel Gonçalo de Athayde, Antonio Gonçalves Neves, Henrique Prager, Engenheiro Luiz Imbassahy da Silva, Nicolau Tolentino Carneiro da Cunha, Comm. Salvador Pires, Drs. Guilherme Foeppel, Braz do Amaral, Comm. Joaquim Manoel de Sant'Anna, Damasceno Vieira e Pharm. Alfredo Accioli, foi declarada aberta a sessão.

Foi lido o expediente, que constou do seguinte: Cartão do Dr. João Evangelista de Castro Cerqueira, enviando cem mil réis por ordem do General Dr. Dionysio Evangelista de Castro Cerqueira para auxilio ás despesas do Instituto, offerta que é recebida com especial agrado, e mandou-se agradecer: Carta convite dos alumnos da 5ª serie medica para o «Instituto» assistir a sessão funebre, em homenagem á memoria do pranteado professor cathedratico da «Faculdade de Medicina», Dr. João Agrippino da Costa Doria, declarando

o Snr. presidente que havia designado o socio, pharmaceutico Accioli do Prado, para representar o «Instituto»; Carta convite do Conselho directorio do «Gremio Litterario» para o «Instituto» se fazer representar no dia 20 do corrente, ás 10 horas da manhã, na solemnidade da missa e benção da nova bandeira e ás 8 horas da noite na sessão magna litteraria, actos estes que vão ser realizados em commemoração do 42.º anniversario da fundação dessa instituição.

Officios: do Presidente da Associação Commercial desta cidade, remettendo um exemplar do relatorio dos trabalhos da directoria anterior; do Snr. Vice Consul da Hespanha, communicando que fôra designado o dia 17 do andante para celebração da festa nacional pela maioridade de El-Rei D. Affonso XIII, devendo, por isso, ser içado no consulado o respectivo pavilhão; do 1.º Secretario da Beneficencia Caixeiral, enviando a relação nominal dos novos funcionarios eleitos para o anno social de 1902; do socio Dr. José Antonio Costa, engenheiro civil, remettendo uma caixinha com 100 moedas de varios paizes, segundo a relação que tambem remette, satisfazendo, assim, seu desejo de contribuir para o augmento da colleção que o «Instituto» já possui; do socio Cap. de mar e guerra Alves Camara offerecendo 4 moedas, sendo 1 de ouro e 3 de prata, adquiridas em Tanger, quando commandante do crusador *Benjamin Constant*.

Pelo Cons. Presidente foi mandado responder a todos e agradecer as valiosas offertas feitas ao «Instituto», e designou os socios Damasceno Vieira e Eng. Imbassahy da Silva para representarem o «Instituto» nas festas do «Gremio Litterario». Pelo mesmo presidente foi noticiado o fallecimento dos socios Drs. Adolpho Frederico Tourinho e

José de Oliveira Leite, cuja dedicação ao « Instituto » era notoria; ao mesmo tempo propoz a inserção na acta de um voto de pesar, o que foi approvedo.

Em seguida passou-se a discussão do Orçamento da receita e despesa para o corrente anno, de 1902, que é approvedo com emendas.

O projecto de orçamento assim approvedo é o seguinte:

RECEITA

Art 1.º:

§ 1.º Subvenção estadual	3:000\$000
§ 2.º Idem federal	5:000\$000
§ 3.º Idem municipal	500\$000
§ 4.º Idem de exercicios anteriores não recebidas a saber:	
a) Subvenção estadual	7:500\$000
b) Idem municipal	1:000\$000
c) Idem federal	1:250\$000
§ 5.º Mensalidades de 147 socios effectivos	1:764\$000
§ 6.º Idem atrasados	826\$000
§ 7.º Joias de socios	300\$000
§ 8.º Donativos	\$
§ 9.º Remissão de socios	\$
§ 10.º Productos de beneficios e concertos	\$
	21:140\$000

DESPEZA

Art 2.º:

§ 1.º Juros e amortisação do debito hypothecario	11:000\$000
§ 2.º Seguro do predio	115\$800

§ 3.º Pagamentos a credores,	
por contas	7:727\$740
Ao Guarda-livros	600\$000
§ 4.º Gratificação ao Amanuense	300\$000
§ 5.º Ordenadós, sendo:	
a) Do porteiro	600\$000
b) Do servente	300\$000
c) Do G. livros, gratificação	\$
d) Do cobrador 20 % comissão	\$
§ 6.º Impressão da <i>Revista</i> , 2 números-1902	1:000\$000
§ 7.º Despesas geraes, a saber:	
a) Com a secretaria, expediente e sellos	300\$000
b) Agua	108\$000
c) Carretos e despesas miudas	100\$000
§ 8.º Importancia da reclamação da restituição de Caução de Julio Telles da S. ^a Lobo	1:000\$000
	23:151\$640

Bahia, 20 de Abril de 1902.

A Comissão.—(Assignados)—*S. Pires de Carvalho e Albuquerque.*—*A. Cabussú.*

Sobre esse projecto de orçamento da despesa fallaram o thesoureiro, Capitão Ferreira Braga, o Dr. Cabussú e o Coronel Gonçalo de Athayde, propondo este o adiamento da discussão, em vista da emenda apresentada pela Comissão e das ponderações feitas pelo Thesoureiro, emenda que é do theor seguinte:

«Supprima-se o logar de servente si for augmentado para 780\$000 o ordenado do amanuense, até que melhorem as condições pecuniarias do «Instituto». A comissão de Fazenda—(Assignados) *S. Pires de Carvalho e Albuquerque.*—*A. Cabussú.*

Esta proposta foi apresentada depois dest'outra lida pelo Snr. Thesoureiro:

«Emenda aos §§ 4.º e 5.º do Art. 2.º diga-se: Ordenado do amanuense 20 % sobre 960\$ 768\$000.

Ordenado do porteiro 20 % sobre 720\$000 576\$000». Sala das sessões do «Instituto Geographico», em 18 de Maio de 1902.—(Assignados)—*Francisco Braga.*—*João Torres.*—*Braz do Amaral.*

Sendo regeitada a proposta de adiamento, fallaram ainda os socios Damasceno Vieira, Isaias Santos e Dr. Cabussú, que apresentou o seguinte artigo additivo ao projecto:

Artigo additivo: «Fica a mesa auctorizada a «transigir com a loteria que tem, de modo a ser paga a divida fluctuante do «Instituto». A Comissão—(Assignados)—*A. Cabussú.*—*S. Pires de Carvalho e Albuquerque.*»

Encerrada a discussão, foi approvedo o projecto de orçamento da despesa, salvo as emendas, as quaes foram tambem approvedas, bem como o artigo additivo.

Em seguida foram lidos diversos pareceres favoraveis á admissão de socios effectivos e correspondentes, sendo por escrutinio secreto approvedos para socios, effectivos Drs. Americo Pinto Barreto Filho, advogado e deputado estadoal; José Gonçalves de Castro Cincurá, advogado e deputado estadoal; Genesio Sampaio Neves, engenheiro; José Sabino Pereira Filho, advogado; Tiberio de Figueiredo, advogado; Dr. Bernardo José Jambeiro, medico e deputado estadoal; Padres Manoel Bemvindo de Salles, reitor do «Collegio dos Orphãos de S. Joaquim» e Francisco Fernandes Badaró; Pharmaceutico Clemente Tanajura Guimarães; Coronel Francisco de Mello, capitalista; Henrique Cancio, jornalista, e professor Cincinato Ricardo Pereira da Franca, todos

Esta proposta foi apresentada depois dest'outra lida pelo Snr. Thesoureiro:

«Emenda aos §§ 4.º e 5.º do Art. 2.º diga-se: Ordenado do amanuense 20 % sobre 960\$ 7688000.

Ordenado do porteiro 20 % sobre 720\$000 5768000». Sala das sessões do «Instituto Geographico», em 18 de Maio de 1902.—(Assignados)—*Francisco Braga.*—*João Torres.*—*Braz do Amaral.*

Sendo regeitada a proposta de adiamento, fallaram ainda os socios Damasceno Vieira, Isaias Santos e Dr. Cabussú, que apresentou o seguinte artigo additivo ao projecto:

Artigo additivo: «Fica a mesa auctorisada a «transigir com a loteria que tem, de modo a ser paga a divida fluctuante do «Instituto». A Commissão—(Assignados)—*A. Cabussú.*—*S. Pires de Carvalho e Albuquerque.*»

Encerrada a discussão, foi approvedo o projecto de orçamento da despesa, salvo as emendas, as quaes foram tambem approvedas, bem como o artigo additivo.

Em seguida foram lidos diversos pareceres favoraveis á admissão de socios effectivos e correspondentes, sendo por escrutinio secreto approvedos para socios, effectivos Drs. Americo Pinto Barreto Filho, advogado e deputado estadual; José Gonçalves de Castro Cincurá, advogado e deputado estadual; Genesio Sampaio Neves, engenheiro; José Sabino Pereira Filho, advogado; Tiberio de Figueiredo, advogado; Dr. Bernardo José Jambeiro, medico e deputado estadual; Padres Manoel Bemvindo de Salles, reitor do «Collegio dos Orphãos de S. Joaquim» e Francisco Fernandes Badaró; Pharmaceutico Clemente Tanajura Guimarães; Coronel Francisco de Mello, capitalista; Henrique Cancio, jornalista, e professor Cincinato Ricardo Pereira da Franca, todos

residentes n'esta Capital; e para socios correspondentes: Drs. Alberto Santos Dumont, brasileiro, residente em Paris; Dr. Antonio Augusto de Lima, director do Archivo Publico Mineiro, residente em Bello Horizonte; Dr. Von Ihering, Director do Museu de S. Paulo, (Ipiranga); Alberto Lófgren, Director do «Horto Botanico» Cantareira, (S. Paulo); Dr. José de Campos Novaes, medico; César Bierremback, professor do Gymnasio, ambos de Campinas; Americo Werneck, litterato e agricultor, em Lambary, Minas-Geraes; Pedro de Queiroz e Antonio Bezerra de Menezes, membros do «Instituto Historico e da Academia Cearense», ambos do Ceará; D. Blas Vidal, politico, litterato e ex-ministro oriental no Rio; D. Adolpho Basáñez, Consul geral do Uruguay no Rio de Janeiro; Coronel Antonio Gomes da Silva Chaves, engenheiro militar; Padre Dr. Julio Maria, litterato, residente na Capital Federal; Max Fleius, litterato e 2º secretario do «Instituto Historico e Geographico Brasileiro»; José Ribeiro do Amaral, auctor de diversos trabalhos historicos ja publicados, residente na Cidade de S. Luiz do Maranhão; Demetrio Pires de Araujo, jornalista, residente na Feira de Sant'Anna, e Romario Martins, litterato, residente em Curytiba (Paraná). Foi tambem approvado para socio effectivo o litterato bahiano Francisco Xavier Marques, residente n'esta Cidade.

Nada mais havendo, levantou-se a sessão.

Salvador P. de Carvalho e Albuquerque.—João N. Torres.—Isaias de Carvalho Santos.

94.^a SESSÃO EM 25 DE MAIO DE 1902

Presidencia do 1.^o Vice-Presidente, Dr. Satyro Dias

Aos 25 de Maio de 1902, á 1 hora da tarde, presentes os socios: Cons. Dr. João Torres, Drs. Satyro Dias, Reis Magalhães, Alfredo Cabussú, Joaquim Pires Muniz e Manoel Pedro de Rezende, Professores Borges dos Reis e Elias Nazareth, Coroneis Martiniano de Almeida e Gonçalo de Athayde, Aloysio de Carvalho, Pharmaceuticos Joaquim Manoel de Sant'Anna e Luiz Filgueiras, Cap.^m Ferreira Braga, Manoel Quirino, Gonçalves Neves e Comm. Salvador Pires, foi aberta a sessão, servindo de 2.^a Secretario o suplente Aloysio de Carvalho, que leu a acta da sessão do dia 3 de Maio, sendo ella approvada sem debate.

O expediente constou do seguinte:

Officios: da directoria da «Associação dos Empregados no Commercio», communicando a eleição e posse de seus novos funcionarios; e do Dr. Intendente municipal convidando o «Instituto» a se fazer representar na missa e procissão de *Corpus-Christi* a 29 do corrente. O Snr. Presidente nomeou os seguintes socios para esse fim: Cons. Dr. João Torres, Conego Manfredo de Lima e Dr. Isaias de Carvalho Santos.

Cartas: do socio Cap.^m de mar e guerra Antonio Alves Camara, offerecendo quinze moedas antigas, de cobre, e vinte seis volumes de obras diversas, de sua bibliotheca particular, conforme a relação feita em nota annexa; do socio Cap.^m Manoel Quirino, offerecendo tres medalhas da

Campanha do Paraguay, pertencentes ao Tenente-coronel Feliciano Pimentel, do 54 batalhão de voluntarios; do Provedor do «Collegio de São Joaquim», offerecendo para o museu do «Instituto», uma das duas bandeiras do regimen imperial, existentes n'aquelle Collegio.

O Cons. Dr. João Torres, pedindo a palavra disse que na ultima sessão deixára de fazer sciante que o «Instituto» encarregára os consocios Drs. Braz do Amaral e Innocencio Munóz de Araujo Góes, de organisarem as modernas ephemerides da Bahia, trabalho de alta necessidade, porquanto o que ha a respeito termina em periodo já distante; e aproveitando a oportunidade, propunha que em attenção a valiosissima offerta de cento e cincoenta volumes de obras diversas feita pelo nosso conterraneo, Dr. Virgilio Cardoso de Oliveira, actualmente Secretario do Interior no Estado do Pará, lhe fosse remettido o diploma de socio correspondente do «Instituto», independente de contribuição pecuniaria, como permittem os Estatutos; o que foi unanimemente approvado.

O Snr. Presidente Dr. Satyro Dias, referindo-se em phrase eloquente á morte tragica do inventor do balão *Pax*, e ao anniversario da grande batalha do Tuyuty, propoz que fossem insertos na acta, um voto de pezar pelo fallecimento do illustre aeronauta brasileiro Dr. Augusto Severo, dando-se ao irmão d'este, o Snr. Senador federal, Dr. Pedro Velho, sciencia d'essa resolução para que, como chefe da familia enlutada, accete e faça transmittir a todos os parentes do inditoso compatriota os sinceros sentimentos do «Instituto», e bem assim uma menção congratulatoria ao exercito nacional pelo facto heroico que se rememora na notavel data de 24 de Maio, sendo ambas as propostas approvadas.

Em seguida, declarado o fim principal da sessão — a eleição da nova mesa administrativa e das diversas comissões — independente do numero de socios presentes, em virtude de ser esta a segunda convocação feita para isso, procede-se a eleição, na qual tomou parte o 2.º Secretario que em tempo compareceu, sendo apurado o seguinte resultado:

Para presidente: Cons. Dr. Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, 18 votos; para 1.º vice-presidente, Dr. Satyro de Oliveira Dias, 17 votos e Cons. Dr. João Torres, 1 voto; para 2.º vice-presidente, Cons. Dr. Pedro Mariani, 18 votos; para 1.º Secretario, Cons. Dr. João Nepomuceno Torres, 17 votos e Dr. Reis Magalhães, 1 voto; para 2º secretario, Isaías de Carvalho Santos, 17 votos e Coronel Gonçalo Pereira, 1 voto; para supplentes de secretario, Aloysio de Carvalho, 17 votos, Dr. Joaquim dos Reis Magalhães, 17 votos e pharmaceutico Accioli, 2 votos; para thesoureiro, Cap.º Francisco Gomes Ferreira Braga, 17 votos e Eloy Guimarães, 1 voto; para Orador Dr. Braz Hermenegildo do Amaral, 18 votos; para supplente de orador, Cons. Dr. Filinto Justiniano Ferreira Bastos, 18 votos.

Para comporem as diversas comissões foram eleitos, por maioria de votos:

Commissão de admissão de socios: Eloy de Oliveira Guimarães, Coronel Gonçalo de Athayde Pereira e Pharmaceutico Commendador Joaquim Manoel de Sant'Anna.

Commissão de Fundos e orçamento: Dr. Alfredo Cesar Cabussú, Horacio Uripia Junior e Commendador Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque.

Commissão de Redacção da Revista: Cons. Dr. João N. Torres, e Drs. Innocencio Munoz de Araujo Goes e Joaquim dos Reis Magalhães.

Commissão de manuscriptos e documentos: Conego Manfredo Alves de Lima, Cons. Dr. Filinto Justiniano Ferreira Bastos e Dr. Egas Moniz Barretto de Aragão.

Commissão de Geographia, historia e ethnographia: Dr. Francisco Marques de Góes Calmon, Professor Antonio Alexandre Borges dos Reis e Pharmaceutico Luiz Antonio Filgueiras.

Commissão de estatistica e demographia: Professor Elias de Figueiredo Nazareth, e Drs. Aurelio Pires de Carvalho e Albuquerque e Julio da Gama.

Commissão de topographia e archeologia: Engenheiro João Pimenta Bastos, Professor Francisco Torquato Bahia da Silva Araujo e Pharmaceutico Accioli do Prado.

Commissão de philatelia, numismatica e ceramica: Dr. Guilherme Conceição Fœppel, Capitão Manoel Raymundo Quirino e Francisco Ferraro.

Commissão de mappas, retratos e cartas geographicas: Cap.^m de mar e guerra Antonio Alves Camara, Dr. José Julio de Calasans e Alfredo Octaviano Soledade.

Commissão de biographias: Drs. Manoel Joaquim de Souza Britto, Guilherme Pereira Rebello e Damasceno Vieira.

Foram proclamados e empossados nos respectivos cargos os socios eleitos que se achavam presentes.

Enada mais havendo a tratar-se, foi encerrada a sessão.

Approvada em sessão de 14 de Setembro de 1902.—*Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque.*—*João Nepomuceno Torres.*—*Isaias de Carvalho Santos.*

95.ª SESSÃO EM 14 DE SETEMBRO
DE 1902

Presidencia do Exam. Snr. Cons. Dr. Salvador Pires

Aos quatorze dias do mez de Setembro de 1902, no salão do Instituto, á 1 hora da tarde, presentes os socios Cons. Drs. Salvador Pires, presidente, e João Torres, 1.º Secretario, Drs. Braz do Amaral e Alfredo Cabussú, Engenheiro Luiz Imbassahy, Padre Luiz da França, Professores Elias Nazareth e Santos Sá, Comms. Pharm. Joaquim Manoel de Sant'Anna e Salvador Pires, Capitão Ferreira Braga, Eloy Guimarães e Isaias Santos, foi aberta a sessão, sendo lidas e approvadas, sem debate, as actas das sessões anteriores de 18 e 25 de Maio do corrente anno.

Em seguida foi lido o expediente, que constou do seguinte:

Offícios: dos Drs. Secretario do Interior e Intendente Municipal, e do Presidente da « Associação Commercial », agradecendo a communicacão da eleição e posse dos novos funcionarios do Instituto eleitos para o anno social de 1902 a 1903; dos Secretarios das Sociedades « Gremio dos Internos dos Hospitaes », « Club Commercial do Joazeiro », « Sociedade de Ethnographia e Civilisacão dos Indios », de S. Paulo, « Beneficente Academica », e « União Philantropica dos Artistas » communicando a eleição de suas directorias para o mesmo anno social-1902 a 1903; da « Sociedade Circulo Catholico Apostolico Romano », desta Cidade, communicando sua installacão e enviando os Estatutos; do socio Coronel Francisco Felix de Araujo, communicando haver transferido sua residencia para a Capital Federal; do bibliothecario da « Faculdade de Direito » do Recife, reclamando para a sua

collecção varios numeros da Revista, ao que mandou-se attender.

Cartas: do Dr. Pedro Velho agradecendo os votos de condolencias que o « Instituto » enviou-lhe pelo fallecimento de seu irmão, o Dr. Augusto Severo; do Sr. Karlos Weber offerecendo quatro moedas de cobre antigas e uma medalha commemorativa do 3.º Centenario de Luiz de Camões; do socio Capitão de mar e guerra Alves Camara, offerecendo para a bibliotheca do Instituto 115 volumes de varias obras de sua bibliotheca particular; do vice-presidente da Companhia de loterias nacionaes do Brazil, solicitando a cooperação do « Instituto » sobre o projecto apresentado na Câmara dos Deputados para a extincção das loterias nacionaes, de que auferem recursos diversos institutos sociaes, pios e beneficentes; do socio Cons. Francisco Maria Sodré Pereira, offerecendo para o archivo do « Instituto » varios manuscriptos que acompanharam á Petição de Graça e Perdão que o Dr. Francisco Sabino Alvares da Rocha Vieira encaminhou, em 1834, á Regencia Permanente sobre o assassinio do Alferes José Joaquim Moreira no dia 7 de Novembro de 1833, n'esta Capital, e bem assim varios periodicos do tempo da Regencia, de cuja lucta politica o delicto indultado originou-se; do cidadão Virgilio Pires de Carvalho, offerecendo varias obras, colleccções de leis, e quatro projectis de guerra que pertenceram a seu pae o Major Salvador Pires de Carvalho e Aragão; do academico João Carlos Vicente Vianna, offerecendo á guarda do « Instituto » uma obra manuscrita sobre os tempos primitivos da Bahia, especialmente da Villa de Jaguaripe, trabalho de seu fallecido pae, Dr. Francisco Vicente Vianna, com autorisação para ser publicada na *Revista*, salvo, porém, o seu direito de propriedade, devendo

os autographos ser reclamados do Sr. Gentil, continuo da Inspectoria do Ensino, ao qual se acham confiados; do 1.º Secretario do « Instituto Historico e Geographico » do Rio Grande do Norte, communicando a installação do mesmo « Instituto » a 15 de Junho ultimo. Måndou-se agradecer as offertas recebidas.

Finda a leitura do expediente o Snr. Conselheiro Presidente agradeceu sua reeleição e communicou que fôra acceto socio correspondente do « Instituto Historico e Geographico Brasileiro », distincção essa que, disse, foi devida em grande parte ao valimento do nosso « Instituto », e leu diversas peças, por cópia, da acta da sessão em que foi admittido em visita no dia 4 de Julho do corrente anno. Dando em seguida, conhecimento ao « Instituto » do fallecimento do socio effectivo Dr. Pedro Moniz Leão Velloso, cujo elogio fez, propõe que se insira na acta um voto de pezar, o que foi approvedo.

O Dr. Braz do Amaral, em nome da commissão que levou a effeito o concerto vocal e instrumental, em beneficio do « Instituto », realisado no dia 27 de Agosto ultimo e organizado pela Exm.ª Sra. D. Maria Elisa Valente Moniz de Aragão, illustre consocia, leu o seu relatorio, do qual consta que a receita até então arrecadada eleva-se a 2:424\$000, faltando receber cerca de 300\$000, e que a despesa importa em 462\$302 conforme os documentos justificativos que apresentava; e declarou que accitava a explicação dada pelo Dr. Cabussú sobre o offerecimento de 40\$000 feito pelos officiaes de marinha que compareceram ao concerto, offerecimento todo espontaneo, pois estavam munidos de bilhetes para cadeiras, offerecidos pelo Dr. Antonio Muniz.

Pelo Snr. Conselheiro Presidente foi proposto que se inserisse na acta um voto de louvor á

commissão pelo modo por que se desempenhou do encargo, o que foi unanimemente approvedo.

Foram lidas duas propostas: uma, de socios, que foi remettida á commissão, e outra, assignada pela mesa, para que, de accordo com o art. 13, § 2º dos Estatutos, fosse elevada a socia honoraria a socia effectiva, a Exm.^a Sra. D. Maria Elisa Valente Moniz de Aragão; e, resolvendo o «Instituto» que esta proposta fosse submittida á votação independente de ir á commissão, foi unanimemente approveda.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

Approveda em sessão de 19 de Outubro de 1902.
—*Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque.*—*João Nepomuceno Torres.*—*Isaias de Carvalho Santos.*

OFFICIO DO CONSELHEIRO FRANCISCO SODRÉ

«Exm. sr. conselheiro desembargador Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, digno presidente do «Instituto Geographico e Historico da Bahia».—E' bem conhecido e deve estar ainda bem vivo á memoria de nossos concidadãos daquella epocha e dos da actual a quem tenha chegado a tradição, o facto que occupou então a attenção inteira da ex-provincia, hoje Estado da Bahia, succedido em 7 de novembro de 1833 entre o dr. Francisco Sabino Alvares da Rocha Vieira e o alferes de 1.^a linha José Joaquim Ribeiro Moreira, quando este, ao enfrentar aquelle á porta do Paço Municipal, o aggreuiu e offendeu com um instrumento aviltante em represalia a injuria igual que dias antes (3o de outubro do mesmo anno) havia inflingido em seu irmão Vicente Ribeiro Moreira.

O que talvez não seja assáz conhecido, ou já esteja talvez esquecido, foi a defeza documentada e justificada que acompanhou a Petição de Graça e perdão que o dr. Sabino encaminhou em 1834 á Regencia Permanente, que a deferiu indultando-o do delicto.

Sabino, recorrendo das Justicas desta capital para as da então villa da Cachoeira, foi ali condemnado por sentença do jury de 29 de julho de 1834 á pena de 6 annos de prisão com trabalho e mais o augmento do art. 49 do Codigo do Processo.

Desta sentença interpoz elle Recurso de Graça, sendo por decreto de 3 de outubro de 1834 commutada a pena em igual tempo de degredo para á ex-provincia do Rio Grande do Sul; reconsiderado, porém, o Recurso, foi por decreto de 7 de novembro de 1834 concedido o perdão puro e simples, mandando ficar de nenhum effeito o decreto anterior.

Foi referendario deste o notavel estadista Aureliano de Souza Oliveira Coitinho, depois Visconde de Sepetiba, que tanta influencia teve nos fastos politicos do paiz e passou por ser o creador e chefe de um partido aulico ao tempo da Maioridade, e alguns annos depois gosou de enorme valimento e confiança junto do ex-imperador e de toda sua côrte.

O delicto indultado tirou sua origem nas desavenças das lutas da politica encandesciente daquelles tempos da Regencia entre os periodicos *Investigador Brasileiro*, a favor e da redacção de Sabino, e do *Jornal do Commercio*, contra, e da redacção de Vicente Moreira, irmão da victima.

O *Investigador*, sustentava a Regencia com todos os consectarios da abdicacão de 7 de abril.

O *Jornal do Commercio*, defendia a Restaura-

ção do 1.º imperador, a cujo partido se deu o appellido de *Caramurú*.

Similhantes papeis me parecem de algum valor á chronica da Bahia por se referirem de perto á vida particular de um homem que teve parte proeminente nos seus acontecimentos: vindo a ser e tornar-se o principal factor da Revolução de 7 de novembro de 1837, movimento mais accentuado do espirito e acção revolucionaria e democratica, que se deu na ex-provincia, e quiçá, em todo o resto do ex-Imperio, com excepção do Rio Grande do Sul.

O «Instituto Geographico e Historico da Bahia» devendo ser o repositório de toda sua historia politica, commercial e social, e de suas chronicas, aos seus archivos, supponho, devem ser recolhidos os documentos originaes e authenticos que as comprovem, como esses a que me venho reportando e que, como um dos seus mais obscuros consocios, tenho a satisfação de offerecer-lhe.

Desvaneço-me de ser com particular estima e elevada consideração de—V. ex. amigo, patricio, affectuoso e constante admirador.—Conselheiro *F. M. Sodré Pereira*.

Concerto vocal e instrumental

«Sentimos ainda resoar-nos deliciosamente o que ouvimos no concerto hontem realisado em beneficio do *Instituto Geographico e Historico da Bahia*, no festival organizado pela actividade e pelo talento da exma. sra. d. Maria Elisa Valente Moniz de Aragão, distincta esposa do illustre literato bahiano, dr. Egas Moniz Barretto de Aragão (*Pethion de Villar*).

E' sob a impressão do que a musica alli nos proporcionou, de emocionante e de indefinivel, que affirmamos ter assistido a um raro acontecimento musical, summamente honroso para o nosso meio artistico.

A professora laureada—mentalidade superior, consagrada ao que a arte produz de harmoniosamente bello—a sempre festejada pianista d. Maria Elisa enlevou o auditorio em todas as peças confiadas á sua delicadissima interpretação e execução: no concerto de Chaminade a dois pianos, com o distincto professor Narciso Figueras: no grande capricho hespanhol do compositor polaco Moszkowski—peça de magnifico effeito, executada pela primeira vez na Bahia; no grande trio de Lachner para piano, violino e violeta e na *Arlesienne*, de Bizet, tocada a quatro mãos, com sua graciosa discipula, senhorita Angelina Rebello, filha do dr. Guilherme Pereira Rebello, lente cathedratico da Faculdade de Medicina.

As entusiasticas palmas que a festejaram foram justas homenagens ao seu talento tantas vezes comprovado de modo brilhante.

A joven Angelina Rebello, pela firmeza da execução, revelou apreciavel estudo e mostrou disposições naturaes de acompanhar de perto a gloria de sua professora, o que conseguirá com inteira dedicação á arte.

Excellent e promettedora a sua estréa.

O professor Scheel colheu novos louros na execução de um solo de Sarasate, em que se patenteou consummado violinista, digno de confronto com celebidades europeas. Não exaggeramos neste preito que rendemos ao seu elevado talento.

O dr. João Martins, pela sua possante, sonora e afinada voz de perfeito barytono, impoz-se, por

duas vezes, aos applausos do escolhido auditorio: no *prologo de Pagliacci* e na bella aria *Herodiade*, de Massenet.

A senhorita Olga Domschke foi merecidamente festejada pela correccão com que executou ao violino o *Nocturno de Chopin*, de Sarasate.

E' realmente uma vocação digna dos maiores estímulos.

A banda musical dos Orphãos de S. Joaquim, regida pela competencia magistral do professor Guilherme Mello, executou de forma briosa e correcta a *Marcha 2 de Julho* do finado maestro portuguez Barretto de Aviz, um trecho triumphal da opera *Aida* e outra do *Ernani*.

Ao digno regente enviamos parabens pelos justos applausos com que o auditorio galardoou os progressos de seus estudiosos discipulos.

O aproveitamento que hontem revelaram honra sobremodo os reconhecidos meritos do abalisado professor.

No final da segunda parte, mme. Maria Elisa foi mimoseada com delicada joia, offerecida por sua discipula joven Angelina Rebello, que assim deu publico testemunho de gratidão a quem se mostra esforçada por seu adeantamento artistico.

A directoria do *Instituto* offereceu elegantes ramos de flores ás gentis executantes.

Concluindo esta rapida noticia, cumprimos o dever de felicitar ao illustrado *Instituto Geographico e Historico* pela festa brilhante, que lhe foi hontem propocionada e que tão grata impressão nos deixou.

(Ext. d'A Bahia de 28 de Agosto de 1902)

PROGRAMMA DO CONCERTO

1.^a PARTE

Barcelto de Aviz—Marcha 2 de Julho, pela banda dos Orphãos de S. Joaquim.

I. *Mascagni*—Aria de barytono, *Pagliucci* pelo dr. João Martins.

II. *Sarasate*—*Zigeunerweisen*—solo de violino pelo professor R. Scheel.

III. *Chaminade*—*Concerstück* para 2 pianos, mme. Maria Elisa Valente Moniz de Aragão e professor N. Figueras.

2.^a PARTE

Verdi—*Aida*, instrumentada por Paulus, pela banda.

I. *Moszkowsky*—*Grande capricho hespanhol*, Solo de piano, mme. Maria Elisa Moniz Valente de Aragão.

II. *Sarasate*—*Nocturno de Chopin*, Solo de violino, mlle. Olga Domschke.

III. *Lachner*—*Trio para violino, viola e piano*, mlle. Olga Domschke, mme. Maria Elisa Valente Moniz de Aragão e professor R. Scheel.

3.^a PARTE

Verdi—*Ernani*, instrumentada pelo professor Guilherme Mello, pela banda.

I. *Bizet*—*Arlésienne. Suite de concert*, Piano a quatro mãos, mlle. Angelina Rebello e mme. Maria Elisa Valente Moniz de Aragão.

II. Solo de canto, para barytono, dr. João Martins.

III. *Alard*—Duo de violinos, mlle. Olga Domschke e professor R. Scheel.

Os acompanhamentos forão feitos por mme. Moniz de Aragão e professor Figueras.

O piano de Schiedmayer, grande formato, foi gentilmente cedido pelo dr. Pedro Celestino.

Nos intervallos tocou a banda do 1.º corpo da Brigada Policial.

95ª SESSÃO EM 19 DE OUTUBRO DE 1902

*Presidencia do Exm. Snr. Conselheiro
Dr. Salvador Pires.*

Aos dezenove dias do mez de Outubro de 1902, no salão do «Instituto», á 1 hora da tarde, presentes os socios Conselheiros Drs. Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, presidente, e João Torres, 1.º Secretario, Capitão Ferreira Braga, thesoureiro, Drs. José Francisco da Silva Lima, Bonifacio Faria Rocha, Commendadores Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque e pharmaceutico Joaquim Manoel de Sant'Anna, Coronel Gonçalo de Athayde, Eloy Guimarães e Isaías de Carvalho Santos, 2.º Secretario, foi aberta a sessão, sendo lida e approvada a acta da sessão anterior.

O expediente constou do seguinte:

Cartas: do socio correspondente Dr. H. Von Ihering, director do Museu de S. Paulo, offerecendo um estudo sobre «as abelhas indigenas sociaes do Brazil»; do Snr. J. M. Pelliza, de Buenos-Ayres, communicando o fallecimento de seu pae, o socio correspondente deste «Instituto», Snr. Mariano A. Pelliza, no dia 11 de Agosto ultimo; do Dr. Virgilio Rossel, professor da Universidade de Berne, agradecendo a sua eleição de socio; do

socio Alberto F. Rodrigues enviando uma edição d'«O Uruguay», de 1900 e o Almanack Popular para 1903; e um officio do Tenente-Coronel Dr. Antonio Gomes da Silva Chaves, communicando ter assumido o Cargo de Chefe da Delegacia da Direcção Geral de Engenharia junto ao Commando do 3.º districto militar, em 3 de Setembro ultimo.

E' lida, em seguida, uma proposta indicando para socios effectivos os Drs. Manoel Freire de Carvalho, Miguel Calmon do Pin e Almeida e do General Dr. Antonio de Sousa Dantas, a qual é enviada á respectiva commissão.

Pelo Conselheiro Dr. presidente foi dito que o «Instituto» acaba de ouvir ler a communicação do fallecimento do esforçado socio correspondente, Mariano A. Pelliza, illustre escriptor e sub-secretario das Relações exteriores em Buenos-Ayres, e, por isso, na fórma da praxe adoptada, o «Instituto» devia mandar inserir na acta um voto de pezar por tão infausto acontecimento, o que foi approvedo.

Pelo Snr. Conselheiro Dr. 1.º Secretario foi lido o balancete de Janeiro a Setembro ultimo, apresentado pelo Snr. Thesoureiro, accusando uma receita de 9:217\$000 contra uma despesa de 8:592\$127 e o saldo de 624\$873; sendo remettido á commissão de orçamento: é igualmente lido o parecer da commissão de admissão de socios, favoravel a acceitação, para socios, dos Snrs. Albano Pereira de Carvalho e Dr. Pedro Luiz Celestino, effectivos, e correspondentes os Snrs. Barão do Assú da Torre e engenheiro Samuel Augusto das Neves, ficando adiada a votação por falta de numero legal.

O mesmo Dr. 1.º Secretario propoz que fossem expedidos diplomas aos socios correspondentes,

Dr. Alberto dos Santos Dumont, professor Emilio Augusto Goeldi e o Dr. Hermann Von Ihering, independente de contribuição, pelos valiosos serviços por elles prestados ao Brazil, o que foi approvedo.

Pelo Snr. Conselheiro presidente foi dito que em breve achar-se-á entre nós, de passagem para a Capital Federal, o illustre brasileiro—Barão do Rio Branco—escolhido para occupar o lugar de ministro do exterior, pelo Dr. Rodrigues Alves, e que não devendo passar despercebido ao «Instituto» a estada, embora por pouco tempo, de tão conspicio compatriota, por isso nomeava uma comissão composta dos socios Drs. José Francisco da Silva Lima, Domingos Guimarães e Braz do Amaral para cumprimental-o a bordo e convidal-o para vir ao «Instituto», caso haja oportunidade para o desembarque d'esse nosso socio honorario.

O Dr. Silva Lima disse que, sem excusar-se do encargo, todavia bem podia acontecer que, na occasião, não podesse desempenhar-se do mandato pelos multiplos affazeres que sobre si pesam, mas que envidaria esforços para cumpril-o. Ainda o Snr. Conselheiro presidente, salientando os bons serviços do socio Dr. Silva Lima, agradeceu, em nome do «Instituto» mais este que, certamente, será prestado.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

Aprovada em sessão de 16 de Novembro de 1902.

Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque.—*João Nepomuceno Torres.*—*Joaquim Pires Muniz de Carvalho.*

97.ª SESSÃO EM 16 DE NOVEMBRO DE 1902

Presidencia do Exm. Snr. Conselheiro Dr. Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque.

Aos desesseis de Novembro de 1902, á 1 hora da tarde, presentes os socios Conselheiros Drs. Salvador Pires, presidente, e João Torres, 1.º secretario, Drs. Joaquim Pires Muniz, Julio de Calasans e Joaquim Tanajura, Commendadores, Pharmaceutico Joaquim Manoel de Sant'Anna e Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, Capitão Ferreira Braga, Henrique Prager, Eloy Guimarães, Padre Luiz da França dos Santos e Coronel Gonçalo de Athayde, foi aberta a sessão, servindo de 2.º secretario o Dr. Joaquim Pires Muniz de Carvalho. Foi lida e approvada, sem debate, a acta da sessão anterior.

O expediente constou do seguinte: *Officio* da direcção do Lyceu de Artes e Offícios convidando o «Instituto» a assistir a sessão magna commemorativa do 30.º anniversario de sua installação, a 26 Outubro ultimo. O Snr. Conselheiro Dr. presidente declarou que havia designado uma commissão composta dos socios, Conselheiro Dr. Filinto Justiniano Ferreira Bastos e Drs. Guilherme Pereira Rebello e João Pimenta Bastos para representar o «Instituto» n'aquella solemnidade.

Em seguida foi lida uma proposta para a admissão de socios, a saber: Dr. Augusto Flavio Gomes Villaca, medico, residente na Cidade de Itaparica e Dr. Antonio Augusto Cardoso de Castro, Ministro do Supremo Tribunal Militar, residente no Rio de Janeiro, ambos para socios correspondentes.

Foi tambem lido o parecer da Commissão de socios, opinando pela acceitação, para socios effe-

ctivos, dos Snrs. Drs. General Antonio de Sousa Dantas, Secretario de Thesouro e Fazenda do Estado, Miguel Calmon do Pin e Almeida, Secretario da Agricultura e Manoel Freire de Carvalho, parecer que não foi votado por falta de numero legal.

Pelo Snr. Conselheiro Dr. 1.^o Secretario foi communicado que o «Instituto» teve tres offertas: uma do Pharmaceutico Francisco Hermelino Ribeiro—de uma cedula de 18000 do Imperio, outra do socio Eloy Guimarães, de lavas do Vesuvio e 55 moedas estrangeiras, de cobre e nikel de 12 pares differentes, e a ultima do socio Coronel Gonçalo de Athayde Pereira, de um fossil da região amazonica.

O Snr. Conselheiro Dr. presidente, usando da palavra referiu-se á grande perda que acaba de soffrer a Bahia com o fallecimento do Dr. Manoel Victorino Pereira, e propoz que se inserisse na acta um voto de profundo pezar pela perda de tão notavel bahiano, communicando tambem a deliberação já tomada de fazer-se o «Instituto» representar pela sua Mesa Administrativa em todas as homenagens, que lhe forem prestadas n'esta Cidade.

A requerimento do socio Capitão Ferreira Braga foi mandado inserir, na integra, a proposta do Snr. Conselheiro presidente :

Snrs.: A Bahia, como todo o Brazil, foi sorprendida no dia 9 do corrente, pela infausta noticia da prematura extincção de um de seus mais dilectos filhos, o Dr. Manoel Victorino Pereira, dotado de invejavel talento, servido de uma erudição tão pouco vulgar e cujas deslumbrantes scintillações tanto irradiaram sobre a superficie inteira do paiz, que de todos os seus mais reconditos e longinquos angulos porfiadamente partem manifestações de adhesão ao pezar que enluta a patria,

que o bemqueria, á Bahia, que se ufana de lhe ter sido o berço, á familia que idolatradamente o estremecia. Bem se comprehende que o «Instituto Geographico e Historico» não podia quedar-se indifferente ante o sentimento publico, ante o luto geral por tão irreparavel perda; e, pois, immediatamente içou em funeral o seu estandarte, e eu resolvi que a sua mesa faça-se representar em todos os actos funebres que hajam de ser celebrados n'esta Capital até á inhumação de seus venerandos despojos; assim como agora proponho que na acta da sessão de hoje seja lançado um voto de profundo pesar, dando-se sciencia d'elle á desolada familia do illustre extincto.

Cumpria-me agora, em rapido esboço, emittir um juizo critico sobre os actos e factos que illustraram sua vida intima e publica; mas o que de novo poderia dizer-vos que, por uma antecipação reivindicadora já não tenha sido feito pela imprensa jornalística que, condensando a opinião publica, vulgarisou os actos mais salientes e recommendaveis de sua afanosa existencia, desde a sua primeira mocidade, quando calejava-se-lhe a mão nos labores diurnos da officina, ao mesmo tempo que pelo amor instinctivo da sciencia velava as noites com o livro entre mãos, até sua perfeita virilidade mental; que tanto fructificou na tribuna do mestre, no gabinete cirurgico, na arena jornalística, onde esgrimiu, erecto e adestrado Athleta, de altaneira frente, que só curvou-se quando o gelado sopro da morte resfriou-lhe o suor das luctas? Não; não perturbemos o somno tranquillo em que repousa extenuado quem tanto mourejou na vida, que é, no dizer de um poeta:

Medonho pelago de dores,
C'roa de espinhos que nos dá o berço,
E que depomos nos umbraes da tumba.*

Approvada a proposta do socio Braga, por sua vez o socio Dr. Joaquim Tanajura propoz que se telegraphasse aos consocios Drs. Paula Guimarães, Satyro Dias e Montenegro para apresentarem á Ex.^{ma} Viuva do illustre morto as condolencias do «Instituto», o que foi approvedo.

Por escrutinio secreto foram approvedos e proclamados socios effectivos o Commendador Albano Pereira de Carvalho, Dr. Pedro Luiz Celestino e Barão do Assú da Torre, e socio Correspondente o Engenheiro Samuel Augusto das Neves, residente em S. Paulo.

O Dr. Joaquim Pires fundamentou uma moção de felicitações ao illustre consocio Dr. Jose Joaquim Seabra, que foi approveda, sendo expedido o seguinte telegrama:

Meza «Instituto Historico» nome «Instituto» sessão hoje, felicita V. Ex. eminente posição governo paiz.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

*Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque.—
João Nepomuceno Torres.—Isaias de Carvalho Santos.*

98.ª SESSÃO EM 21 DE DEZEMBRO DE 1902

*Presidencia do Exm. Snr. Conselheiro
Salvador Pires*

Aos vinte um dias do mez de Dezembro de 1902, á 1 hora da tarde, presentes os socios Conselheiros Drs. Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, presidente, e João Torres, 1.º secretario, Drs. Reis Magalhães e Joaquim Tanajura, Capitão Ferreira Braga, thesoureiro, Commendadores,

Approvada a proposta do socio Braga, por sua vez o socio Dr. Joaquim Tanajura propoz que se telegraphasse aos consocios Drs. Paula Guimarães, Satyro Dias e Montenegro para apresentarem á Ex.^{ma} Viuva do illustre morto as condolencias do «Instituto», o que foi approvedo.

Por escrutinio secreto foram approvedos e proclamados socios effectivos o Commendador Albano Pereira de Carvalho, Dr. Pedro Luiz Celes-tino e Barão do Assú da Torre, e socio Cor-respondente o Engenheiro Samuel Augusto das Neves, residente em S. Paulo.

O Dr. Joaquim Pires fundamentou uma moção de felicitações ao illustre consocio Dr. Jose Joa-quim Seabra, que foi approveda, sendo expedido o seguinte telegrama:

Meza «Instituto Historico» nome «Instituto» sessão hoje, felicita V. Ex. eminente posição go-verno paiz.

Nada mais havendo á tratar, foi encerrada a sessão.

*Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque.—
João Nepomuceno Torres.—Isaias de Carvalho Santos.*

98.^a SESSÃO EM 21 DE DEZEMBRO DE 1902

*Presidencia do Exm. Snr. Conselheiro
Salvador Pires*

Aos vinte um dias do mez de Dezembro de 1902, á 1 hora da tarde, presentes os socios Conse-lheiros Drs. Salvador Pires de Carvalho e Albu-querque, presidente, e João Torres, 1.^o secretario, Drs. Reis Magalhães e Joaquim Tanajura, Capitão Ferreira Braga, thesoureiro, Commendadores,

pharmaceutico Joaquim Manoel de Sant'Anna e Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, Eloy Guimarães, Henrique Prager, Coronel Gonçalo de Athayde e Isaías de Carvalho Santos, foi aberta a sessão, sendo lida e approvada, sem debate, a acta da sessão anterior.

Pelo Dr. 1.^o Secretario, Conselheiro João Torres, foi lido o expediente que constou do seguinte:

Um cartão do nosso consocio Dr. José Joaquim Seabra, ministro do Interior, agradecendo as congratulações enviadas pelo «Instituto»; duas Cartas-convites: uma dos empregados do Thesouro para o «Instituto» se fazer representar na missa em louvor de sua padroeira, na matriz de S. Pedro, no dia 14 do andante, e outra do Dr. Intendente do municipio d'esta Capital para o «Instituto» se fazer representar no acto da abertura da exposição escolar, no dia 7, no salão da bibliotheca municipal. Quanto á 1.^a o Conselheiro presidente declarou que nomeava uma commissão composta dos socios, professor Torquato Bahia, Dr. Braz do Amaral e Capitão Francisco Braga; quanto a 2.^a disse que deixava de nomear uma commissão por ter chegado tarde o convite.

Offícios: do socio professor Elias de Figueiredo Nazareth communicando ter sido acceito para socio correspondente do «Instituto» de S. Paulo e incumbido de represental-o perante as associações congeneres, e outro do «Centro de Sciencias, Letras e Artes» de Campinas, communicando a eleição de sua Directoria.

Cartas: do Dr. Clodoaldo de Freitas, de Thezina, remettendo varias publicações; do Dr. Alberto Lofgren, enviando trez exemplares do seu relatorio sobre o «Horto Botanico de S. Paulo»; do Dr. José Arthur Boiteux, secretario do «Instituto de Santa-Catharina, agradecendo a sua eleição

para socio correspondente; do socio Desembargador Licinio Alfredo da Silva, communicando sua retirada para o Rio de Janeiro e pedindo para ficar inscripto como socio correspondente, e do Dr. Jeronymo Gonçalves, offerecendo dois pares de sapatos de borracha, feitos na região do Acre.

E' lida tambem uma proposta para socios effectivos, dos seguintes cidadãos:

Dr. Menandro dos Reis Meirelles Filho, Engenheiro Lino Meirelles da Silva e negociante Vicente Ferreira Lins do Amaral, a qual é enviada á respectiva commissão que, presente, deu seu parecer favoravel, o qual foi lido, bem como o que foi dado á proposta referente aos Drs. Augusto Flavio Gomes Villaca e Antonio Augusto Cardoso de Castro, ficando, porém adiada a votação por falta de numero legal, visto ser esta a 1.^a sessão em que é apresentado o parecer.

Pelo Snr. Conselheiro Dr. presidente foi dito que n'esta sessão devia ser apresentado o orçamento da receita e despesa do «Instituto».

O Commendador Salvador Pires, membro da respectiva commissão, diz que não pode ser apresentado o orçamento por se acharem dois membros da commissão impossibilitados de funcionar: um por doente, e outro por ausente, e por essa razão, pedia que fosse adiada a apresentação para a 1.^a sessão, o que o «Instituto» approvou.

O Snr. Conselheiro Torres propoz, então, e o «Instituto» approvou, que ficasse vigorando o orçamento do exercicio anterior até ser confeccionado e aprovado o novo.

Foi submettida a votos uma proposta, com parecer favoravel, já adiada de outra sessão, e, por escrutinio secreto, foram, unanimemente, approvados e proclamados socios effectivos os seguintes cidadãos: General Dr. Antonio de Souza Dantas e

para socio correspondente; do socio Desembargador Licinio Alfredo da Silva, communicando sua retirada para o Rio de Janeiro e pedindo para ficar inscripto como socio correspondente, e do Dr. Jeronymo Gonçalves, offerecendo dois pares de sapatos de borracha, feitos na região do Acre.

E' lida tambem uma proposta para socios effectivos, dos seguintes cidadãos:

Dr. Menandro dos Reis Meirelles Filho, Engenheiro Lino Meirelles da Silva e negociante Vicente Ferreira Lins do Amaral, a qual é enviada á respectiva commissão que, presente, deu seu parecer favoravel, o qual foi lido, bem como o que foi dado á proposta referente aos Drs. Augusto Flavio Gomes Villaça e Antonio Augusto Cardoso de Castro, ficando, porém adiada a votação por falta de numero legal, visto ser esta a 1.ª sessão em que é apresentado o parecer.

Pelo Snr. Conselheiro Dr. presidente foi dito que n'esta sessão devia ser apresentado o orçamento da receita e despesa do «Instituto».

O Commendador Salvador Pires, membro da respectiva commissão, diz que não pode ser apresentado o orçamento por se acharem dois membros da commissão impossibilitados de funcionar: um por doente, e outro por ausente, e por essa razão, pedia que fosse adiada a apresentação para a 1.ª sessão, o que o «Instituto» approvou.

O Snr. Conselheiro Torres propoz, então, e o «Instituto» approvou, que ficasse vigorando o orçamento do exercicio anterior até ser confeccionado e approvedo o novo.

Foi submettida a votos uma proposta, com parecer favoravel, já adiada de outra sessão, e, por escrutinio secreto, foram, unanimemente, approvados e proclamados socios effectivos os seguintes cidadãos: General Dr. Antonio de Souza Dantas e

Drs. Miguel Calmon du Pin e Almeida e Manoel Freire de Carvalho.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

—*Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque.*—*João Nepomuceno Torres.*—*Isaias de Carvalho Santos.*

OFFERTAS

Além dos Jornaes, e Revistas, nacionaes e estrangeiras, que permutam com a «Revista», recebeu o «Instituto» durante o anno, muitas outras offertas cuja relação consta do livro respectivo, a saber:

EM JANEIRO—Revista do Archivo do Municipio da Capital, n. 7;—Leituras Recreativas (Lyceu Salesiano) ns. 1 a 6;—Almanak de Pernambuco para 1902;—Almanak Popular de Pelotas, vol. 9.

Do socio major Rogociano Teixeira—O discurso autographo proferido pelo Dr. Ruy Barbosa perante o Supremo Tribunal Federal impetrando *habeas-corpus* em favor dos implicados no attentado de 5 de Novembro de 1897, com um prefacio do Dr. Aristides Milton; e um livro contendo varios discursos e manifestos do Dr. Ruy Barbosa.

Do socio Xavier Marques:—exemplares de alguns trabalhos do professor Guilherme Baldoino Embirussú Camacan.

Do socio major J. Domingues Codeceira—planta do Forte Real do Bom Jesus, edificado por Mathias de Albuquerque, no Recife.

De D. Maria José Serva:—dois quadros, o retrato do grande pintor bahiano Velasco, e uma fina pintura, obra do mesmo.

Do Capitão Candido Cardoso—3 cédulas para-guayas.

Do Desembargador José A. Saraiva:—«Oito annos de parlamento e o Conselheiro Saraiva», pelo offertante.

Do socio Desembargador Thomaz Montenegro:—O livro do Centenario (1500 a 1900) 2 vols.; Política Commercial da França, 2 vols.; Magnetismo e Somnambulismo, 2 vols.; Emancipação dos escravos, parecer do Dr. Ruy Barbosa; A deshonra da Republica pelo general Honorato Caldas; Anuario historico dos povos por Levy; The New Brazil por Marie Robinson, 1900; A retirada da Laguna pelo Dr. Alfredo Taunay; A Campanha de 1815, attlas especial pelo general Charrás; A Italia Agricola; O problema da polvora no Brazil; Colonisação da Algeria, 2 vols.; Administração financeira das Communas, 2 vols.; Historia antiga e moderna, 2 vols.; A reforma monetaria pelo Dr. Amaro Cavalcanti; A Carta do Brazil, projecto elaborado no Estado maior do exercito; Historia da idade media por Calogeras; Anuario da industria na Belgica; Viagem de um economista na Italia; O marquez de Pombal por Clemence Robert; O orçamento do imperio desde sua fundação pelo senador Liberato Carreira; Os caminhos de ferro russos de 1857 a 1862; A Industria na Europa por Luiz Reibaud; Economia politica por Fonteirand; A instrucção secundaria na França por Passy; Discursos parlamentares por Mattoso Camara; Geographia do Brazil pelo Dr. Praxedes Pacheco; Indice da Legislação geral de 1861 a 1870; Legislação sobre os caminhos publicos por Garnier; Almanak Hachette para 1901; Profissão das armas pelo brigadeiro Sanchez Osorio; Trabalhos judiciarios do Dr. Caetano P. Montenegro; O Poder em França por

Wallon; Exposição nacional e notas pelo Dr. Rosendo Moniz; Hernani, drama em 5 actos, por Victor Hugo, vertido por Ernesto da Fonseca; e varios outros opusculos.

EM FEVEREIRO E MARÇO. Boletim de Agricultura (S. Paulo) n. 12, 1901; o Arauto, n. 1, 1902 (Bahia); «Revista de Lisboa» Dezembro de 1901; Cosmos, n. 1, 1901 (S. Paulo); A Situação (Bahia), n. 1, 1902; Relatorio apresentado ao governador da Bahia pelo engenheiro agronomo João Silveira em 1901; Regulamento geral da Secretaria do Thesouro e Fazenda do Estado; Relatorio apresentado ao governador da Bahia em 1900 pelo secretario da Viação, engenheiro José Joaquim Ribeiro Saldanha; A «Mala da Europa», (1902).

Do Director da Imprensa nacional—8 vols. do Projecto doCodigo Civil Brasileiro e os trabalhos da Commissão especial da Camara dos deputados.

Do socio Dr. Manoel Cardoso Barata—As Industrias Extractivas.

Do socio Conselheiro João Torres—O Binoculo, impressões de viagem por Filinto de Oliveira; Monarchia e monarchistas pelo Conselheiro Tito Franco de Almeida.

Do Director da Escola de Engenharia de Lima (Perú)—Anales de Construcciones Civiles, minas e industrias del Perú; Memorias publicadas por la Sociedad de ingenieiros del Perú.

EM ABRIL.—«Almanak Illustrado das Familias Catholicas Brasileiras para 1902; Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará; Relatorio apresentado ao governador do Amazonas pelo respectivo director; Relatorio do Comité Patriotico da Bahia (Campanha de Canudos); Hypnotismo e suggestão, these do Dr. Ulysses Paranhos.

Do socio engenheiro Miguel de Têive e Argollo:—Um catalogo movel de classificação decimal e o Index de Devey.

Do Dr. Anísio Circundes de Carvalho:—Um arco artisticamente trabalhado, e uma collecção de frechas de varias especies, obtidos dos Bororós Coroados, de Matto-Grosso.

Do Sr. Romario Martins:—Limites a Sueste (Questão de limites entre os Estados do Paraná e Santa-Catharina).

Do socio J. C. Branner.—Bulletin of the Geological Society of America, vol. 13; Geology of the Northeart Coast of Brasil pelo off.; Depression and elevations of the Sauthern Archipelagoes of the Chile por Francisco Vidal Gormaz.

—Pela socia Exma. Viscondessa de Cavalcanti:—Obras Classicas de grande valor: Virgilius Burmanorum (1746). 4 vols.; C. C. Taciti—Opera—(1672) 2 vols; Phedri Fabulae (1667); Ketelius, De Elegantiori Latinitate, (1713); Trium linguarum Dictionarium; Vossios—Ars Poetica (1747); Erasmus, Stultitice Laus—(1676); Erasmus, Vita et Epistolæ (1642); H. Grothii, Dissertationes (1645); J. Pontani, Poemata (1505); N. Heinsii, Poemata—(1766); Dictionarium Poeticum apud Stephan; Encomia, (1666); Gasparis Barlœi, Poemata; Symbola Divina et Humana Pontificum, Imperatorum, Regum; Sabini—, Poemata (1678); De Imperio Magni Magolis Carmina Varia (1518); Obras de Donoso Cortés—5 vols; Grotius—Le Droit de Prise; The Republic of Republics; Bryce—The American Commonwealth—3 vols; The Theory of our National Existence; Her Magestys Colonies.

EM MAIO.—Annaes do Brazil, n. 1 a 3 (Rio) 1902;—Theses de concurso ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Appellação pelos Juizes de Direito Ezequiel Pondé, Candido Leão e Arlindo Leone

em 1902; Mensagem do governador da Bahia ao Congresso Estadual em 1902; Relatório da Associação Commercial em 1902; Idem da Sociedade Beneficencia Caixeiral em 1902; Estatutos da «Sociedade Bahiana de Agricultura» 1902.

Do socio Dr. José Antonio da Costa—100 moedas de varios paizes.

Do socio capitão de mar e guerra Antonio Alves Camara—4 moedas adquiridas em Tanger, sendo 1 de ouro e 3 de prata.

Do socio Capitão Manoel Raymundo Quirino:—3 medalhas da Campanha do Paraguay, pertencentes ao Tenente Coronel Feliciano Pimentel do 54 bathalhão de voluntarios.

Do Provedor do «Collegio dos Orphãos de S. Joaquim»—Uma bandeira do regimen imperial, existente n'aquelle Collegio.

Do bacharel Aristides de Araujo Maia—Recordações (Minas), pelo offertante.

Do engenheiro Demetrio de Araujo:—«O Propulsor», 1 vol., encad., correspondente ao anno de 1901.

Do academico José Teixeira da Matta Bacellar—Um cachimbo fabricado na Ilha de Marajó (Pará).

Do Dr. Manoel Pirajá da Silva: *L' Histoire des dirigeables*, Santos Dumont.

Do socio Capitão de mar e guerra Antonio Alves Camara—Quinze moedas de cobre, do Brazil e de outras nações;—*La Geographie*, par P. F. Baignier—(Paris), 1877; *Dictionnaire de l' Economie Politique*—1873—2 vols; *Histoire de la Litterature anglaise*—par H. Taine, 5 vols; *Histoire de Napoleon 1.* par Lanfrey—5 vols; *La Guerre et la Paix*, par P. J. Proudhon—2 vols; *Histoire des Verges*, par Louis Jacob—; *La linguistique*, par A. Horulacque; *La Ligue et Henri IV*, par M. Ca-

pefigue; *L'esprit nouveau*, par Edgar Quinet; *Histoire des progress du droit des gens en Europe*, par Henry Wheaton; *Histoire de la Civilisation en Europe*, par M. Guizot; *Genio da Lingua Portuguesa*, por Francisco Evaristo Leoni—2 tomos; *Historia de Portugal nos seculos 18 e 19*, por uma sociedade de homens de letras; *Philosophia Fundamental* por Don Jayme Balmés, 2 tomos, 1851.

EM JUNHO—«*Revista do Instituto Archeologico e Geographico de Pernambuco*», n. 56, vol. 10, 1902; *Leituras Recreativas* (Lyceu Salesiano), n. 11; *Estatutos do Circulo Catholico Romano da Bahia*; «*Mala da Europa*», ns. 39 e 40; *Publicações do Archivo Publico Nacional*, vol. 111, 1902 e *Catalogo da Bibliotheca do mesmo Archivo*; *Correio de S. Francisco* (Joazeiro), ns. 1 e 2 1902.

Do socio Conselheiro João Torres—Um mappa das republicas sul-africanas, theatro da guerra anglo-boer.

Do socio Conselheiro Filinto Bastos—Duas medalhas commemorativas do 3º centenario de Luiz de Camões e do 4º descobrimento do Brazil.

Do cidadão Karlos Weber—4 moedas de cobre dos annos de 1761, 1813, 1814 e 1818, e uma medalha do 3º centenario de Luiz de Camões.

Do socio Engenheiro J. Feliciano da Rocha—Uma medalha commemorativa da Exposição de Paris, em 1900.

Do socio Dr. Aristides A. Milton—A Campanha de Canudos, memoria lida no «*Instituto Historico Brasileiro*».

Do socio Dr. Nina Rodrigues—O Alienado no direito civil brasileiro, e Apontamentos medico-legaes ao projecto do Cod. Civil brasileiro, 2 vols.

Do socio capitão de mar e guerra Antonio Alves Camara:—26 obras em 89 volumes, a saber: *Encyclopedie moderne*, par Firmin Didot Frères

27 vols.; œuvres Complètes de Buffon, 3 vols.; Histoire des sciences naturelles par Georges Cuvier, 2 vols.; Elements de Chimie par Orfila, 2 vols.; Du lait par Bouchardat, 1 vol; Voyage en Chine par Lavallée, 1 vol; Pantheon Maranhense, Henrique Leal, Lisboa, 4 vols.; Annaes do observatorio do Rio, 1 vol.; Relatorio da Commissão exploradora do planalto central do Brazil, 2 vols.; Anno Biographico Brasileiro, 3 vols.; O primeiro reinado, ou a Revolução de 7 de Abril de 1831, 1 vol.; O Imperio do Brazil na Exposição de Philadelphia, 1 vol.; Historia de Rosas e sua epocha (Paris) 2 vols.; Poesias de Manoel Maria Barbosa du Bocage, 6 vols.; Biographie nouvelle des contemporains, 19 vols.; O Economista Brasileiro, 2 vols.; Histoire de Cromwell par Villemain 1 vol.; O Pará na Exposição de Paris, 1889; e outros opusculos.

Pela Secretaria do Ministerio da Fazenda do Perú—Padron General de minas; Memorias de viaje y datas relativas a los selvajes de la region oriental, pelo Dr. D. David Munoz; Informe sobre las pertenencias de la mina «Santo Domingo» de la provincia de Carabaya por el Ingeniero de minas D. José Balta; Informe sobre la operación pericial praticada en el Lavaredo «Santo Antonio de Poto» por el Ingeniero D. J. Balta; Conferencia dada en la «Sociedade Geografica» de Lima por el Dr. Manuel Samudis; Memoria que el Director de Fomento apresenta al Snr. Ministro del Ramo.

EM JULHO E AGOSTO — «Revista do Archivo Publico Mineiro» (Janeiro a Junho), 1902; «Revista da Associação Typographica (Bahia), n. 1, 1902; «Revista da Legislação» (Rio), n. 1; Manifesto á Lavoura (syndicatos agricolas); «Mala da Europa», n. 49 com retrato do principe D. Luiz Felipe; «Revista Italo-

27 vols.; *œuvres Complets de Buffon*, 3 vols.; *Histoire des sciences naturelles* par Georges Cuvier, 2 vols.; *Elements de Chimie* par Orfila, 2 vols.; *Du lait* par Bouchardat, 1 vol; *Voyage en Chine* par Lavallée, 1 vol; *Pantheon Maranhense*, Henrique Leal, Lisboa, 4 vols.; *Annaes do observatorio do Rio*, 1 vol.; *Relatorio da Commissão exploradora do planalto central do Brazil*, 2 vols.; *Anno Biographico Brasileiro*, 3 vols.; *O primeiro reinado, ou a Revolução de 7 de Abril de 1831*, 1 vol.; *O Imperio do Brazil na Exposição de Philadelphia*, 1 vol.; *Historia de Rosas e sua epocha (Paris)* 2 vols.; *Poesias de Manoel Maria Barbosa du Bocage*, 6 vols.; *Biographie nouvelle des contemporains*, 19 vols.; *O Economista Brasileiro*, 2 vols.; *Histoire de Cromwell* par Villemain 1 vol.; *O Pará na Exposição de Paris*, 1889; e outros opusculos.

Pela Secretaria do Ministerio da Fazenda do Perú—*Padron General de minas*; *Memorias de viaje y datas relativas a los selvajes de la region oriental*, pelo Dr. D. David Munoz; *Informe sobre las pertenencias de la mina «Santo Domingo» de la provincia de Carabaya por el Ingeniero de minas D. José Balta*; *Informe sobre la operación pericial praticada en el Lavaredo «Santo Antonio de Poto» por el Ingeniero D. J. Balta*; *Conferencia dada en la «Sociedade Geografica» de Lima por el Dr. Manuel Samudis*; *Memoria que el Director de Fomento apresenta al Snr. Ministro del Ramo*.

EM JULHO E AGOSTO—«*Revista do Archivo Publico Mineiro*» (Janeiro a Junho), 1902; «*Revista da Associação Typographica (Bahia)*», n. 1, 1902; «*Revista da Legislação*» (Rio), n. 1; *Manifesto á Lavoura (syndicatos agricolas)*; «*Mala da Europa*», n. 49 com retrato do príncipe D. Luiz Felipe; «*Revista Italo-*

«Americana», n. 2, 1902; O «Estandarte», ns. 1 e 2 (Fortaleza), 1902; Relatorio apresentado ao governador de S. Paulo pelo Dr. Antonio Candido Rodrigues, 1902; As Artes graphicas da Bahia á nação Chilena, 1902.

Do socio Belisario Pernambuco—A Maçonaria e o proletariado (Centenario do Brazil).

Do socio Dr. Luiz Gualberto—Exposição historica—juridica pelo Dr. Manoel da Silva Mafra, questão de limites entre Santa-Catharina e Paraná.

Do Sr. Ernesto Senna—Conselheiro Antonio Ferreira Vianna, sua vida e suas obras, 1902.

Do Sr. João de Brito—«Rogerio», drama em 3 actos, pelo offertante.

Do socio Philoteio de Andrade—O «Oriente Ilustrado Goa», 1899.

Do socio Conselheiro Francisco Sodré Pereira—Varios manuscriptos que acompanharam a petição de graça e perdão que o Dr. Francisco Sabino encaminhou em 1834 á Regencia Permanente sobre o assassinato do alferes José Joaquim Moreira, n'esta capital, em 7 de Novembro de 1833.

EM SETEMBRO.—Registro Oficial de Fomento (Lima); Relatorio apresentado ao governador da Bahia pelo Secretario de Agricultura e Viacção em 1902; Considerações sobre a Conferencia Assucareira da Bahia pelo Engenheiro Alexandre Goes, 1902; «Revista do Gremio Paraense», n. 1, 1902; «Revista do Gremio Litterario da Bahia», n. 10, 1902; «Revista da Bahia», n. 1, 1902.

—Pela Directoria do Congresso Latino Americano (Montevideo): Organisação e Resultados Geraes do Congresso, 2 vols.

Pelo socio Dr. Egas Moniz B. de Aragão:—O Maranhão e seus recursos por Fran Paxeco, O Sangue Latino, Silvio Romero e a litteratura por-

tugueza, por F. Paxeco; Mais Mundos, por T. Braga.

Pelo engenheiro Miguel Calmon: Aplicações industriaes do alcool, pelo offertante.

Pelo socio Coronel Raymundo Alves da Cunha: Mensagem ao Congresso Legislativo do Pará pelo governador Dr. Augusto Montenegro; Polyanthea dedicada ao Dr. Firmino Cardoso (Belém.)

Pelo academico Virgilio de Aragão: Varias obras que pertenceram ao seu fallecido pae, maior Salvador Pires de Aragão, entre outras as seguintes: Tratado dos reconhecimentos militares pelo professor Unger; Manejo do fusil allemão, em 1888; Manejo da clavina Mauser, modelo brasileiro; Manual do aprendiz artilheiro, por Antonio Duarte; Curso da arte militar, pelo general Faré; Manual do louceiro por Boyer; A tactica das tres armas; Consolidação da legislação militar, 4 vols.; Ordens do dia, exercito em operações no Paraguay, 9 vols.; Leis e Decisões do Brazil, 29 vols.; «Revista Militar», 21 fascs.; Os combates futuros, 1 vol.; Guerra do Paraguay, por Jourdan, 1890; A guerra em Campanha rasa, 1 vol.; A classe militar perante as Camaras, 1 vol.; Descripção e applicação dos telephones; Hygiene dos quarteis, these do Dr. Calasans;—2 cartuchos com projectis, e 1 granada para canhão rewolver.

EM OUTUBRO—Relatorio do Chefe de policia e segurança ao governador da Bahia, em 1902.

Pelo socio Major Rogociano Teixeira: A situação da marinha mercante no Brazil; Relatorio dos serviços dos Correios em 1900 pelo Dr. Antonino Pires de Souza; «Diario do Congresso», n. 171, 1902.

Pelo socio Alberto F. Rodrigues: O «Almanak Popular» para 1903 (Pelotas); «O Uruguay», poema epico.

Pelo socio Barão de Studart: 12 exemplares do seu trabalho—O Padre Martin de Nantes e o Coronel Dias de Avila.

Pelo socio Padre Dr. Julio Maria: O Deus despresado; Apostrophes; A Graça; A Paixão.

Pelo academico Octavio Brandão: Um pente de tartaruga encontrado nas ruinas do seminario de Belém, e 1 barrete de pelle de macaco do Amazonas.

EM NOVEMBRO E DEZEMBRO—«Revista do Gremio Litterario da Bahia», n. 11, 1902; Relatorio do Inspector Geral de Hygiene da Bahia, em 1902; Annaes da Camara dos Deputados e do Senado da Bahia, em 1902; «Revista da Bahia», n. 2; «Revista do Museu de S. Paulo», vols. 1 e 2; «Revista do Centro de Sciencias, Lettras e Artes», de Campinas, n. 1, 1902; Estatutos e Regimento Interno do «Instituto Agronomico e Industrial da Bahia»; Mensagem apresentada á Assembléa do Ceará pelo Dr. Pedro Augusto Borges, em 1902, e Relatorio do secretario da Justica, Dr. Antonio Sabino do Monte; Informe de los Profesores de la Escuela de Agricultura, e notas sueltas, por Dr. Patron (Lima); El Perú por Antonio Raimondi, vol. 4.º, Lima.

Pelo socio Dr. J. Branner: Origin of the fins of fishes.

Pelo socio major Rogociano Teixeira: Parecer do senador Dr. Ruy Barbosa sobre a redacção do Projecto doCodigo Civil Brasileiro; Ligeiras observações sobre as emendas do Dr. Ruy Barbosa, pelo Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro.

Pelo socio Dr. Pedro de Queiroz: Estudos Sociaes, O Projecto doCodigo e o Divorcio, pelo offertante.

Pelo socio Dr. Severino Vieira: Campos Salles—Discursos—Na Propaganda, 1º. vol., Na Republica, 2º. vol.

Pelo socio Dr. Joaquim Tosta: O Divorcio, o Catholicismo e a mulher (Conferencia, Maio de 1902).

Pelo socio Desembargador Jeronymo Gonçalves: 2 pares de sapatos de borracha feitos no Acre.

Pelo Dr. Alberto Lofgren: 3 relatorios sobre o Horto Botanico de S. Paulo.

Pelo Dr. Clodoaldo de Freitas (Therezina): A Libertação do Ceará; Commemoração do meio centenario da cidade de Therezina; Almanak Piauiense para 1903.

Pelo socio Eloy Guimarães: lavas do Vesuvio e 55 moedas, de cobre e nikel de 12 paizes differentes, adquiridas em sua ultima viagem á Europa.

Pelo socio Coronel Gonçalo de Athayde: um fossil de peixe da região amazonica.

SUMMARIO DO N. 29.

	PAGS.
Memoria Historica sobre os acontecimentos de 24 de Novembro de 1891 na Bahia, pelo Dr. Braz H. do Amaral	3
Levantes de pretos na Bahia, pelo socio Dr. Eduardo de Caldas Britto.	96-69
As insurreições dos africanos na Bahia, por José Carlos Ferreira	95
Officio do chefe de policia Dr. Francisco Gonçalves Martins sobre a insurreição de 1835 e outros documentos	108
Actas das sessões do Instituto em 1902.	121
Concerto vocal e instrumental em beneficio do Instituto	136
Publicações recebidas pelo Instituto durante o anno de 1902	104
